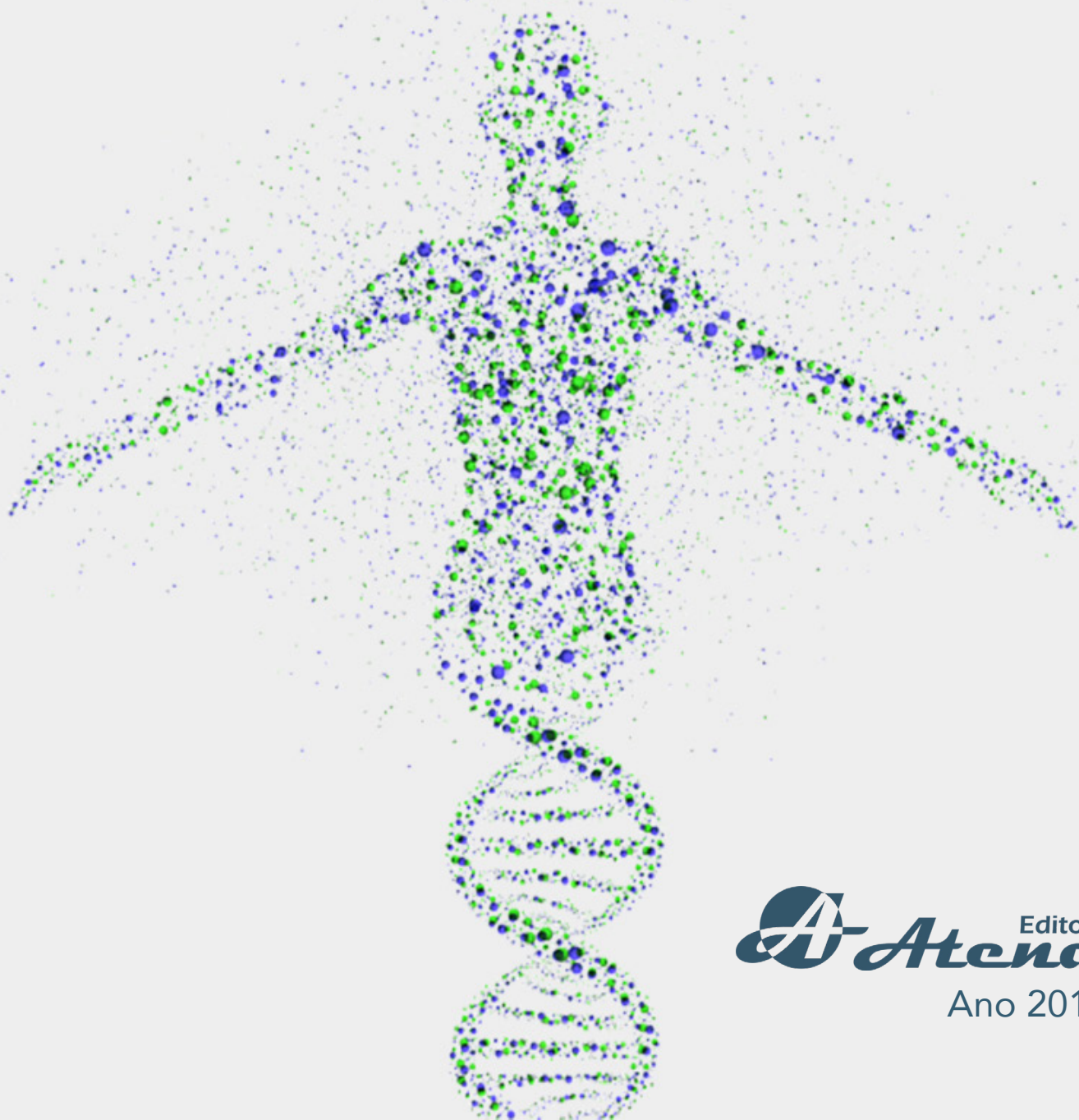


Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



 **Atena** Editora

Ano 2018

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-93243-96-7

DOI 10.22533/at.ed.967182305

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Título.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os artigos reunidos retratam os objetivos propostos na organização deste livro, que é demonstrar resultados de pesquisas, projetos de extensão e relatos de experiências que envolvem a aplicação de tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os autores Bello e Leal, no artigo “A Economia Circular como instrumento de desenvolvimento do projeto polo de fruticultura irrigada São João/Porto Nacional-TO” apresentam a importância da Economia Circular, ou ciclo de sustentabilidade, no aproveitamento e utilização dos recursos naturais, exemplificando o caso do Polo de Fruticultura Irrigada São João em Porto Nacional - TO, chamando a atenção para a falta da divulgação deste conceito para a população em geral, sobretudo, para as empresas e para os produtores.

Já Farias, Moraes Júnior e Santos, em “A importância das aulas de educação física no ensino médio para o desenvolvimento humano: Percepções dos jovens alunos, em Boa Vista-RR”, apresentam os resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida junto aos alunos do ensino médio das escolas públicas, da capital Boa Vista-RR, no intuito de perceber a contribuição das aulas de educação física para o desenvolvimento humano dos jovens alunos.

Viana, trás sua contribuição em “Comunidades de prática na produção de medicamentos fitoterápicos: um estudo de caso no semiárido paraibano”, apresentando um grupo de pessoas que se unem em torno de um mesmo propósito, no caso em questão, do Centro de Medicamentos Fitoterápicos, vinculado ao Centro de Capacitação Agrocomunitário, na cidade de Princesa Isabel-PB. Viana demonstra como algumas comunidades ainda estão enraizadas em práticas antigas, com pouca ou nenhuma incorporação de novas práticas e que a este problema, soma-se a crise econômica que acaba transformando a Comunidade Prática desestimulante pouco atrativa ao ingresso de novos parceiros.

No texto “Motivação organizacional: um estudo de caso com servidores da Prefeitura Municipal de Passa e Fica-RN”, Oliveira e Loureiro encaminharam o resultado de uma pesquisa referente ao nível de motivação para o trabalho dos servidores da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN. Como resultado, os autores verificaram que a instituição avançou em alguns aspectos relacionados a gestão de pessoas, contudo, apontaram pontos como o trabalho em equipe, a capacitação dos servidores, sua remuneração e o reconhecimento profissional, que precisam ser aprimorados.

Em “*Play With English!* Reflexões sobre o uso de atividades lúdicas na aprendizagem de língua inglesa na Bacia Leiteira do Sertão de Alagoas”, os autores demonstram os resultados do Projeto de Extensão, realizado na cidade de Batalha-AL, de como a adoção de atividades lúdica, sobretudo, jogos, podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa.

Peres, Dell'Oso e Gomes, no artigo “Realidade Econômica e social do egresso do IFAM, Câmpus Coari” relatam os resultados do Projeto de Extensão “Acompanhamento de Alunos Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - Campus Coari”, onde, por meio da aplicação de questionários, foi mapeado o perfil socioeconômico do ex-aluno com intuito de aproximar os egressos e despertar a reflexão sobre a missão deste Instituto Federal no interior do Estado do Amazonas.

No artigo “A governança ao longo da evolução do registro da indicação de procedência dos Vales da Uva Goethe: o papel da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC”, os autores demonstraram a necessidade de se construir parcerias que possam somar ao desenvolvimento local, sobretudo, na habilitação ao apoio governamental e inserção de políticas públicas para que possam garantir benefícios econômicos como agregação de valor aos produtos, aumento da renda do produtor e preservação da biodiversidade.

Alves, Nascimento e Silva no artigo “Análise do conhecimento de zoologia dos invertebrados em turmas do 3º nível médio/integrado do IFAL-Maceió” traz uma importante observação sobre o problema da utilização das terminologias utilizadas no conteúdo da zoologia e a carga horária reduzida da disciplina como um problema no ensino e aprendizagem, exemplificando o caso dos alunos do Instituto Federal de Alagoas, Câmpus de Maceió. Uma das propostas para resolver esta questão seria a adoção de metodologias lúdicas, tornando as aulas mais atrativas e dinâmicas, esperando-se assim, maior interesse dos alunos no conteúdo de zoologia.

Cedrim, Lima-Duarte e Agra, em “Narrativas digitais no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa: desenvolvendo multiletramentos via m-learning” relatam os resultados do projeto de pesquisa que visou a disseminação de práticas de leitura e escrita sob o conceito de multiletramentos. Os resultados apontaram para a autonomia do estudante enquanto agente do seu próprio conhecimento, por meio de atitudes agentivas, considerando a realidade local.

Carvalho e Santos no texto “Perfil socioeconômico da agricultura familiar na cidade de Pedro Afonso-TO: Uma análise dos assentamentos Água Viva e Rio Sono” trazem os resultados de uma pesquisa sobre o que estaria favorecendo os entraves para o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores assentados nesta região. Visualizou que a atividade agrícola destes assentamentos tem caráter de subsistência e em sua maioria, não utilizam recursos tecnológicos ou cooperação entre os próprios agricultores. As autoras ainda problematizam como urgente e necessária, ações de políticas públicas para o fortalecimento dos assentados por meio da assistência técnica adequada, apoio ao entendimento da legislação ambiental, fiscalização sanitária e inserção destes produtos na economia local.

Por fim, Castilho e Gomes trazem sua contribuição no texto “Enfoque sociológico dos conflitos socioambientais e o movimento por justiça ambiental” analisando o meio ambiente para além dos termos de preservação, mas também da distribuição e

justiça por meio do modelo de desenvolvimento por vias do crescimento econômico. Os autores destacam alguns casos de conflitos ambientais como forma de injustiça socioambiental, onde a solução quase sempre, visa uma compensação financeira que se impõe ao modo de viver das populações economicamente desfavorecidas.

E assim, fechamos este livro, organizado, com o objetivo de contribuir com a discussão do uso de tecnologia no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme¹
Organizador

¹ Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins. e-mail: williandouglas@uft.edu.br

Sumario

CAPÍTULO 1 A ECONOMIA CIRCULAR COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLO DE FRUTICULTURA IRRIGADA SÃO JOÃO/ PORTO NACIONAL-TO	1
<i>Fabiana de Freitas Rosa Bello</i>	
CAPÍTULO 2 A IMPORTÂNCIA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO: PERCEPÇÕES DOS JOVENS ALUNOS, EM BOA VISTA-RR	20
<i>Adeline Araújo Carneiro Farias</i>	
<i>Celson Francisco de Moraes Júnior</i>	
<i>Jocelaine Oliveira dos Santos</i>	
CAPÍTULO 3 ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE ZOOLOGIA DOS INVERTEBRADOS EM TURMAS DO 3º NÍVEL MÉDIO/INTEGRADO DO IFAL-MACEIÓ	31
<i>Karina Dias Alves</i>	
<i>Cynthia Wanessa Souza do Nascimento</i>	
<i>Robert Germano Alves da Silva</i>	
CAPÍTULO 4 ENFOQUE SOCIOLÓGICO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O MOVIMENTO POR JUSTIÇA AMBIENTAL	38
<i>Adriana Guedes de Castilho</i>	
<i>Luciano Patrick Dias Gomes</i>	
CAPÍTULO 5 ESTUDO SOCIOCOGNITIVO DA RECATEGORIZAÇÃO NAS CHARGES.....	53
<i>Jorgelene de Sousa Lima</i>	
CAPÍTULO 6 NARRATIVAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESENVOLVENDO MULTILETRAMENTOS VIA M-LEARNING.....	64
<i>Maryanne Acioli Bomfim Cedrim</i>	
<i>Flávia Karolina Lima-Duarte</i>	
<i>Christiane Batinga Agra</i>	
CAPÍTULO 7 PLAY WITH ENGLISH! REFLEXÕES SOBRE O USO DE ATIVIDADES LÚDICAS NA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA NA BACIA LEITEIRA DO SERTÃO DE ALAGOAS.....	74
<i>Júlia de Melo Ferreira</i>	
<i>Raul Fernandes da Silva</i>	
<i>Rayane Silva Nunes</i>	
<i>Ritaciro Cavalcante da Silva</i>	
<i>Vitória de Carvalho Silva</i>	
CAPÍTULO 8 REALIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DO EGRESSO DO IFAM CAMPUS COARI	80
<i>Claudio Afonso Peres</i>	
<i>Juan Marcelo Dell’Oso</i>	
<i>Gabriely Mayra de Souza Gomes</i>	
CAPÍTULO 9 A GOVERNANÇA AO LONGO DA EVOLUÇÃO DO REGISTRO DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DOS VALES DA UVA GOETHE: O PAPEL DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC	87
<i>Vanessa Estevam</i>	
<i>Guilherme Spiazzi dos Santos</i>	
<i>Júlio Cesar Zilli</i>	
<i>Débora Volpato</i>	
<i>Adriana Carvalho Pinto Vieira</i>	

CAPÍTULO 10 COMUNIDADES DE PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS: UM ESTUDO DE CASO NO SEMIÁRIDO PARAIBANO.....	102
<i>José Augusto Lopes Viana</i>	
CAPÍTULO 11 MOTIVAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA/RN	110
<i>Daniel Martins de Oliveira</i>	
<i>Thiago José de Azevedo Loureiro</i>	
CAPÍTULO 12 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE PEDRO AFONSO – TO: UMA ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS ÁGUA VIVA E RIO SONO.	123
<i>Angela Cristina dos Santos Carvalho</i>	
<i>Aline da Silva Santos</i>	
SOBRE OS AUTORES.	132

CAPÍTULO 1

A ECONOMIA CIRCULAR COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLO DE FRUTICULTURA IRRIGADA SÃO JOÃO/ PORTO NACIONAL-TO

Fabiana de Freitas Rosa Bello

Orientador Prof. Dr. José Eustáquio
Canguçu Leal
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins
Palmas – TO

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo pesquisar a economia circular e de que forma podemos utilizá-la, melhorando assim o aproveitamento e a utilização dos recursos naturais do nosso planeta. Foi desenvolvida no Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João – Porto Nacional/ TO, com a verificação dos aspectos da Economia Circular para o alcance dos resultados, diante da visão de que para se desenvolvê-la devemos produzir bens de forma a serem duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis. Com a constante ação do homem estes recursos estão se tornando cada vez mais escassos. Precisamos construir novos modelos de vida sustentável, orientados por uma racionalidade ambiental e uma ética de solidariedade para com o meio ambiente, criando assim a consciência de que sem esses recursos não podemos sobreviver. Um dos métodos de pesquisa utilizados será Pesquisa Exploratória que segundo Koche (1997) se caracteriza por proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo. A Economia Circular se preocupa com a concepção de produtos utilizando materiais facilmente recicláveis e

não perigosos; leis ambientais que estimulem o setor; reintrodução dos resíduos sólidos a cadeia produtiva; tratamento e reaproveitamento dos resíduos oriundos da atividade produtiva. Os resultados gerais da pesquisa indicam que há necessidade de mais informações frente as redes sociais quanto a conscientização da população em geral, principalmente das empresas, agricultores em implantarem e colocarem em prática a Economia Circular, isso fará com que os produtos fiquem mais tempo em uso, não sendo descartados, diminuindo assim a contaminação e a degradação do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, economia circular, meio ambiente, recursos naturais e sustentabilidade.

ABSTRACT: This work aimed to research the circular economy and how we can use it, thus improving the use and utilization of the natural resources of our planet. It was developed in the Polo Project of Irrigated São João - Porto Nacional / TO, with the verification of the aspects of the Circular Economy to achieve the results, in view of the fact that in order to develop it we must produce goods in order to be durable, repairable, reusable and recyclable. With the constant action of man these resources are becoming increasingly scarce. We need to build new models of sustainable living, guided by an environmental rationality and an ethics of solidarity with the environment, thus creating

awareness that without these resources we can not survive. One of the research methods used will be Exploratory Research that according to Koche (1997) is characterized by greater familiarity with the object of study. The Circular Economy is concerned with the design of products using easily recyclable and non-hazardous materials; environmental laws that stimulate the sector; reintroduction of solid waste into the production chain; treatment and reutilization of the residues originating from the productive activity. The general results of the research indicate that there is a need for more information regarding social networks, as well as the awareness of the population in general, especially of companies, farmers in implementing and implementing the Circular Economy, this will make the products more time consuming, not being discarded, thus reducing the contamination and the degradation of the environment.

KEYWORDS: Agribusiness, circular economy, environment, natural resources and sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

No meio ambiente encontramos elementos essenciais para a sobrevivência e subsistência da humanidade. O sol e o vento são renováveis; o petróleo e a água não renováveis (VIEIRA; WEBER, 2002). A água e o ar são recursos naturais insubstituíveis e necessários a sobrevivência. Já a maioria dos alimentos e recursos vegetais são considerados alternativos. Sua renovação pode estar sob a dependência dos vegetais clorofilianos e da fotossíntese (JOLLIVET; PAVÉ, 2002). Para Portugal (1992) “... a palavra recurso significa algo que se possa recorrer para obter alguma coisa.” Ou seja, o homem recorre a natureza, para satisfazer suas necessidades. Portanto, para a conservação do meio ambiente as organizações mundiais viram a necessidade de discutir e criar normas e regras que pudessem ser sustentáveis. Em 1992, na conferência “Rio 92”, através da Agenda 21 foi firmado o primeiro contrato sobre desenvolvimento sustentável através de três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Já em 1986 na Conferência de Ottawa foram estabelecidos cinco requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável: integração da conservação e do desenvolvimento; satisfação das necessidades básicas humanas; alcance de equidade e justiça social; provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural; manutenção da integração ecológica.

O meio ambiente produz efeito direto ou indiretamente sobre os seres e as atividades por eles desenvolvidas, sendo considerado um sistema complexo, caracterizado por um conjunto de agentes físicos, químicos e biológicos (VIEIRA; WEBER, 2002).

De acordo com Carvalho (2012) “... cada pessoa tem uma lente, ou seja, sua maneira particular de ver as coisas. Essas lentes seriam as ideias, os conceitos que organizam o mundo e fica entre nós e o que vemos.” Ideias sobre natureza não são naturais; a natureza e os humanos, a sociedade e o ambiente estabelecem uma interação de mútua relação, formando um único mundo. A esse processo interativo os ecologistas chamam de

coevolução. Em muitos ambientes naturais considerados intactos, observa-se a presença humana através dos vestígios de trocas e transformações, gerando grande biodiversidade. Sendo este considerado um fator positivo.”

Com o avanço tecnológico, nos últimos 50 anos a agricultura deixa de ser auto suficiente e passa a ser dependente de muitos serviços, máquinas, insumos, armazéns, estradas, portos, agroindústrias, exportações, mercados atacadistas e varejistas. Esse novo modelo de mercado passa a ser conhecido como Agronegócio (ALMEIDA; JUNIOR; ANDRADE, 2007).

Segundo Barriga (1995), a agricultura é a base para o desenvolvimento nacional, portanto deve ser sólida, produtiva e eficiente. O sistema de Agronegócio gera uma interdependência entre as empresas e é um dos principais empreendedores, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social além de ser um importante aporte ao PIB.

A curva de crescimento da população é cumulativa e depende da taxa anual de produção de alimentos, conseqüentemente da utilização do solo e da exploração dos recursos naturais não renováveis. A conscientização sobre o uso excessivo de recursos naturais não renováveis, tem importantes implicações em adição à taxa de retorno econômico decrescente e às estimativas de recomendações de nutrientes: poluição do solo, água, ar e o aquecimento global. Portanto é necessário conhecer sobre a eficiência da utilização de fertilizantes na agricultura, pois será importante nas decisões políticas sobre o uso racional de recursos naturais não renováveis e permitir a conservação destes recursos para as gerações futuras, bem como diminuir os impactos negativos no meio ambiente no futuro (LANA, 2009).

Em 2007, o Brasil liderou o cenário mundial das exportações de açúcar, café, suco de laranja, carne vermelha e aves (WILKINSON, 2010).

O Agronegócio atua em todas as etapas da cadeia produtiva, exigindo um foco estratégico maior, ou seja, deve-se conhecer e atuar de maneira responsável, não mais com um método de economia linear e sim, pensando em uma economia mais sustentável, a chamada “Economia Circular”.

Segundo Ellen MacArthur Foundation (2015) a economia circular pode ser criada de várias formas, mas em todas seus recursos são finitos. Deve-se observar que a verdadeira economia circular só ocorre nos ciclos biológicos, também chamada de biociclos, pois nesta ocorre regeneração de materiais com ou sem intervenção humana. Já o ciclo técnico que ocorre principalmente nos setores industriais, os resíduos são apenas recuperados e restaurados, produzindo assim um aumento a resiliência. A economia circular no ciclo biológico vai fazer com que haja uma conscientização no sentido de não exceder a capacidade de suporte dos sistemas naturais, seu objetivo principal é a regeneração, ou seja, aumentar os estoques de capital natural, ex., solo. Observa-se então que a economia circular é uma fonte geradora de oportunidades de negócios, sendo economicamente viável, pois gera benefícios sociais e ambientais. Para que isso aconteça é necessário a preservação, valorização, equilíbrio e controle dos recursos naturais renováveis finitos, por exemplo, substituição de combustíveis fósseis por energia renovável.

O uso de recursos naturais, são finitos e limitados, sua exploração é exponencial e se desenvolve de acordo com o crescimento populacional. O manejo cuidadoso dos recursos naturais com a conservação dos processos vitais dos ecossistemas e a diversidade biológica, são básicos para se ter uma sociedade sustentável (DIEGUES, 1.992).

Existem quatro fatores que afetam diretamente no valor econômico do consumo de recursos na economia circular, entre eles, está prolongar a durabilidade do ciclo de uso de um ativo, aumentar a utilização de um ativo ou recurso, reaproveitar um ativo em ciclos adicionais e por último, regenerar o capital natural. Ferramentas digitais gera benefícios significativos a sociedade, por exemplo, ajudando motoristas a evitar trajetos de tráfego intenso reduzindo assim congestionamentos e emissões de poluentes ao meio ambiente. A eliminação de barreiras estruturais entre a produção e o consumo, oferece oportunidade considerável para vários setores como a indústria manufatureira, o setor energético e de concessionárias públicas, a construção civil, a logística e gestão de resíduos, a agricultura e a pesca (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2016).

Na era da transformação digital o número de dispositivos conectados será de 25 a 50 bilhões até 2020, o que gera benefícios a sociedade e seus usuários e também lucros para os negócios, ou seja, a conectividade possibilita fluxo de materiais em seu mais alto valor. Um exemplo de grande importância é hoje os maquinários de última geração proporcionar aos produtores rurais monitorar e regenerar áreas sob risco de degradação, sem interrupção do fornecimento de produtos agrícolas frescos e abundantes (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2016).

Para Ellen MacArthur Foundation (2016), se eliminamos barreiras estruturais formadas ao longo do tempo entre a produção e o consumo, empresas como: a indústria manufatureira, o setor energético, de concessionárias públicas, a construção civil, logística, gestão de resíduos, a agricultura e a pesca, todas podem ser beneficiadas por uma economia circular habilitada pela Internet. Ex.: HP, empresa que viu através da recarga de seus cartuchos uma forma de economia circular, agregando a internet com o serviço Instant Ink. Os clientes HP pagam um valor mensal e com base no número de páginas que imprime a empresa HP já sabe se o cartucho está acabando e envia outro a seu cliente, retirando o cartucho vazio; A Libelium fundada em 2006 e sediada na Espanha é uma empresa de tecnologia, desenvolve e fabrica uma plataforma sob medida da Internet, e através de sensores que implantados nas lavouras e plantações para monitorar diversas combinações de parâmetros ambientais, incluindo temperatura, nível de umidade, radiação fotossinteticamente ativa (PAR) e potencial de água no solo. Os produtores através de um PC, tablet ou smartphone podem acessar e visualizar informações sobre as condições ambientais, doenças e pestes que afetam sua produção. Esse sistema reduz a utilização de pesticidas, fertilizantes e água ao mesmo tempo em que aumentam a colheita.

O modelo de economia circular veio para diminuir gastos com energia e materiais diferenciando-se do modelo linear (extração, produção e descarte), sendo restauradora e regenerativo e pretende manter produtos, componentes e materiais à sua maior utilidade e valor em todos os momentos, distinguindo entre os ciclos biológicos e técnicos. A Economia

circular portanto gera crescimento econômico, cria empregos e reduz os impactos ambientais, incluindo as emissões de carbono. Contudo existem muitas entraves não-financeiros, limitando ainda mais aumentar ou segurando ritmo. Portanto algumas decisões políticas, podem desempenhar um papel importante e ajudar a superar estas barreiras. A utilização de métodos de compostagem ou digestão anaeróbica, movem os materiais para o solo repondo desta forma os nutrientes necessários para aumentar a produtividade do solo, gerando um aumento da resiliência nos sistemas vivos e na economia. Também gera economia líquida substancial de materiais e redução da exposição à volatilidade dos preços. (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2015).

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na década de 60, a utilização em larga escala de defensivos agrícolas no país, fez com que fosse criado um conjunto de leis na busca de regulamentar sua aplicação. Porém os agricultores não tinham muitas alternativas a não ser enterrar, queimar ou descartar as embalagens usadas em rios, lagos ou até mesmo na própria lavoura, colocando assim em risco o meio ambiente. Em junho de 2000 foi promulgada e regulamentada em 2002 a Lei Federal 9.974/00, delegando aos usuários de defensivos agrícolas a responsabilidade de devolver as embalagens vazias aos comerciantes que, por sua vez, teriam de encaminhá-las aos fabricantes. Portanto em 14 de dezembro de 2001 foi criado o inpEV, entidade responsável por integrar todos os elos da cadeia e gerenciar o sistema. (inpEV, 2013)

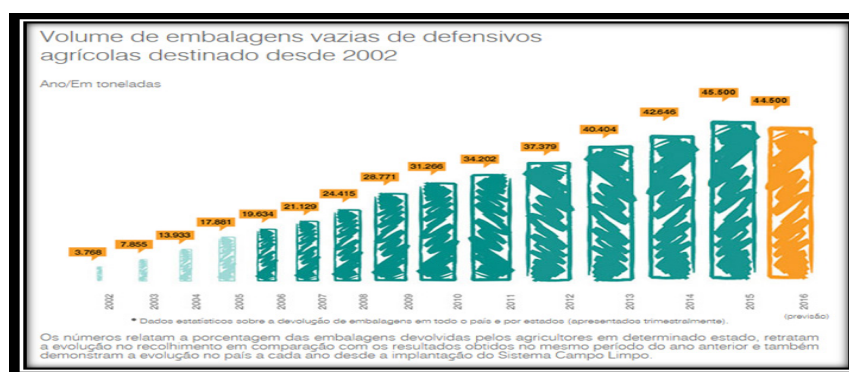


Figura 1- inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) Sistema Campo Limpo/ 2013

2.1. Logística Reversa

A definição de logística reversa segundo a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 diz que é um “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada” (REZENDE, 2016).

Devido ao crescimento econômico mundial de 2002 a 2010 houve um crescimento

de 150% nos preços médios das *commodities*, incluindo petróleo. Para identificar esse estrangulador aumento de custos a economia circular oferece alternativas e duas condições: identificação dos objetos por radiofrequência dando a estes a possibilidade de seu rastreamento, a esta chamamos de “internet das coisas” sendo considerada a base central da economia circular; a segunda é de natureza política voltada a eliminar a noção de lixo (ABRAMOVAY, 2010).

O crescimento econômico mundial vem proporcionando o que chamamos de fronteira de inovação, ou seja, logística reversa global que segundo a Ellen MacArthur Foundation seria o reaproveitamento das coisas. Um ótimo exemplo é a Renault que fabrica de peças de reposição com base no reaproveitamento de remanescentes usados, que além de reduzir o preço final ao consumidor, ainda diminui o consumo de água, energia e emissão de gases poluentes de efeito estufa (ABRAMOVAY, 2010).

Segundo Alves (2010), há necessidade de dois planetas terra para sustentar toda a população existente. Pesquisa realizada identificou que em 1976, tudo que foi retirado da terra, a natureza conseguiu repor. Em 2007, o consumo de recursos naturais ficou acima de 50% da capacidade de reposição. Já a previsão pra 2030 é de que haverá a necessidade de redução de 33% do padrão de vida da população mundial, senão serão necessárias duas terras para poder suprir as necessidades de todos. Portanto, para que a população possa sobreviver haverá necessidade de algumas mudanças: primeiramente permitir a sobrevivência de demais espécies, reduzir desperdícios, reciclar e reaproveitar o lixo, melhorar o aproveitamento da energia, promover a biodiversidade e impedir tudo que agrida ao meio ambiente, entre outros.

2.2. Sustentabilidade

Segundo SOLOW (1974, 1993), considera que o nível de consumo per capita deva ser sustentado indefinidamente no nível mais elevado possível (apud CECHIN & VEIGA 2010). Para que isso ocorra é necessário conservar a soma de três tipos de capital: manufaturado, humano e o natural.

Na visão neoclássica de NORDAUS & TOBIN, (1972); STIGLITZ, (1979), existe a possibilidade de substituir recursos naturais por capital, ou seja, se o preço de um recurso natural aumenta, sua participação relativa no processo produtivo diminui (apud CECHIN & VEIGA 2010). Para GEORGESCU-ROEGEN, (1971, 1976, 1979 apud CECHIN & VEIGA 2010), essa substituição viola a 2ª lei da Termodinâmica “entropia”, ou seja, uma vez alcançado o limite termodinâmico da eficiência, o produto real é totalmente dependente do capital natural.

Em algum momento a depleção de recursos e o despejo de resíduos afetarão as gerações seguintes em terem qualidade de vida igual ou superior que a atualmente vivenciada, consequências inevitáveis da atividade econômica. Desenvolvimento sustentável é aquele em que a riqueza total de uma sociedade se conserva ou aumenta (BANK, 2005 apud CECHIN & VEIGA 2010).

A Rio 92 diz que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

Um exemplo de sustentabilidade e Economia Circular é a Empresa JG, que recolhe meias velhas e rasgadas e produz cobertores para doar a pessoas carentes e que necessitam.

2.3. Economia Circular

Cechin e Veiga (2010), descrevem a economia circular como a relação fundamental entre a produção e o consumo, e pretende mostrar como circulam produtos, insumos e dinheiro entre empresas e famílias.

Para Marx (1988) apud CECHIN e VEIGA, “uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir”.

Portanto, para reduzir a produção de resíduos gerando benefícios econômicos, concomitante aos benefícios ambientais fazendo desta forma uma diferenciação entre “consumir” e “utilizar” recursos trocando a extração de novas reservas pela recuperação dos materiais gerados pelas atividades econômicas como minimizar, rastrear e eliminar substâncias tóxicas ou ainda reduzindo ou erradicar a geração de resíduos por meio de cuidados na etapa de projeto do produto. (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION apud RIBEIRO e KRUGLIANSKAS, 2012) Segundo a House of Commons, 2014 apud Ribeiro e Kruglianskas, 2012 a EC é mais duradoura pois propõe a utilização de recursos de maneira mais consciente, ou seja, consumir menos, com produtos de melhor qualidade mais duráveis e passíveis de reforma, conserto e remanufatura. Segundo Ellen MacArthur Foundation, 2015, as empresas recebem políticas de incentivos e já estão iniciando a transição e se adequando a EC, mas deve haver a cooperação entre os diferentes departamentos governamentais que inclui negócios, indústria, finanças e meio ambiente como a solução de negócios, evitando assim que novas barreiras políticas involuntárias sejam criadas. Todas as partes interessadas devem ser incluídas como: cidadãos, consumidores, sindicatos de trabalhadores e organizações ambientais. Se observarmos a figura 3, que descreve o modelo circular de economia a ser projetado para circular com o máximo de agregação de valor em ciclos sucessivos, evitando o retorno à biosfera na forma de disposição em aterros.

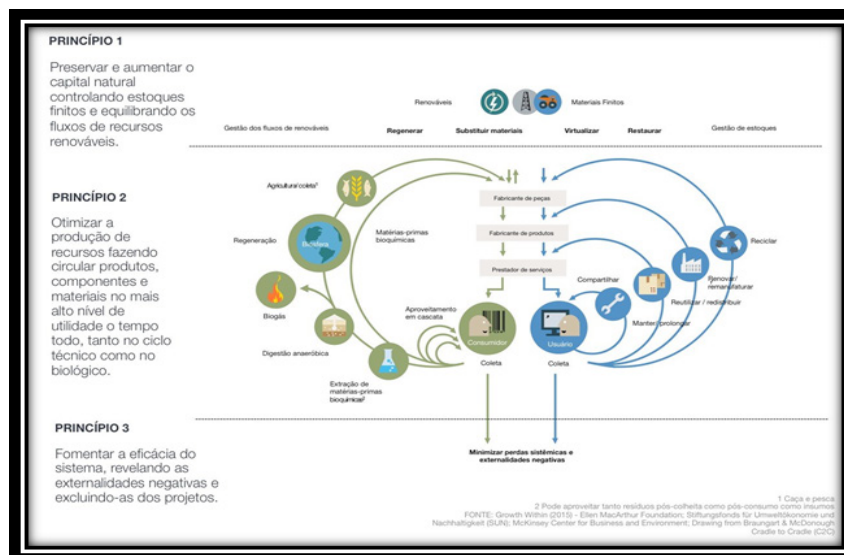


Figura 2 – Fonte Growth Within (2015) – Ellen MacArthur Foundation

Observa-se que do ponto de vista macroeconômico, a economia circular propõe que os materiais sejam utilizados reduzindo a geração de resíduos e gerando benefícios econômicos, de modo a maximizar seu valor, concomitante aos benefícios ambientais. Na grande maioria das vezes isso é obtido não mais por meio da apropriação dos recursos naturais virgens, mas sim da recuperação dos recursos ditos “secundários”, originados do reuso ou reciclagem dos resíduos (HOUSE OF COMMONS, 2014). Portanto, na prática, a EC confia no uso das energias renováveis; minimiza, rastreia e elimina o uso de substâncias tóxicas; e reduz ou mesmo erradica a geração de resíduos por meio de cuidados na etapa de projeto do produto (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2012).

A Economia Circular tem como principal objetivo, utilizar os materiais de forma repetida em ciclos que mantêm seu valor intrínseco, possibilitando consumir menos, produtos de melhor qualidade, mais duráveis, passíveis de reforma, conserto e remanufatura (HOUSE OF COMMONS, 2014).

Segundo Ribeiro e Kruglianskas (2014), para se promover uma verdadeira “revolução”, que é o ponto fundamental da transição para uma EC é necessário que os produtos apresentem longevidade, durabilidade, potencial de reparo, possibilidade de atualização, reuso, remanufatura e reciclagem. Portanto, vê-se a importância da designers para a economia circular, ou seja, temas nos cursos da graduação de engenheiros, designers industriais, antropólogos, cientistas de materiais, dentre outros, atribuindo quais os aspectos relevantes do ciclo de vida dos produtos e serviços, para melhor projetá-los.

Portanto, a Economia Circular nada mais é do que a integração entre todos os setores e empresas, possibilitando desta forma que os resíduos possam voltar ao ciclo econômico (LAURINDO, 2016).

Segundo pesquisa realizada por Barros e Amin (2006), para se atingir a produção máxima sustentável, ou seja, o ótimo biológico, deve-se estabelecer formas de atingir a maximização do bem-estar social e promover, concomitantemente, a perpetuação do meio ambiente, através da conservação do capital natural (relativo). Para tanto, é preciso que

haja um consumo sustentável demonstrado no Figura 4.

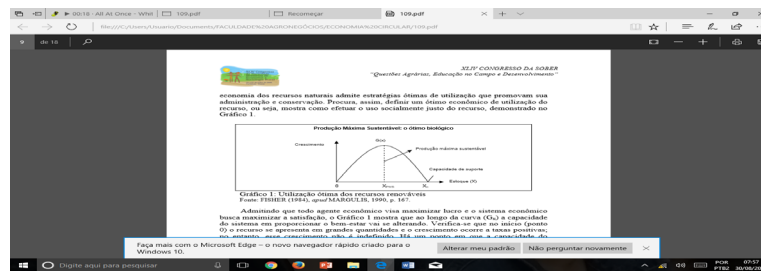


Figura 4: Utilização ótima dos recursos renováveis
Fonte: FISHER (1984), *apud* MARGULIS, 1990, p. 167

A figura 4 mostra que ao longo da curva (Gx) a capacidade do sistema em proporcionar o bem-estar vai se alterando, pois deve-se admitir que todo agente econômico visa maximizar lucro e todo sistema econômico busca maximizar a satisfação. Observa-se portanto que no início (ponto 0) o recurso se apresenta em grandes quantidades e o crescimento ocorre a taxas positivas; mas, esse crescimento não é indefinido. Se observarmos há um ponto em que a capacidade do recurso chega no limite de exploração e qualquer crescimento adicional fará com que não apresente a mesma capacidade de reposição e regeneração. Esse é o ponto XPMS, o ponto de inflexão da curva (Ponto em que o crescimento é máximo), a esse ponto dá-se o nome de Produção Máxima Sustentável (PMS). Xc é o ponto em que o crescimento potencial é máximo, e nele os recursos já estão plenamente usados. O ótimo econômico então, neste caso é aquele em que o crescimento é positivo, sustentável e inferior ao uso total do recurso. No ponto XPMS é que ocorrerá a utilização ótima do recurso, pois nele maximiza o lucro considerando a vida futura do recurso. Portanto deve-se considerar a utilização ótima como sendo aquela em que a produtividade marginal sendo igual ao custo marginal (MARGULIS, 1990, p. 167-168 *apud* BARROS E AMIN).

2.5. Estratégias e desafios para implementação da EC

Deve-se promover à restauração dos materiais na economia a fim de reduzir o consumo e permitir o retorno dos materiais aos ciclos produtivos. Para que isso aconteça é necessário: Incentivar a formação de projetistas, engenheiros, etc., capacitá-los a criar habilidades para projetos circulares; criar ciclos reversos de qualidade garantindo a máxima agregação de valor na recuperação; optar por novos modelos de negócios, criando sistemas de pagamento por desempenho; desenvolver fatores que venham a melhorar o desempenho entre ciclos e setores; construir negócios cooperativos e rentáveis (HOUSE OF COMMONS, 2014; EMF, 2012).

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Polo de Fruticultura Irrigada São João está localizado em Porto Nacional/TO, foi o local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa que envolveu coleta de dados dos

produtores no local. O reservatório da Usina Hidrelétrica de Lajeado é, utilizada como fonte hídrica. Para o projeto a água será captada na margem direita, por bombeamento, sendo que a vazão necessária será suprida em dois canais secundários, realizando a em dez setores irrigação (ENGETEC, 2018).

A área do Projeto corresponde a 5.128,8 hectares (MI, 2014).



Gestão do Projeto São João Página 3

Figura 3 - Mapa do Polo de Fruticultura Irrigada São João em Porto Nacional - TO

Fonte: Localização estratégica do projeto dentro do Estado e do País.

MI (2

Para conhecer a área, utilizou-se da pesquisa Exploratória, sendo o primeiro passo necessário explorar o campo que pretende abordar. A segunda pesquisa utilizada foi a Descritiva, onde relatou-se de maneira objetiva e detalhada as características de determinada comunidade da população ou de determinado fenômeno, podendo também estabelecer correlações entre as variáveis encontradas. Por último fez-se a pesquisa de Campo, sendo a mesma, investigação empírica. Os dados para o estudo foram obtidos através de revisão bibliográfica, entrevista com moradores do Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João/Porto Nacional – TO.

Para o agricultor Sousa (2018), desde cedo deve-se ter cuidado com a cultura, a terra deverá ser adubada e fazer o controle das pragas, não devendo passar muito inseticida para não prejudicar os consumidores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES



Gráfico 1 - Você já ouviu falar Economia Circular?

Observou-se que um grande número de pessoas, nunca tinham ouvido falar em

economia circular, com isso, vê-se a necessidade de mais projetos e mais estudos na área junto aos produtores, ajudando a mantê-los tanto informados, quanto capacitando-os para melhoramento do manejo e conservação do solo.

Segundo Viederman (apud FUKS, 2012 p.105), tem-se notado uma demanda crescente por profissionais na área de Gestão Ambiental, em virtude dos graves problemas ambientais de poluição e de exaustão de recursos, ocorridos nas últimas décadas.

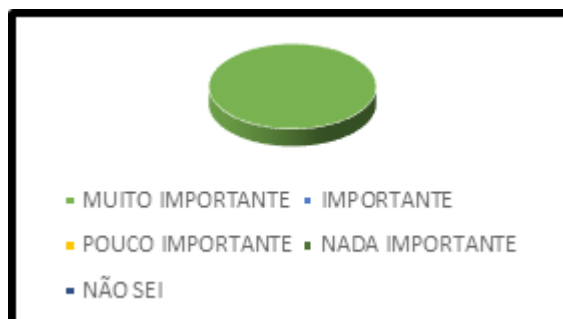


Gráfico 2 - Qual a importância de se promover a Economia Circular?

Após uma breve explanação sobre o conceito de economia circular, os agricultores chegaram a conclusão da importância e necessidade de mudança nos hábitos e manejo em sua propriedade. De acordo com Ferreira, Silva e Ferreira (2016, p.457), os negócios sustentáveis além de criar empregos, geram riquezas melhorando a qualidade de vida.

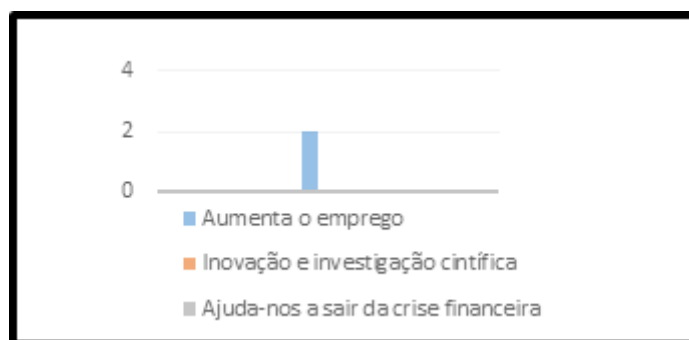


Gráfico 3 - Quais as razões da Economia Circular ser considerada importante?

Para ambos os produtores entrevistados a geração de emprego é a razão mais importante em se promover a Economia Circular.

Ferreira, Silva e Ferreira (2016, p.452), considera a Economia Circular importante pois estimula novas práticas de gestão e muda o conceito da relação entre a sociedade e a produção dos bens de consumo que abrange o reciclo, reuso e remanufatura de resíduos industriais e lixo e, ainda, o uso das biomassas renováveis nos processos químicos. Portanto, há excelentes perspectivas para a sociedade no que diz respeito à geração de empregos, à educação, inclusão social e redução da pobreza.

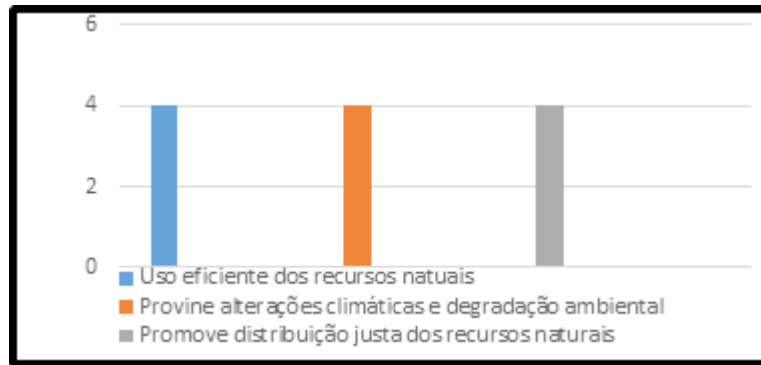


Gráfico 4 – Para melhorar o meio ambiente é necessário?

Quando se fala em meio ambiente, leva-se em conta uma série de fatores essenciais para conservação do planeta. Para os entrevistados, devemos manter o uso eficiente dos recursos naturais, prevenir alterações climáticas, prevenir a degradação ambiental e promover a distribuição justa dos recursos naturais, somente desta forma o solo terá sua vida útil aumentada.

Segundo o Art. 1º da Lei nº 9795/99, para a conservação do meio ambiente o indivíduo deve usar de habilidades, atitudes e competências bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

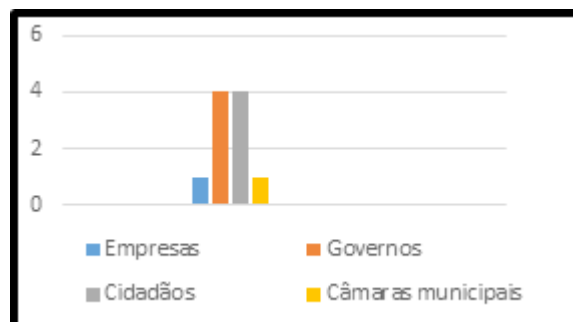


Gráfico 5 – Quem pode contribuir para a concretização da Economia Circular?

Os Governos e Câmaras municipais são os responsáveis em proporcionar condições de enquadramento, previsibilidade e confiança às empresas. Por sua vez as empresas irão reforçar e definir o modo como os cidadãos podem assegurar os benefícios da economia circular contribuindo para a criação de mais e melhores empregos.

A transição para uma economia mais circular propicia grandes oportunidades, para que se torne mais sustentável. É apoiada por uma grande viabilidade econômica, permitindo que as empresas realizem ganhos econômicos substanciais e se tornem mais competitivas. Gera emprego local e oportunidades para a integração social. Os princípios da economia circular foram progressivamente integrados nas melhores práticas industriais, nos contratos públicos ecológicos (“Governos e Câmaras municipais”), na utilização dos fundos da política de coesão etc. (Comissão Europeia, 2017, p.2).

Ainda segundo Karaski, Ribeiro, Pereira e Arteaga, 2016, p.9, para que a economia se torne circular se faz necessário mudanças nas políticas públicas, na economia, na

participação dos cidadãos e principalmente no seu grau de conscientização.

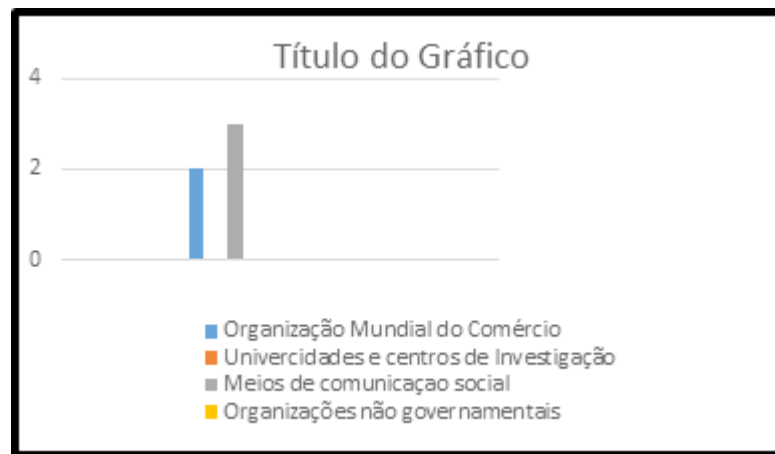


Gráfico 6 – Que setores seriam importantes para promover a Economia Circular?

Existem diversos setores que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento e consolidação da economia circular. De acordo com os entrevistados os meios de comunicação social e a Organização mundial do comércio são as principais responsáveis para que isso aconteça.

Segundo a OMC as relações na área do comércio e as atividades econômicas serão conduzidas para à melhoria dos padrões de vida, assegurando o pleno emprego, expandindo a produção e o comércio de bens e serviços, permitindo ao mesmo tempo o uso dos recursos naturais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável, sempre procurando proteger e preservar o meio ambiente em seus diversos níveis de desenvolvimento econômico (GATT apud http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200003). Para a Organização mundial das Embalagens (WPO – Word Packaging Organisation), a embalagem contribui a sociedade, quando inserida a economia circula de forma sustentável (KARASKI, RIBEIRO, PEREIRA e ARTEAGA, 2016, p. 6).

Para a Comissão Européia, as redes sociais e os meios de comunicação digitais são capazes de mobilizar vários consumidores para utilização de novos produtos e serviços circulares. Portanto, o rápido aproveitamento e abordagem dos desafios da economia circular dependem do apoio alargado da sociedade.



Gráfico 7 – Quais os maiores obstáculos à concretização da Economia Circular?

Observa-se que apesar da falta de conhecimento sobre o assunto abordado, os entrevistados acabaram chegando a conclusão de que o maior obstáculo para a concretização da Economia Circular é a falta de preparo da população para a mudança hábito de consumo. Tem que se fazer uma conscientização a população mundial da necessidade da mudança, não descartar, consertar, reutilizar. A modernidade está fazendo com que fiquemos consumistas e estamos esquecendo de cuidar do nosso planeta terra.

Segundo Leite e Guevara, 2013, p 14 e 15, o primeiro passo a ser tomado para resolução dos agravantes sociais é a responsabilidade social e a agregação a sustentabilidade desses setores. O modo de vida pós-capitalista levou tanto o homem, como o próprio espaço urbano a degradações.

A transição para a Economia Verde melhora o desempenho ecológico das cadeias de abastecimento internacionais e tem o potencial de criar oportunidades acrescidas de comércio certificado e ainda promover serviços relacionados a certificação ambiental e da sustentabilidade (UNEP, 2013b apud CORREIA).

O fato de o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), não ter sido aprovado ao longo dos últimos anos, após as audiências públicas em todas as regiões do país, ficou assim demonstrado a falta de vontade política e fragilizou tanto a implementação quanto o monitoramento da PNRS pela sociedade. Seu propósito era dar subsídios, por meio do estabelecimento de disposições gerais, com objetivos e diretrizes para a gestão de resíduos sólidos, responsabilizando assim pessoas, físicas ou jurídicas, tanto de direito público ou privado, para a gestão compartilhada dos resíduos (BASEN, JACOB e FREITAS, 2017, p.30).

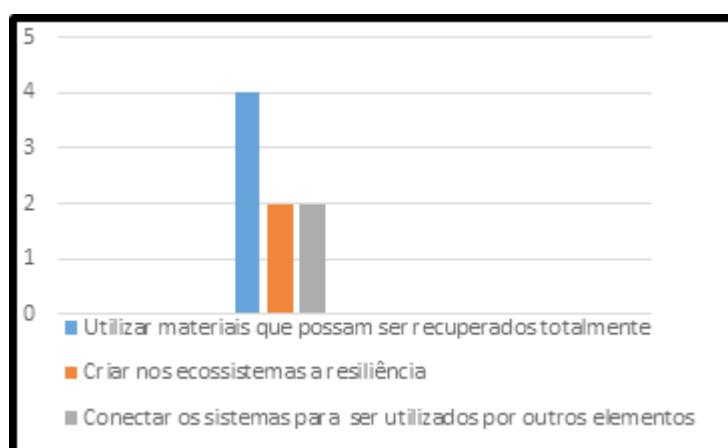


Gráfico 8 – Na sua opinião quais seriam os principais fundamentos da Economia Circular?

O termo resiliência, totalmente desconhecido pelos entrevistados, é na verdade uma das formas mais importantes de Economia Circular. Essa capacidade de regeneração dos materiais é o ponto primordial para a recuperação da sustentabilidade, do ecossistema, do nosso planeta terra. Sem contar a utilização de materiais que possam ser totalmente recuperados, ou seja, tudo que for feito pensando em recuperação, reaproveitamento, é Economia Circular.

São cinco os principais fundamentos da Economia Circular necessários para manter a sustentabilidade, por meio da preservação dos recursos: visar o bem comum; segundo

uma perspectiva evolutiva como resultado do conjunto de valores da sociedade; capacidade regenerativa dos ambientes; Socialmente justo ou seja, distribuídos na medida das necessidades das partes; e economicamente viável com resultados em prazos definidos e desenvolvimento duradouro (MAGALHÃES e HASENCLEVER, 2007, p.31).

	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente	Não sei
É fundamental para o desenvolvimento econômico.	2	3			
Não é questão relevante, pois com o avanço científico e tecnológico iremos descobrir novas fontes de recursos (ex. mar).			5		
Implica alterações nos hábitos de vida das pessoas (consumir menos, reutilizar mais).		4			1
É inevitável porque os recursos estão se esgotando.	1	4			
Requer a proibição da venda de produtos menos eficientes ou não reutilizáveis.	1		4		
Produzir bens duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.	3	2			

Gráfico 9 - Assinale o grau de concordância com a seguinte frase:
"O uso eficiente dos Recursos Naturais"

Gráfico 9 – Assinale o grau de concordância com a seguinte frase:
"O uso eficiente dos Recursos Naturais"

O crescimento econômico ocorrerá quando medidas políticas, mudança de posicionamento e atitudes da população mundial forem tomadas visando um mundo único e não dividido por nações. O uso correto e preservação dos recursos naturais somente irão contribuir para o crescimento econômico mundial como um todo, e se utilizarem-se então de tecnologias (ex. anti-poluição, etc.) e desenvolvimento científico, onde se desenvolvem técnicas de manutenção e recuperação dos ecossistemas, estará contribuindo para o uso eficiente de recursos naturais. Isso implica mudança nos hábitos das pessoas, pois na era do consumismo, do digital se torna mais difícil ainda de nos ajustarmos. Porém é urgente e inevitável, os recursos do nosso planeta são finitos e esgotáveis. Portanto, há necessidade de empresas inovadoras, empreendedoras capazes de produzir e reutilizar produtos reinserindo-os na cadeia produtiva, tornando os mesmos duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.

De acordo como o mercado se ajusta, ocorre um crescimento econômico, e por estarem na base de qualquer atividade econômica, são os recursos naturais que dão origem a todo processo produtivo (BARROS e AMIN, 2006, p. 4).

O desenvolvimento científico e tecnológico que envolve não apenas uma mudança da tecnologia, mas uma mudança do ambiente social junto com fatores políticos, econômicos e sociais, caminham paralelamente de forma indissociável. Precisamos de mais tecnologias, pois tanto estas quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico (VERASZTO, SILVA e MIRANDA, p. 7).

Segundo estudos, apontam que já excede em 30% o consumo dos recursos naturais para a capacidade do planeta em se regenerar, portanto, com esse ritmo, somado ao crescimento populacional, mais ou menos no ano de 2030 iremos precisar de mais dois planetas para nos manter. A solução para esse problema é a redução do consumo dos

recursos naturais, ou seja, valorizar os recursos que ainda não foram incorporados à atividade econômica (A3P,2009, p. 37).

Para estimular o consumo de produtos não tóxicos, menos poluentes e mais eficientes o Estado pode estimular as compras de produtos chamados de “compras verdes”, atendendo aos padrões de sustentabilidade (NASCIMENTO, 2012. P.51).

Para ajudar a acabar com o desperdício de materiais que tinham como destino o lixo, a prática da reciclagem está se tornando cada vez mais um modelo de incentivo além de fonte de renda. Portanto, tanto a reciclagem, quanto a reutilização, vem proporcionando muitos benefícios a sociedade (ARBALHO, BARBALHO, REBOLÇAS, ARAÚJO E GONDIN, p.3). Através da Resolução 103/2012 foi instituído um Guia Prático, onde dispõe algumas diretrizes e práticas sustentáveis, de como preferir produtos de baixo impacto ambiental, não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; preferência para produtos reciclados e recicláveis; aquisição de produtos e equipamentos duráveis e reparáveis (BARBOSA, OLIVEIRA, ARENAS e BISINOTO, p.8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar aspectos da Economia Circular para o alcance dos resultados. Um dos métodos de pesquisa utilizados será Pesquisa Exploratória que segundo Koche (1997) se caracteriza por proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo. Muitas vezes o pesquisador não dispõe de conhecimento suficiente para formular adequadamente um problema ou elaborar de forma mais precisa uma hipótese. Devido à dificuldade em encontrar os agricultores do Projeto de Fruticultura São João, a pesquisa foi realizada na feira municipal da 304 Sul, pesquisa sobre se estes agricultores já ouviram falar de Economia Circular, e de que forma acontece, como poderiam contribuir para que a mesma ocorra de forma eficiente e quais os órgãos responsáveis para que a economia circular prospere. Foram obtidos dados sobre a pesquisa realizada através de instrumentos de entrevistas.

Os resultados gerais da pesquisa indicam que há necessidade de mais informações frente as redes sociais quanto a conscientização da população em geral, principalmente das empresas, agricultores em implantarem e colocarem em prática a Economia Circular, isso fará com que os produtos fiquem mais tempo em uso, não sendo descartados ao meio ambiente, diminuindo assim a contaminação e a degradação do meio ambiente. As informações reveladas pela pesquisa sugerem a necessidade de uma maior integração entre homem, meio ambiente, recursos naturais de forma sustentável e responsável. Portanto, observou-se a importância de trabalharmos com os Agricultores do Projeto para orientação e mudança de conceito quanto ao uso correto dos recursos naturais, tendo assim uma visão regeneradora e restaurativa do nosso sistema.

A Economia Circular melhora os níveis econômicos, pois economiza matérias primas

não renováveis, promovendo geração empregos, economizando energia e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para que a Economia Circular aconteça, os produtos que estão no final de sua vida útil são transformados em recursos para outros produtos, fechando assim o ciclo. Como os ecossistemas são autossustentáveis, irão minimizar a geração de resíduos, procurando a sua maior utilização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Um acordo pela economia circular**. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/20626-46610-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

ALVES, J. E. D. **A terra no limite**. Disponível em: <http://www.ecoverdemt.com.br/arquivo/documentos/A%20terra%20no%20limite.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TACHIAWA, Takeshy; de CARVALHO, Ana Barreiros, **Gestão Ambiental – Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

AVELINO, dR. CARLOS. **Economia Circular, Consciência e Reflexão, Sustentabilidade**. Disponível em: <https://carlosavelino.com/2016/09/03/economia-circular>. Acesso em: 20 set. 2016

BALLOU, R.H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física**/ Tradução Hugo T.Y. Yoshizaki – 1.ed. - 27 reimp. - São Paulo: Atla, 2012.

BARBALHO, I. L. P.; BARBALHO, E. P. C.; REBOUÇAS, M. J. J. B. de S.; ARAÚJO, R. C. A. de e GONDIM, P. C. A. **O aproveitamento de materiais recicláveis como fonte de renda**. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/363.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BARBOSA, A. C.; OLIVEIRA, A. S. de L. ; ARENAS, M. V. dos S. e BISINOTO, G. D. S. **Licitação sustentável na Administração Pública: Um estudo de caso na TRT na 14ª Região**. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/208.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BARRIGA, Cláudio. **Tecnologia e Competitividade em Agronegócio**. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Barriga_1995_Tecnologia-e-competitividade-e_18530.pdf. Acesso em: 20 set. 2016.

BARROS, F. G. N. E AMIN, M. M. **Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável os Recursos Naturais e o pensamento econômico**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/109.pdf>. Acesso em 16 jul. 2017.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. Editora Atlas. Vol. 1. 3ª. ed. 2007.

BESEN, G. R.; JACOBI, P. R. e FREITAS, L. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: Implementação e monitoramento de resíduos urbanos**. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/sites/default/files/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Res%C3%ADduos%20S%C3%B3lidos%20.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental a Formação do Sujeito Ecológico**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARPINETTI, L.C.R. **Gestão da qualidade: conceitos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2010.

CECHIN, A. D; VEIGA, J. E. **A Economia Ecológica e Evolucionária de Georgescu-Roegen**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a05v30n3>. Acesso em: 21 fev. 2017.

COMISSÃO EUROPÉIA. **A Economia Circular interligação, criação e conservação de valor**.

Disponível em: <http://www.igfse.pt/upload/docs/2016/PublicacaoEconomiaCircular.pdf>. Acesso em 14 jul. 2017.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Relatório da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões sobre a aplicação do plano de ação para a economia circular.** Disponível em: <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2017/PT/COM-2017-33-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF>. Acesso em 14 jul. 2017.

CORREIA, P. J. C. Real. **Rumo a uma Economia Verde?** Avaliação, Opções e Políticas de Desenvolvimento para Portugal. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146182326/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 14 jul. 2017.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis:** da crítica dos modelos aos novos paradigmas. Disponível em: http://www.michaeljonas.com.br/meu%20trabalho/fca_grad/Economia%20II/Apo/Desenvolvimento%20Sustentavel.pdf. Acesso em: 20 set. 2016.

ELLO SUSTENTÁVEL. **Você já ouviu falar em economia circular?** Disponível em: <http://www.ellosustentavel.com.br/artigos/voce-ja-ouviu-falar-em-economia-circular>. Acesso em: 20 set. 2016.

ENGETEC. **Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João, Porto Nacional/TO.** Disponível em: http://www.engetec.eng.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8:projeto-polo-de-fruticultura-irrigada-sao-joao-porto-nacionalto&catid=5:projetos. Acesso em: 19 mar. 2018.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, P. G.; SILVA, F. C. e FERREIRA, V. F. **A Importância da Química para a Economia Circular.** Disponível em: <http://rvq.s bq.org.br/imagebank/pdf/v9n1a25.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

FERREIRA, P. G.; SILVA, F. C. e FERREIRA, V. F. **A Importância da Química para a Economia Circular.** Disponível em: <http://rvq.s bq.org.br/imagebank/pdf/v9n1a25.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

Fuks, Maurício. **Reflexões sobre o paradigma da economia ecológica para a Gestão Ambiental.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a08v26n74.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

INPEV. **Sistema Campo Limpo.** Disponível em: <http://www.inpev.org.br/sistema-campo-limpo/estatisticas>. Acesso em: 25 out. 2016.

KARASKI, T. u. et al. **Embalagens e Sustentabilidade:** Desafios e orientações no contexto da Economia Circular. Disponível em: http://www.abre.org.br/wp-content/uploads/2012/08/embalagem_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 15 jul. 2017.

LAURINDO, Michelly. **A Viabilidade da Economia Circular à luz da Política Nacional de resíduos sólidos:** Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Monografia%20da%20Michelly.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LANA, Rogério de Paula. **Uso racional de recursos naturais não-renováveis:** aspectos biológicos, econômicos e ambientais. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/14519>. Acesso em: 20 set. 2016.

LEITE, A. C. G. M. e GUEVARA, Prof. A. J. H. **A sustentabilidade empresarial, social e as fontes de energias.** Disponível em: <http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/administracao/bisus/bisus-2s-2103-v1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MACARTHUR, Ellen. **Economia Circular.** Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/ia_portuguese_1.pdf. Acesso em: 25 out. 2016.

MACARTHUR, Ellen. **Fornecimento da economia circular um kit de ferramentas para os responsáveis políticos.** Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/ellenmacarthurfoundation_policymakertoolkit.pdf. Acesso em: 25 out. 2016.

MAGALHÃES, M. F. e HASENCLEVE L. **O Fluxo Circular da Renda Revisitado em uma Perspectiva de Sustentabilidade:** os intangíveis e o posicionamento das organizações. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos_sem_peq/texto0705.pdf. Acesso em: 18 jul. 2016.

MMA. **Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em: 13 mar. 2017.

NURES. **Núcleo de redes de suprimentos:** Economia Circular. Disponível em: <http://nures.ufsc.br/projeto/economia-circular/>. Acesso em: 27 mai. 2016.

REZENDE, Rosemara Carvalho. **Logística Reversa de embalagens de defensivos agrícolas no Projeto Pólo de Fruticultura Irrigada São João/Porto Nacional/To.** 2016. 32f. tcc - Instituto Federal de Palmas/To, 2016.

RIBEIRO, F. M. et al. **A Economia Circular no contexto europeu:** conceito e potenciais de contribuição na modernização das políticas de resíduos sólidos. Disponível em: <http://www.engema.org.br/xviengema/473.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

SILVEIRA, R. M. C. F. e BAZZO, W. A. **Ciência e Tecnologia: Transformando a relação do ser humano com o mundo.** Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art19.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

SANTOS, F. P. dos e BEZERRA, M. R. **Tecnologia limpa em favor do desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/891.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

VERASZTO, E. V.; SILVA, D. e MIRANDA, N.A. **O papel e os desafios da ciência e da tecnologia no cenário ambiental contemporâneo.** Disponível em: http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/711_C&T_meio_ambiente.pdf. Acesso em: 16 jul. 2017.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WILKINSON, John. **Transformações e perspectivas dos agronegócios Brasileiros.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1516-35982010001300004&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 25 nov. 2016.

A IMPORTÂNCIA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO: PERCEPÇÕES DOS JOVENS ALUNOS, EM BOA VISTA-RR

Adeline Araújo Carneiro Farias

Instituto Federal de Roraima, Campus Boa Vista.
Boa Vista-Roraima

Celson Francisco de Moraes Júnior

Instituto Federal de Roraima, Campus Boa Vista.
Boa Vista-Roraima

Jocelaine Oliveira dos Santos

Instituto Federal de Sergipe, Campus Estância.
Boa Vista-Roraima

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, referente às aulas de Educação Física no Ensino Médio de acordo com as opiniões dos alunos. A pesquisa tem o objetivo de descrever as percepções dos jovens matriculados no Ensino Médio, em escolas públicas estaduais de Boa Vista Roraima, sobre a importância das aulas de Educação Física para o desenvolvimento humano. Com isso, buscamos aplicar os conhecimentos construídos a partir das disciplinas pedagógicas do componente curricular mencionado. No momento, estamos identificando as diversas afirmações mencionadas pelos discentes e utilizando como uma das bases teóricas as competências e habilidades previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. Portanto, a pesquisa caminha pela característica de pesquisa de natureza aplicada, na qual poderá servir de suporte argumentativo para melhoria do curso de Licenciatura em Educação Física. Adotamos a abordagem quanti-

qualitativa, utilizando o método quantitativo de survey para a coleta dos dados, na qual em vista de seus objetivos, classificamos esta pesquisa como exploratória. Considerando que o universo da presente pesquisa é composto pelos jovens matriculados em escolas estaduais, que ofertam o Ensino Médio, na cidade de Boa Vista. Utilizamos para a instrumentação do projeto, Revisão bibliográfica sobre juventude, PCNEM, Survey e Escala Likert. O survey está sendo executado em outras escolas através de questionários realizados pelos alunos do Ensino médio. No entanto, como resultados parciais, apresentamos as percepções descritas pelos alunos da primeira amostra da pesquisa, na qual analisamos e verificamos a contribuição das aulas de educação física, para o desenvolvimento humano dos jovens alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento humano; Licenciatura em Educação Física; Parâmetros Curriculares Nacionais.

1 | INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa que está em execução. A mencionada pesquisa está assentada sobre o universo da juventude, voltando-se as percepções dos jovens matriculados no Ensino Médio, em escolas públicas estaduais, na cidade de Boa Vista-RR, acerca da importância das aulas de Educação física, para o seu desenvolvimento, numa perspectiva integral. Posto que, atuamos em uma instituição pública, é mister que nos importemos com o impacto das atividades formativas na vida do público atendido, visando a conquista de melhores resultados.

Dentre as inquietações que fomentam este trabalho, algumas questões têm um caráter norteador. Que são: Quais as percepções dos jovens estudantes do Ensino Médio sobre a importância das aulas de Educação Física para o seu desenvolvimento humano? Estas percepções dos jovens retratam a construção das competências e habilidades preconizadas nos PCNEM para o componente curricular de Educação Física? Que fatores inerentes à escola, influenciam as percepções dos jovens estudantes, sobre a importância das aulas de Educação Física?

Assim, a partir desta pesquisa estamos podendo conhecer e vivenciar, a partir da metodologia da pesquisa aplicada, os impactos positivos ou negativos, os possíveis conflitos e contribuições, do componente curricular em questão, no desenvolvimento humano dos jovens, a partir das percepções dos mesmos.

Para tanto, inicialmente buscamos uma aproximação ao estado da arte pertinente à Educação Física Escolar, no que tange à discussão em torno da perspectiva do desenvolvimento do estudante, enquanto ser integral.

Desse modo, no que tange mais especificamente as questões relativas à Educação Física e sua relevância para o desenvolvimento humano nos apropriamos de produções de Betti (2009) no qual aborda sobre a importância atribuída pelas políticas educacionais do governo federal à Educação Física. Também analisamos as contribuições de Tani (2008) em suas análises sobre a necessária integração entre a motricidade, a emoção e o pensamento, para o desenvolvimento humano. Estudamos sobre a importância da Educação Física na escola, enquanto contribuição para a formação integral do indivíduo, na perspectiva de Voser e Giusti (2007). E ainda, buscamos apreender as noções de Pereira (1988) no que se refere ao entendimento de que dialeticamente a Educação Física é um meio para a realização humana.

No entendimento da importância desta formação profissional, nos reportamos a Becker (1974) numa compreensão de que a Educação Física, científica e racional, visa desenvolver e aperfeiçoar as qualidades físicas e morais do ser humano. E ainda, conforme Piccoli (2002), que compete aos profissionais de Educação, facilitar ao indivíduo o domínio do seu próprio desenvolvimento, ou seja, que este seja capaz de tomar decisões sobre seu destino e que contribua para o progresso da sociedade em que está inserido. Todavia, paralelamente a este contexto, autores como Montenegro (1994) e Ghilardi (1998) afirmam que a Educação Física ainda não atingiu um status condizente à sua relevância,

na sociedade brasileira.

Analisamos ainda, os marcos legais mais significativos sobre a temática citada, compreendendo a Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -PCNEM (2000), especificamente no que diz respeito às competências e habilidades a serem desenvolvidas em Educação Física, durante o Ensino Médio. Nos PCNEM (2000, p.37), corroborando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) está disposta a ideia de que o Professor de Educação Física deve perceber-se como parte da equipe de demais profissionais encarregados de “educar o cidadão do próximo século”. Tais legislações compõem o referencial teórico do presente projeto de pesquisa.

No que concerne aos entendimentos e discussões em torno da juventude, mais direcionadas às dinâmicas escolares e suas demandas, nos apoiaremos teoricamente nas produções de Sposito (1997, 2003, 2005) e Filipouski (2012).

Utilizamos ainda, enquanto marco teórico, as noções de Desenvolvimento Humano de Papalia (2006) onde esta o percebe enquanto uma disciplina que estuda da mudança e da estabilidade ao longo da vida humana. Nessa concepção, embora examinemos separadamente os aspectos desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial, uma pessoa é mais do que um conjunto de partes isoladas, posto que, o desenvolvimento é um processo unificado.

Desse modo, entendemos que a delimitação da pesquisa à área da Educação Física, ao contrário de ter um caráter restritivo, é de uma amplitude ímpar, tendo em vista o impacto da atuação destes profissionais de educação, no desenvolvimento humano para os jovens matriculados no Ensino Médio em Escolas Públicas Estaduais, na Cidade de Boa Vista-RR.

Assim, concebemos que realizar uma pesquisa na temática proposta, tendo em vista a missão e a função social do IFRR, não apenas é relevante, como também se traduz em responsabilidade social. Como exposto no entendimento institucional de que “a pesquisa deve pautar-se nos princípios científicos e educativos que ampliem a autonomia intelectual e a prática interativa com a realidade”. (IFRR/PDI, 2014, p. 65).

Diante dos argumentos apresentados, construímos esta pesquisa tendo por objetivo geral descrever as percepções dos jovens de nível médio, sobre a importância das aulas do componente curricular mencionado, para o seu desenvolvimento humano. Quanto aos objetivos específicos, já alcançados, alguns apresentaremos adiante resultados parciais, sendo estes à aplicação dos conhecimentos construídos a partir das disciplinas pedagógicas do curso de Licenciatura destacado, na formulação, execução e análise dos dados coletados em pesquisa. Buscamos também identificar o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nas aulas de Educação Física, a partir das percepções dos jovens estudantes e ainda, verificar a percepção dos jovens sobre a contribuição das aulas de Educação Física, para o seu desenvolvimento humano, numa perspectiva integral.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa transita pelas concepções de pesquisa de natureza aplicada, posto que levantamos informações que poderão subsidiar intervenções, pois pretende-se que os resultados possam ser empregados concretamente junto a melhoria da qualidade do ensino, do curso de Licenciatura em Educação Física.

Adotamos a abordagem quantitativa, utilizando a técnica do survey para a coleta dos dados, considerando sua adequação na coleta de informações diretamente junto aos informantes, visando levantar e descrever suas ideias, planos e opiniões. (GIL, 2010).

Enquanto instrumento de pesquisa, foram elaborados e aplicados questionários. Visando o alcance dos objetivos propostos, o questionário foi estruturado, formado por questões fechadas, de modo que todos os informantes responderão às mesmas perguntas, assim como terão as mesmas opções de respostas (ALENCAR, 1999).

O questionário de pesquisa é de questões fechadas, nas quais as opções de respostas foram elaboradas conforme a escala Likert. A referida escala submete opções para que os informantes assinalem seu grau de concordância ou discordância sobre a temática em pesquisa (BACKER, 2000).

Na análise dos dados, estamos utilizando cálculo do Ranking Médio. Já no universo da pesquisa, é composto pelos jovens matriculados em escolas estaduais que ofertam o Ensino Médio, na cidade de Boa Vista-RR.

Considerando que contamos com 29 escolas estaduais que ofertam o Ensino Médio, definimos a amostra da pesquisa em dez por cento deste total, três escolas, portanto. Em cada escola pesquisada, serão aplicados os questionários a uma turma completa de cada ano do ensino médio. Desse modo, das nove turmas de ensino médio, sendo três do primeiro ano, três do segundo ano e três turmas de terceiro ano.

Para a definição das escolas optamos por abordar três diferentes regiões da cidade, tencionando conhecer as percepções de jovens que possam representar as condições das escolas da cidade, de modo que tenhamos uma visão geral.

Assim, definimos as escolas estaduais: Elza Breves de Carvalho, localizada na zona oeste da Cidade, situada na periferia, no Conjunto Cidadão; Hildebrando Ferro Bitencourt, localizada na região leste da cidade, no bairro Estados; e ainda, a Escola Estadual Dom José Nepote, que se encontra no bairro Pricumã, permanecendo numa posição central em relação as outras duas escolas, conforme podemos observar na Figura 1.

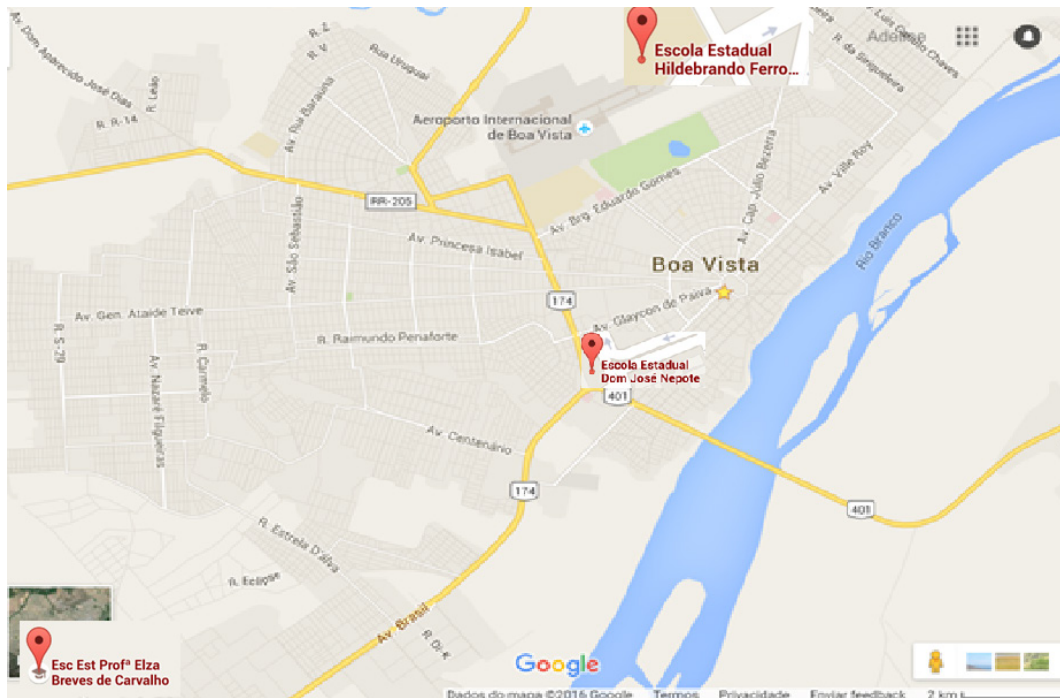


Figura 1- Mapa da cidade de Boa Vista-RR, apresentando a localização aproximada das três escolas nas quais será realizada a pesquisa. IFRR, 2016.

Fonte: Google Maps. 2006.

Para a definição da amostra da pesquisa, decidimos pela utilização da técnica de survey esplanadas nas etapas a seguir:

1. Revisão bibliográfica sobre juventude, PCNEM, Survey e Escala Likert, visando definir constructos teóricos que basearam as definições operacionais do survey;
2. TProjeto do survey: definir informações a ser coletadas, elaborar um piloto;
3. Teste piloto do instrumento de coleta de dados: testagem dos procedimentos de aplicação, tabulação e análise dos dados;
4. Aplicação do survey nas três escolas definidas no projeto de pesquisa.

Para a aplicação do survey, elaboramos o questionário definido de modo mais objetivo possível, a partir de questões fechadas, tendo em vista a contribuição de uma fácil compreensão por parti dos alunos, evitando dúvidas em suas respostas, conforme ilustramos na Figura 2.

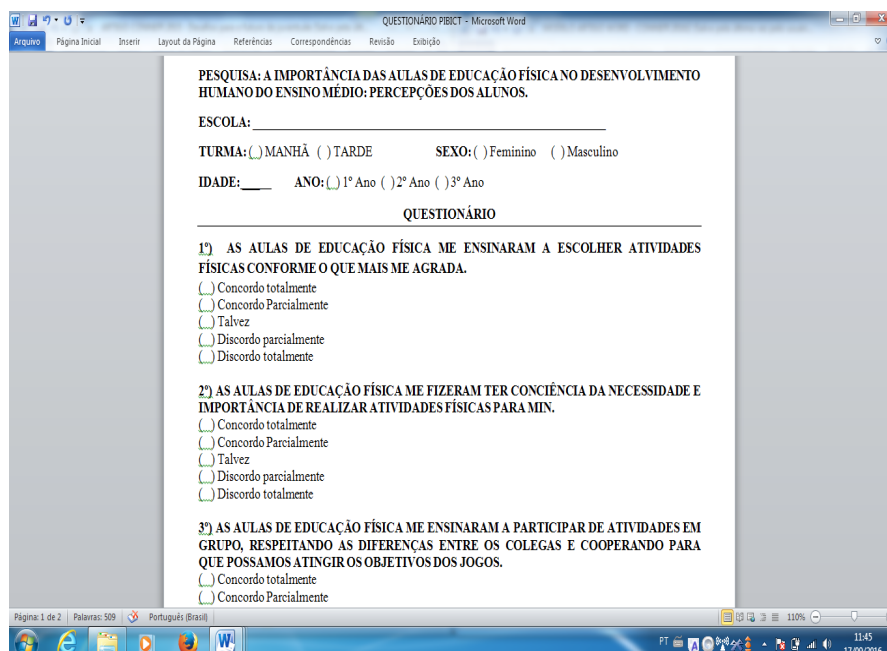


Figura 2. Questionário eletrônico, composto por dez questões fechadas, e para atingirmos uma amostra maior na pesquisa, as respostas estão de acordo com a escala Linkert.

Fonte: Arquivo eletrônico dos pesquisadores.

Para a análise dos dados coletados adotamos o cálculo do Ranking Médio, aplicado aos itens da escala Likert, considerando para esta fase da pesquisa as etapas:

1. Atribuição de valores variando de 1 a 5 para cada opção de resposta, calculando a média ponderada para cada item assinalado, considerando, portanto, a frequência das respostas, conforme Oliveira (2005).
2. Realização da análise dos resultados e a produção de gráficos e tabelas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estando em plena execução do projeto, neste artigo podemos apresentar como resultados parciais, a contribuição das aulas de Educação Física para o desenvolvimento humano dos jovens estudantes, as construções teóricas acerca das categorias de análise delineadas a partir da revisão bibliográfica, e ainda, o processo de construção do instrumento de coleta dos dados.

Dentre as dificuldades enfrentadas, vale ressaltar que a Escola Estadual Dom José Nepote, que se encontra no bairro Pricumã, foi substituída pela Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade também localizada no mesmo bairro e posição central da pesquisa, não ocorrendo impedimento na pesquisa científica.

Nas abordagens em sala de aula com os estudantes, foi apresentado o projeto de maneira rápida e objetiva, sendo – lhes informado do termo de consentimento livre e esclarecido e a composição de dez questões descritas no questionário.

A caracterização do nosso público alvo foi constituída por uma representação aproximada de ambos os sexos, visto que, o quantitativo dos discentes segundo a assistente

de aluno da instituição é de 28 alunos por turma. No entanto, ocorreu a ausência por parte dos alunos em algumas delas. Porém, a sala do 1º ANO “B” sobressaiu com um número superior às outras turmas no total de alunados.

SEXO	TURMAS		
	1 Ano “B”	2 Ano “B”	3 Ano “B”
Feminino	12	12	8
Masculino	16	10	11
TOTAL	28 Alunos	22 Alunos	19 Alunos

Tabela 1. Quantitativo de alunos da escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, localizado na região central mencionada na pesquisa.

Analisando a distribuição dos jovens egressos conforme as faixas etárias em que se enquadram, consideramos os intervalos previstos no Estatuto da Juventude, o qual apresenta três distribuições, no nosso quantitativo apresenta duas delas, sendo a primeira contando entre os 15 e os 18 anos de idade, estes sendo compreendidos neste intervalo de idade como jovens-adolescentes; A segunda faixa etária são os jovens que se encontram entre os 19 e os 24 anos de idade, identificados sendo como jovens-jovens. Já alguns jovens não se enquadram nestes aspectos apresentados.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO
15 à 18 anos	28	30
19 à 24 anos	1	2
Menos de 15 anos	2	2
Sem resposta	1	3
TOTAL	32	37

Tabela 2. Faixa Etária dos discentes da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade – CDA, IFRR, 2016.

Observando na tabela, verificamos que a maioria do público alvo encontra-se na faixa etária de 15 aos 18 anos considerados como Jovens – Jovens. Identificamos que este é o maior número da amostra, vale destacar, que nesse período de ciclo vital do indivíduo ocorrem as mudanças no desenvolvimento físico do ser humano, como o crescimento físico maturidade reprodutiva, transtornos alimentares e abuso de drogas, sendo que trazem importantes riscos à saúde.

Com isso, vale ressaltar a utilização de conteúdos científicos e metodológicos nas aulas do professor de Educação física como afirma BETTI (2006, 2009b), na educação física escolar contém suficiente fundamentação teórica e experiências concretas de uso de materiais televisivos como ferramenta metodológica no contexto de programas de Educação Física. Possibilitando aos alunos, a importância das informações sobre os riscos na fase da adolescência.

Lembrando, o instrumento analisado para a distinção dos alunos que não responderam

o sexo, foi o termo de consentimento livre e esclarecido. Na pesquisa, identificamos 69 alunos compuseram a pesquisa. Com isso, verificamos que existem 4 alunos com idade inferior na tabela mencionada, logo, estes não são considerados jovens, já argumentado no estatuto da juventude.

As respostas foram referente a escala Linkert, apresentando cinco alternativas fechadas em uma mesma linha de raciocínio. Que são: Concordo totalmente, Concordo Parcialmente, talvez, Discordo Parcialmente e Discordo Totalmente. Durante a resolução das questões, os jovens executaram de maneira rápida e concisa, outros responderam apenas as cinco primeiras questões, deixando a outra metade em branco.

Na coleta de dados, realizamos a descrição das respostas dos jovens de Ensino Médio frente as revisões bibliográficas e de acordo com os objetivos listados nos Parâmetros curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM, (2000). Com esses conteúdos, formulamos afirmações, na qual os alunos responderam na escala já citada.

Ques- tões	Respostas 1º ANO “B”					Sem resposta	TOTAL
	C T	C P	TAL	DP	DT		
1ª	18	7	1	2	-	-	28
2ª	19	4	5	-	-	-	28
3ª	22	3	3	-	-	-	28
4ª	13	5	8	-	2	-	28
5ª	16	6	6	-	-	-	28
6ª	14	5	3	2	1	3	28
7ª	18	3	1	2	1	3	28
8ª	14	2	6	2	1	3	28
9ª	13	5	5	1	1	3	28
10ª	14	3	3	3	2	3	28

Tabela 3. Apresentação das respostas do Primeiro ANO “B”

Ques- tões	Respostas 2A					Sem Resposta	TOTAL
	C T	C P	TAL	DP	DT		
1ª	17	3	-	1	1	-	22
2ª	17	3	1	-	1	-	22
3ª	13	4	4	-	1	-	22
4ª	9	4	3	1	5	-	22
5ª	14	1	4	2	1	-	22
6ª	14	1	2	-	2	3	22
7ª	13	3	1	1	1	3	22
8ª	14	1	4	-	-	3	22
9ª	10	2	5	2	-	3	22
10ª	13	1	3	1	1	3	22

Tabela 4. Apresentação das respostas do Segundo ANO “B”

Ques- tões	Respostas 3B					Sem Resposta	TOTAL
	C T	C P	TAL	DP	DT		
1 ^a	15	2	2	-	-	-	19
2 ^a	16	3	-	-	-	-	19
3 ^a	15	4	-	-	-	-	19
4 ^a	6	8	4	1	-	-	19
5 ^a	13	4	2	-	-	-	19
6 ^a	10	5	2	-	1	1	19
7 ^a	14	2	2	-	-	1	19
8 ^a	15	2	1	-	-	1	19
9 ^a	10	6	2	-	-	1	19
10 ^a	9	6	2	1	-	1	19

Tabela 5. Apresentação das respostas do Terceiro ANO “B”

Considerando as primeiras análises, destacamos que ao mesmo tempo em que os jovens estudantes mostram-se conscientes quanto à importância das aulas de Educação Física, ao mesmo tempo retratam expectativas não satisfeitas em relação ao modo como as atividades são desenvolvidas.

Assim, podemos apresentar como resultados preliminares da pesquisa que os jovens estudantes apresentam percepções de reconhecimento em relação à importância das aulas de Educação Física para o seu desenvolvimento integral, tendo em vista suas respostas quanto diante das seguintes assertivas, representadas no Gráfico 1:

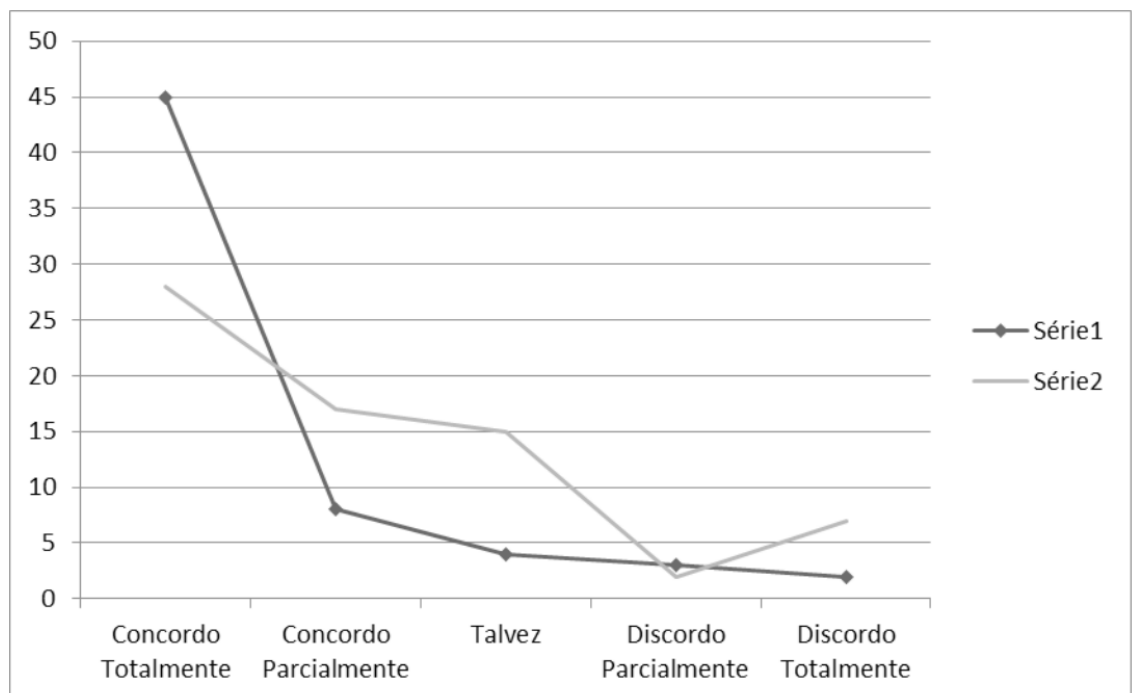


Gráfico 1 - Percepção dos Jovens estudantes sobre a importância das aulas de Educação Física para o seu desenvolvimento humano.

Série 1 - As aulas de Educação Física me ajudaram a conviver de forma mais pacífica e democrática, resolvendo conflitos, conversando sem brigar.

Série 2 - As aulas de Educação Física me ensinaram a importância da atividade física para a saúde do corpo e para sensação do bem estar e elevação da auto estima que sentimos quando nos cuidamos.

4 | CONCLUSÕES

No processo deste projeto, como resultados finais, tencionamos produzir conhecimento sobre o significado das aulas de educação física para o desenvolvimento humano dos alunos de Ensino Médio da rede estadual de ensino da cidade de Boa Vista-Roraima, com realidade da prática dos profissionais de educação física, jovens egressos do curso de Licenciatura em Educação Física, no que tange a sua inserção no mundo do trabalho, tendo em vista produzir conhecimentos que possam orientar ou subsidiar políticas institucionais voltadas à orientação de ingressantes nos cursos de licenciatura, em especial na área de Educação Física, bem como contribuir a melhoria do referido curso.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Introdução a Metodologia de Pesquisa Social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999.

BACKER, Paul de. **Gestão ambiental: A administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

BENIGNO, V., e TRENTIN, G. The evaluation of online courses. *Journal of Computer Assisted Learning*, v. 16, p. 259–270, 2000.

BECKER, Guiomar Meireles. O professor de educação física em face da pedagogia moderna. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*. MEC. Brasília, n.º 19, p. 449 janeiro/fevereiro. 1974.

BETTI, M. **Educação física e sociedade: a educação física na escola brasileira**. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BETTI, M. **Educação física escolar: Ensino e Pesquisa – ação**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

BRASIL. **LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP - **Censo Educacional 2012**.

CASTELLANI Filho, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 13. ed. Campinas-SP: Papirus, 2007.

FILIPOUSKI, Ana Mariza. NUNES, Maria Denise Crespo. **Juventudes: diálogos e práticas**. Erechim: Edelbra, 2012.

GHILARDI, Reginaldo. **Formação profissional em Educação Física: a relação teoria e prática**. *Motriz*, v. 4, n.1, p. 1-17, jun. 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IFRR. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI**. Boa Vista, 2014.

MONTENEGRO, Patrícia Cavalcanti Ayres. **Formação, (de)formação ou formatação?** Reflexões sobre a formação do professor de Educação Física. *Motus Corporis*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 35-43, 1994.

OLIVEIRA, L. H. Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert. Notas de Aula. **Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração**. Mestrado em Adm. e Desenvolvimento Organizacional. PPGA/CNEC/FACECA: Varginha, 2005.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano**/ Sally Wendkos Olds, Ruth Duskin Feldman 2006.

PEREIRA, M. **Dialética da cultura física**: introdução à crítica da Educação Física, do esporte e da recreação. São Paulo, Ícone, 1988.

PICCOLI, J. C. J. **O perfil profissiográfico em educação física para o século XXI**: reflexão de uma nova perspectiva. *Motus corporis*, Rio de Janeiro. v. 9, n. 2. p. 55-62. Nov. 2002.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**/ Secretaria de Ensino Médio. Brasília: MEC/SEM, 2000.

PICCOLI, João Carlos Jaccottet. **A Educação Física na escola pública do Rio Grande do Sul**: antecedentes históricos - 1857/1984). Pelotas: UFPel, 1994.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In ABRAMO, H. e BRANCO, Pedro Paulo (orgs). **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

SPOSITO, Marília Pontes. **Estudos sobre juventude em educação**. *Revista Brasileira de Educação-Revista da Anped*, São Paulo, n. 5-6, 1997.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

TANI, Go. Processo adaptativo em Aprendizagem Motora: O Papel da Variabilidade. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, suplemento 3, p. 55-61, 2000.

VOSER, Rogério da Cunha; GIUSTI, João Gilberto. **A Educação Física escolar**: a base de tudo. 2007. Disponível em: <http://www.sintero.org.br>. Acesso em 26 fev. 2016.

ZABALA. Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE ZOOLOGIA DOS INVERTEBRADOS EM TURMAS DO 3º NÍVEL MÉDIO/INTEGRADO DO IFAL-MACEIÓ

Karina Dias Alves

Instituto Federal de Alagoas, Ciências Biológicas
Maceió- AL

Cynthia Wanessa Souza do Nascimento

Instituto Federal de Alagoas, Ciências Biológicas
Maceió- AL

Robert Germano Alves da Silva

Instituto Federal de Alagoas, Ciências Biológicas
Maceió- AL

RESUMO: Os alunos do ensino médio possuem uma dificuldade em assimilar o conteúdo de zoologia dos invertebrados por ser muito extenso com terminologias pouco utilizadas no cotidiano; outro agravante é a carga horária reduzida na disciplina para que o professor transmita todo o assunto. Esse deficit de aprendizagem no ensino médio/técnico pode estar relacionado a grade curricular composta por disciplinas inerentes ao curso técnico profissionalizante que leva os discentes a negligenciar disciplinas que não pertencem ao eixo técnico e que não correlacionam com seu curso profissionalizante, como é o caso da biologia. O objetivo desta produção foi avaliar o conhecimento em zoologia dos invertebrados dos alunos do ensino médio/técnico profissionalizante da área de ciências exatas do IFAL-Maceió. Ao total foram aplicados 54 questionários, distribuídos entre as turmas de mecânica, informática e eletrônica do turno vespertino. Dividindo por sexos, masculino e feminino, seguiram o padrão de comportamento

geral, com concentração nas faixas intermediárias de 61% e 80% respectivamente, o masculino foi o único na faixa crítica de aproveitamento, com 6% deles. Entre o sexo feminino não houve representante na faixa crítica. Na faixa considerada ótima o grupo feminino caiu para 15%, um percentual inferior ao masculino com 24% dos participantes. A partir dos resultados obtidos no questionário, propõe-se uma nova metodologia lúdica para que as aulas tornem-se mais atrativas e dinâmicas, com expectativa de que haja aprendizagem na disciplina, e que não apenas se busque a média de aprovação, verificado em 66,66% dos participantes.

PALAVRAS-CHAVE: biologia, educação, ensino, práticas pedagógicas

ABSTRACT: The high school students have a difficulty in assimilating the content of zoology of invertebrates, to be very extensive with little terminologies used in everyday life, another aggravating factor is the reduced hours in the discipline for the teacher to pass the whole subject. This difference of learning is getting worse in high school / technical students have a curriculum consisting of subjects relating to the course and the compulsory subjects of the basic curriculum in high school, hence the students end up neglecting subjects that do not belong to technical axis and not correlate with their course as biology. The article aims at assessing knowledge in zoology

of invertebrates student high school / vocational technical area of exact sciences IFAL-Maceió. The total was applied 54 questionnaires distributed among the mechanics classes, computer and electronics afternoon shift. Dividing by gender, men and women followed the general standard of behavior, with concentration in the intermediate ranges of 61% and 80% respectively, the male was the only one in the critical range of use, with 6% of them. Among the women there was no representative in the critical range. The optimum range considered the female group fell to 15%, a percentage lower than men with 24% of participants. From the results of the questionnaire, we propose a new playful approach to the classes become more attractive and dynamic, with the expectation that there is learning the discipline, not only seek average approval checked in 66.66 % of participants. KEYWORDS: biology , education, teaching, pedagogical practices

1 | INTRODUÇÃO

O ensino de zoologia dos invertebrados (ZI) muitas vezes é exaustivo, devido a amplitude de conteúdos, conceitos e as terminologias não utilizadas diariamente, principalmente por jovens do ensino médio. Assim, como nas outras áreas da biologia dificilmente usadas no meio popular (FIALHO, 2007). “Os invertebrados constituem aproximadamente 99% das espécies de animais encontradas nos diversos tipos de ambientes” (RUPPERT; FOX; BARNES (2005) *apud* BARRETO *et al*, (2013)). O estudo de ZI é uma oportunidade de pesquisar e estudar, as espetaculares formas e funções dos animais e entender um pouco mais sobre diversidade animal.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 2000), é de caráter obrigatório que o ensino de zoologia seja abordado no ensino médio e conforme Candido & De Freitas Ferreira (2012) por estarem tão presente no cotidiano é essencial incluí-los no ensino escolar, para que os alunos possam relacionar o seu valor ecológico, econômico e social com esses seres. Pozo (2003) *apud* Pedroso (2009) afirma que uma das finalidades do sistema educacional é proporcionar aos futuros cidadãos capacidades de aprender, para que sejam aprendizes mais flexíveis, eficazes e autônomos. Uma alfabetização científica assume um significado importante no processo de ensino-aprendizagem, para melhor desenvolver a cognição dos jovens, são necessários a introdução de novos métodos didáticos para que o ensino seja transmitido de forma mais clara. Para Lira-da-Silva (2008), os ensinamentos transmitidos ludicamente são absorvidos e assimilados pelos alunos com maior facilidade. O jogo é uma forma divertida e ativa de passar a informação para outras pessoas e de construção do conhecimento (SILVEIRA, 1998).

O presente artigo tem como objetivo avaliar o conhecimento dos alunos do médio/integrado nos cursos técnicos profissionalizantes voltados para as áreas das ciências exatas sobre zoologia dos invertebrados.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia para a elaboração do estudo divide-se em 3 etapas.

A primeira etapa do estudo consistiu na avaliação do conhecimento dos alunos com relação ao assunto abordado em biologia no terceiro ano do ensino médio sobre zoologia dos invertebrados. Foi feito um estudo prévio no início do segundo semestre de 2016 entre os meses de agosto-setembro com 3 turmas de cursos voltados para a área das ciências exatas do ensino médio integrado do turno vespertino do IFAL - Maceió. Ao total foram aplicados 54 questionários distribuídos entre 16 alunos do curso de mecânica, 12 alunos do curso de eletrônica e 26 alunos do curso de informática. (Figura 1,2).



Figura 1- Alunos respondendo ao questionário. IFAL- Maceió, 2016.



Figura 2 aplicação do questionário. IFAL- Maceió, 2016

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a aplicação do questionário obteve-se os seguintes resultados, apresentados na Figura 3.

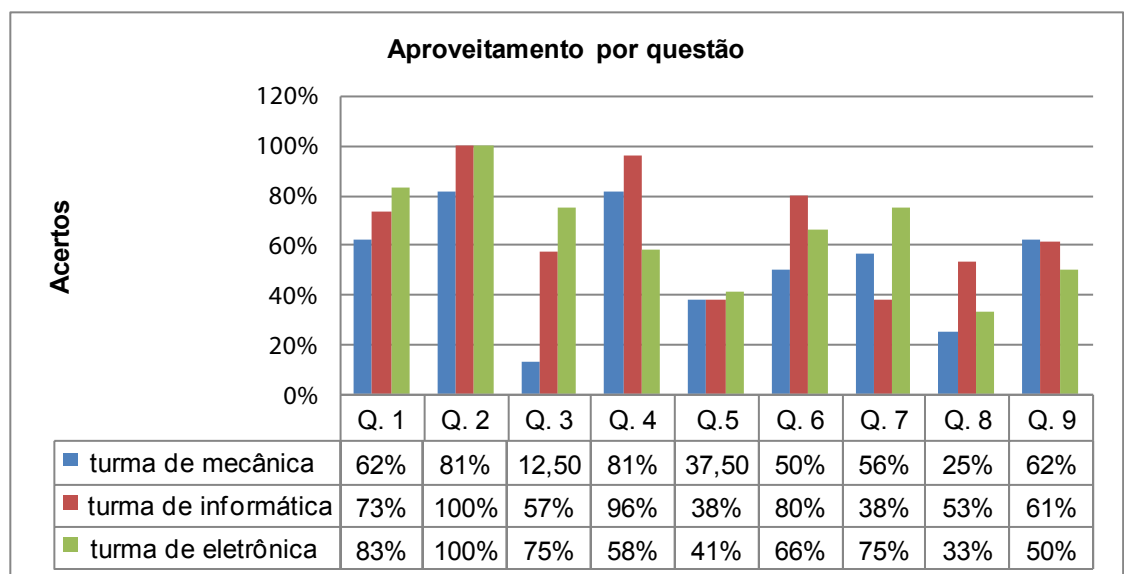


Figura 3- Percentual de acertos entre as 3 turmas estudadas. IFAL- Maceió, 2016.

Na primeira questão a maioria das turmas tiveram um bom desempenho. “O estudo descritivo de todas as espécies de seres vivos e sua classificação dentro de uma verdadeira

hierarquia de grupamentos constitui a sistemática ou taxonomia” (DE ARAÚJO; BOSSOLAN, 2006). E, dentre os grupos de animais apresentados, os alunos souberam correlacionar os ctenóforos, cnidários, poríferos, artrópodes e moluscos como invertebrados.

Na segunda questão, avaliou-se o conhecimento dos alunos sobre a anatomia dos poríferos. Conforme foi perguntado: “ Qual invertebrado possui o corpo cheio de poros”. Duas turmas por unanimidade responderam corretamente “Esponja”; o percentual de 100% das turmas de eletrônica e informática acertaram a questão.

Na questão 3 tratava-se de um item com respostas abertas, onde, observando a imagem do desenho animado Bob Esponja (Figura 4), os alunos teriam que identificar os 3 filis destacados na imagem.



Figura 4 - Bob Esponja (poríferos); águas-vivas (cnidários) e o caramujo Gary (molusco).

Nem todos os alunos souberam relacionar corretamente os animais presentes na imagem com os seus respectivos filis, e a turma de mecânica foi a que teve o pior rendimento, totalizando apenas 12,5% de acertos. Observou-se que os alunos confundem o filo (porífero, cnidário e molusco) com o nome popular dos invertebrados (esponja, caracol e água viva); outra observação é que muitos citaram os anfíbios como animais invertebrados. Anfíbios são animais vertebrados pois possuem coluna vertebral, o que diferencia esses dois grandes grupos, vertebrados e invertebrados.

A questão 4 tratava-se especificamente sobre o nicho ecológico dos poríferos. A resposta correta consistiria na alternativa em que os alunos denominassem como “falsa, porque as esponjas são animais sésseis que não precisam caçar para se alimentar; fazem isso por filtração usando seus poros”. Os resultados foram bastante positivos tendo percentuais de acertos de 2 turmas entre 81% mecânica e 96% em informática e de 58% na turma de eletrônica.

Na quinta questão foi perguntado aos alunos: “Os cnidários possuem uma estrutura especial para liberar uma substância urticante, geralmente utilizada como mecanismo de defesa. Que estrutura é essa?”. Tal questão foi uma das quais mais nos impressionou, pois a resposta certa *cnidócito* por se tratar de um termo que deriva de uma palavra que consistia no questionário, e dá nome ao filo (cnidário), esperava-se que as turmas acertassem essa questão, mas os resultados obtidos foram bastante negativos, sendo uma das questões com menor porcentagem de acertos, como mostra a Figura 3.

Identificamos também outro déficit de atenção na questão 6, onde são apresentadas

características internas e externas do *Mytella falcata* como concha de cor preta, massa visceral levemente amarelada, o seu habitat: encontrado enterrado nos sedimentos de lagoas, e seu valor socioeconômico muito utilizado na culinária alagoana. A resposta correta seria “sururu”. Os acertos foram satisfatórios, porém, alguns alunos confundiram as características citadas com massunim, ostra e *scargot*, sendo este último uma iguaria européia.

Na questão 7 a turma de informática teve um resultado muito negativo, onde apenas 38% dos alunos acertaram a questão sobre artrópode, pedia-se na questão para identificar as “glândulas antenais dos órgãos excretores que estão presentes nos?” “crustáceos”.

Na oitava questão os alunos teriam que identificar a classe e o filo pertencentes a espécie de caramujo *Biomphalaria glabrata* que é de grande importância para a saúde pública, pois é o hospedeiro intermediário do *Schistosoma mansoni*, causador da esquistossomose. Diante das respostas, muitos acertaram o filo, porém dentre as 3 classes apresentadas (bivalve, cefalópode e gastrópode), os alunos não correlacionaram a espécie com a classe correta (gastrópode). Apenas 25% da turma de eletrônica acertou a questão, diante de 33% da turma de eletrônica e de 53% da de informática.

Na nona e última questão, apresentada na Figura 5, os alunos deveriam correlacionar os filios diante dos personagens retirados do filme “O espanta tubarões”. O resultado foi mediano, as turmas mantiveram-se equilibradas nesse quesito, com percentual de acertos de 50%, eletrônica, 61% informática e 62% mecânica.



Figura 5 - Cnidários à esquerda e crustáceo à direita, representado por personagens do filme o espanta tubarões.

Como média de acertos total no questionário diante das três turmas estudadas, obtivemos os seguintes dados como mostra a Figura 6:

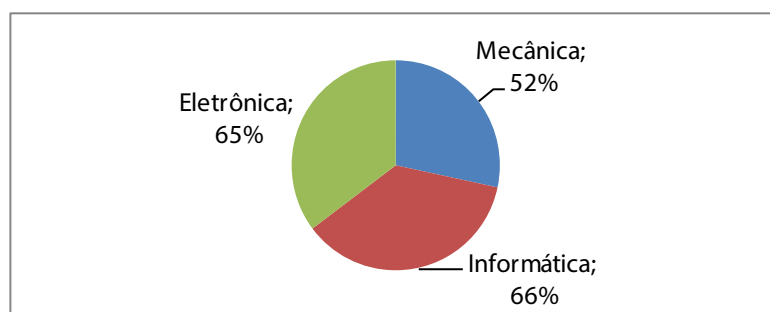


Figura 6- Distribuição da média total de acertos. IFAL- Maceió, 2016.

Para avaliação geral do desempenho, dividimos em 5 faixas de aproveitamento intervalado, indo de um aproveitamento crítico ao ótimo. Com 54 alunos, sendo 20 mulheres e 34 homens, distribuídos nas três turmas, 4% dos alunos tiveram aproveitamento na faixa crítica, entre 0 e 20%, sendo o grupo masculino único presente nessa faixa com 6% dos participantes entre os homens.

Na segunda faixa, um resultado classificado como ruim entre 20 e 40% no questionário, tivemos 10% do total de participantes nesse intervalo, comparando os sexos, entre os homens 9% tiveram esse desempenho e no grupo feminino 10% delas nesse intervalo.

Constatamos um aumento significativo nas duas próximas faixas, que chegam perto do necessário para promoção no ensino médio com 33% do total de alunos participantes tendo obtido entre 40 e 60% de êxito no questionário. Na análise dos gêneros, 31% dos homens tiveram desempenho entre 40 e 60% e no grupo das mulheres um leve aumento para 35% nessa faixa. A partir dos 60% para o ensino médio o resultado é o tido como o ideal para a promoção nessa faixa verificou-se os seguintes resultados, 33% do total de alunos, entre os homens um percentual de 30% e entre as mulheres 45% delas nesse intervalo.

Os melhores resultados no intervalo entre 80 e 100% de aproveitamento, considerado ótimo, foi alcançado por 20% dos alunos caracterizando uma queda significativa para as faixas anteriores; entre os homens, a queda foi menor tendo 24% dos participantes do grupo masculino com esse resultado, entre as mulheres a queda foi maior, com apenas 15% das participantes na faixa entre 80 e 100% de aproveitamento.

Diante dos dados, ficou constatada uma concentração dos alunos nas faixas entre 40 e 80%, que fica próxima a média para a promoção no ensino médio, sabendo que os alunos estão concentrados nas atividades mais práticas e técnicas que eles executam durante a formação profissional do curso integrado, caracterizando apenas a busca da média mínima para aprovação nas matérias do ensino médio regular, que apresentam metodologia mais teórica e tradicional.

Entre os sexos, o masculino é mais disperso nas faixas de resultados e o sexo feminino tem concentração maior nos melhores resultados, caracterizando uma melhor atenção nos conteúdos teóricos, refletindo em melhores desempenhos.

4 | CONCLUSÕES

Alunos dos cursos técnicos profissionalizantes da área de exatas apresentam características peculiares e permitem identificar que concentram suas atenções nas atividades práticas do ensino técnico, constituindo um déficit de aprendizagem nas matérias da base curricular, como é o caso da biologia.

A busca da média mínima de aprovação do ensino médio, nas disciplinas regulares, constitui uma realidade caracterizada pela ausência de interesse e reforça a idéia de que

há necessidade de se investir em novas metodologias e uso de recursos que despertem no aluno consciência crítica e uma melhor aprendizagem.

Para das continuidade a esta pesquisa sugerimos a produção e aplicação de um recurso didático (por exemplo, jogo de tabuleiro) para discussão sobre as características dos animais invertebrados de interesse para o ensino da biologia, de uma forma que os alunos aprendam e se divirtam durante as dinâmicas e os temas que o jogo aborde.

REFERÊNCIAS

BARRETO, L.M. *et al.* **Jogo didático como auxílio para o ensino de zoologia dos invertebrados.** Resumos Expandidos do I CONICBIO / II CONABIO / VI SIMCBIO (v.2) Universidade Católica de Pernambuco - Recife - PE - Brasil - 11 a 14 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.unicap.br/simcbio/wp-content/uploads/2014/09/JOGO-DID%C3%81TICO-COMO-AUX%C3%8DLIO-PARA-O-ENSINO-DE-ZOOLOGIA-DE-INVERTEBRADOS.pdf>>. Acesso em: 12 de jul. 2016.

BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais.** Ministério da Educação. Brasília, 2000.

CANDIDO, Camila; DE FREITAS FERREIRA, Jakeline. Desenvolvimento de material didático na forma de um jogo para trabalhar com zoologia dos invertebrados em sala de aula. **Cadernos da Pedagogia.** São Carlos, Ano 6 v. 6 n. 11, p. 22-33, jul-dez 2012. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/431/186>>. Acesso em: 12 de jul. 2016.

DE ARAÚJO, Ana Paula Ulian; BOSSOLAN, Nelma Regina Segnini. **Noções de Taxonomia e Classificação Introdução à Zoologia.** 2006. Disponível em: <http://biologia.ifsc.usp.br/bio2/apostila/bio2_apostila_zoo_01.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2016.

FIALHO, Neusa Nogueira. **Jogos no Ensino de Química e Biologia.** Curitiba: IBPEX, 2007.

LIRA-DA-SILVA, Rejâne Maria. **Ciência lúdica: brincando e aprendendo com jogos sobre ciências.** Editora Universitária da Universidade federal da Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciaartemagia.ufba.br/producao/livros/ciencia-ludica.pdf>>. Acesso em: 12 de jul. 2016.

SILVEIRA, R. S.; BARONE, DAC. **Jogos Educativos computadorizados utilizando a abordagem de algoritmos genéticos.** 1998. Tese de Doutorado. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências da Computação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ENFOQUE SOCIOLÓGICO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O MOVIMENTO POR JUSTIÇA AMBIENTAL

Adriana Guedes de Castilho

Instituto Federal da Paraíba – IFPB
João Pessoa – Paraíba.

Luciano Patrick Dias Gomes

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
João Pessoa – Paraíba.

RESUMO: O movimento por justiça ambiental relaciona problemas ambientais e desigualdades sociais como originadas de um modelo de desenvolvimento injusto, onde os danos ambientais negativos recaem, em sua maioria, para as populações mais pobres e discriminadas. Esta perspectiva ambiental diferencia-se dos tradicionais estudos ecológicos sobre escassez de recursos naturais, haja vista analisar o meio ambiente, não apenas em termos de preservação, como também de distribuição e justiça. O estudo analisou o modelo de desenvolvimento brasileiro com ênfase no crescimento econômico, destacando casos de conflitos ambientais no Brasil como forma de injustiça socioambiental. No Brasil, há um número elevado de conflitos ambientais sobre populações pobres e discriminadas, o que pode se pensar ser fruto de uma política de desenvolvimento mais voltada ao crescimento econômico, visto que há uma compensação financeira na solução dos conflitos, negociando cultura e modo de viver dessas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos socioambientais;

Injustiça ambiental; Desenvolvimento; crescimento econômico.

ABSTRACT: The movement for environmental justice relates environmental problems and social inequalities as originated of a model of unjust development, where the negative environmental damages relapse, in his majority, for the poorest populations and discriminated. This environmental perspective differs of the traditional ecological studies about shortage of natural resources, have seen to analyze the environment, not just in preservation terms, as well as of distribution and justice. The study analyzed the model of Brazilian development with emphasis in the *economic growth*, detaching cases of environmental conflicts in Brazil as form of injustice socioenvironmental. In Brazil, there is a high number of environmental conflicts on poor populations and discriminated, the one that can be thought be fruit of a development politics more returned to the economic growth, because there is a financial compensation in the solution of the conflicts, negotiating culture and way of living of those populations.

KEYWORDS: socioenvironmental conflicts, environmental injustice, Development, *economic growth*

1 | INTRODUÇÃO

No contexto atual, as pesquisas sobre a temática ambiental têm sido crescentes e a preocupação com a escassez dos recursos naturais se tornou tema principal nas políticas ambientais. A crise ambiental contemporânea e a atual conjuntura econômica globalizada de desigualdade em nosso país intensifica as discussões e a percepção pública para além da problemática da escassez de recursos naturais, analisando os efeitos das políticas de desenvolvimento das sociedades modernas sobre grupos sociais e ecossistemas, relacionando, assim, questões ambientais e sociais.

Emerge um consenso crescente acerca da insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento com padrões de produção e consumo que ocasionam conseqüências negativas para parte da população, o que originou o movimento por Justiça ambiental.

O presente artigo abordará o enfoque sociológico dos conflitos socioambientais e o modelo de desenvolvimento brasileiro. Para tanto, será dada ênfase no movimento por justiça ambiental que entende os inúmeros problemas ambientais e desigualdades sociais com origem em um modelo de desenvolvimento injusto, derivados do antagonismo profundo entre Economia e Meio Ambiente, recaindo os danos, em sua maioria, sobre as populações mais pobres e discriminadas.

Referenciais teóricos e empíricos do campo da sociologia ambiental, economia ecológica e ecologia política serão utilizados para explicar a temática do artigo. Serão analisados dados relacionados aos conflitos ambientais dispostos no sítio da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH/2011) para posteriormente tecer considerações acerca do enfoque sociológico dos conflitos sociais e da política de desenvolvimento brasileira.

2 | CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MOVIMENTO POR JUSTIÇA AMBIENTAL

O conceito de Justiça ambiental tem origem em movimentos sociais, sendo mais comum seu uso nas ciências sociais, economia política e economia ecológica. No Brasil e principalmente na área jurídica, o tema é ainda incipiente e de difícil compreensão.

Selene Herculano (2000) destaca que o conceito de Justiça Ambiental teve sua origem a partir de uma luta iniciada por um movimento negro nos Estados Unidos, no final da década de 1970, que constatou a concentração de depósitos de lixo tóxico de indústrias poluentes nas áreas habitadas pela população pobre e negra. O movimento chamado de início de racismo ambiental deu visibilidade à relação existente entre degradação ambiental e injustiça social. Todavia, não apenas os negros são o alvo da prática de localização dos depósitos de resíduos perigosos e de incineradores, os povos indígenas e comunidades de classe social baixa também são acometidas pelos efeitos nocivos.

Por Justiça Ambiental entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais

negativas.

É a condição de existência social configurada através do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entende-se a grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas (ACSELRAD, 2009, p. 16).

Na análise dos conceitos citados, percebe-se que Justiça ambiental é a distribuição igualitária dos riscos ambientais para que as populações, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda, não suportem os danos ambientais mais do que outras. Expressa, assim, igualdade, equidade, respeito à dignidade da pessoa humana, busca por transformação, por uma situação mais justa. Neste sentido, pode-se afirmar que a expressão justiça ambiental se relaciona com justiça social, a partir dos comentários de Hermes Lima (2000, p. 181) sobre a face social da justiça.

Na face social da justiça são os problemas organizatórios de fundo – econômicos, políticos, humanos – que surgem pondo em causa não apenas as soluções legais, mas a própria estrutura da sociedade, ou aspectos dessa estrutura. Aí então a justiça não se limita a resolver os conflitos de conduta ou de interesses no plano da lei positiva. Aí a justiça é instrumento de mudança e de transformação. Aí a justiça é captadora de anseios e reivindicações. Aí a justiça o que propugna são causas, e não apenas sentenças. A justiça aí pensa na humanidade e não no caso particular. A justiça social atua como o sal da terra e move o espírito de liderança que conduz os acontecimentos.

O termo justiça ambiental, no sentido descrito acima, trata a questão ambiental além da problemática da escassez de recursos naturais, dando um novo enfoque à questão ambiental, que começa a ser pensada em termos de distribuição e de justiça. Compartilham deste entendimento Cenci e Kässmayer (2009), ao destacar que a Justiça Ambiental torna-se uma expressão de exigência moral, um novo conjunto de valores, fundado nos princípios da justiça, da equidade e igualdade entre cidadãos, interligando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado à questão social, buscando implementar a cidadania, a democracia e a justiça social.

A partir do conceito de justiça ambiental define-se a injustiça ambiental ou racismo ambiental com a constatação de que existe uma distribuição desigual do acesso aos recursos naturais, assim como há a imposição desigual dos impactos ambientais negativos do desenvolvimento econômico sobre uma parte da população mais vulnerável. É o que explica Henri Acsehrad (2004, p.10):

(...) entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados,

parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

O Racismo Ambiental, termo inicialmente adotado nos EUA, não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Chama-se Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas (PACHECO, 2006).

Nas palavras de Robert Bullard (2004, p. 42), racismo ambiental

(...) refere-se a políticas públicas ambientais, práticas ou diretivas que afetam de modo diferente ou prejudicam (de modo intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades de cor ou raça. O racismo ambiental é reforçado pelo governo, assim como pelas instituições legais, econômicas, políticas e militares. Ele encontra-se combinado com políticas públicas e práticas industriais que, ao mesmo tempo [em] que garantem benefícios aos países do Norte, direcionam os custos para os países do Sul (...).

As definições citadas são de autores relacionados às ciências sociais, sendo constatado por Rafael Ferreira Filippin (2007) que nas ciências sociais já há um discernimento bastante claro de que existe um processo de expropriação das minorias política étnicas, que lhes nega o acesso aos recursos naturais ao mesmo tempo em que se lhes impõe os ônus do desenvolvimento econômico das classes dominantes.

O racismo, desigualdade ou injustiça ambiental decorre de um modelo de desenvolvimento que se torna cada vez mais excludente quando prioriza apenas o crescimento econômico, fazendo aumentar a desigualdade de parte da população já excluída de grandes projetos de desenvolvimento.

Herculano et al (2004) relata que no caso do Brasil o país é extremamente injusto em termos de distribuição de renda e acesso aos recursos naturais. Sua elite governante tem sido especialmente egoísta e insensível, defendendo de todas as formas os seus interesses e lucros imediatos. O sentido de cidadania e de direitos, por outro lado, ainda encontra um espaço relativamente pequeno na nossa sociedade, apesar da luta de tantos movimentos e pessoas em favor de um país mais justo e decente. Tudo isso se reflete no campo ambiental. O desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidades.

Corroborando desse entendimento, Henri Acselrad (2009, p. 73) comenta:

Se há diferença nos graus de exposição da população aos males ambientais, isso não decorre de nenhuma condição natural, determinação geográfica ou casualidade histórica, mas de processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental.

No sentido descrito, o termo desigualdade, racismo ou injustiça ambiental determina uma problemática relacionada com a questão social, o que se distancia da ótica da proteção ambiental ou escassez de recursos naturais. O que os termos buscam é mostrar a não homogeneidade da garantia ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

a todos, verificando-se que um grupo de pessoas suporta uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo, relacionando, assim, meio ambiente e sociedade, injustiça ambiental e social.

No Brasil, o tema que mais ganhou destaque em relação à questão ambiental foi a escassez ou sustentabilidade dos recursos naturais, sendo o estudo sobre a injustiça ambiental recente. De acordo com a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (www.facesdobrasil.org.br), nos últimos anos, movimentos sociais e acadêmicos passaram a se dedicar às questões ligadas à justiça ambiental, o que resultou em 2001, na criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), uma ONG com sede no Rio de Janeiro que luta contra o racismo ambiental.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) é resultado de um projeto desenvolvido em conjunto pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e pela FASE – Solidariedade e Educação, com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde com objetivo de apoiar a luta de inúmeras populações e grupos atingidos em seus territórios por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável (www.justicaambiental.org.br).

Apesar de algumas discussões na literatura acerca dos termos injustiça e racismo ambiental não serem sinônimos, adotar-se-á a concepção que considera os termos similares, representando os efeitos negativos dos danos ambientais para uma parcela mais vulnerável da população, seja pela classe, etnia ou populações nativas.

O movimento por justiça ambiental é chamado por Joan Martínez Alier (2007) de Ecologismo dos pobres, sendo colocado como uma das correntes do ecologismo na busca de soluções para os casos de injustiça ambiental, o que será explicado no item seguinte.

3 | VISÃO SOCIOLÓGICA DOS CONFLITOS

Em estreita síntese, os conflitos sociais expressam o antagonismo de classes e as disputadas de interesse da sociedade moderna, havendo resistência das classes populares à tentativa das classes dirigentes em exercer o monopólio, com a imposição de seu modo de agir sobre a organização social, sobre suas práticas sociais e culturais.

Selene Herculano (2006) afirma que os conflitos podem ser percebidos de forma diferente em Ciências Sociais, podendo ser tidos como disfunções ou perturbações passageiras que precisam ser sanadas ou são tidos como constitutivos da sociedade moderna, seus elementos naturais, precisando ser geridos, negociados por leis e políticas.

A autora citada defende a naturalidade social dos conflitos. Sendo a sociedade moderna modelada pelos ideais de democracia, da convivência das diferenças, da igualdade de direitos em uma realidade plural, ela é caracterizada pelo dissenso, por defrontar-se com diferentes visões de mundo, interesses e motivações, e, portanto, os conflitos são seus elementos naturais, precisando ser geridos, negociados. Nessa perspectiva, da naturalidade social dos conflitos, eles mais são geridos do que definitivamente sanados.

Todavia, as sociedades modernas não são apenas plurais, mas continuam a ser desiguais, o que dificulta sobremaneira a negociação dos conflitos.

Os conflitos ambientais expressam a injustiça ambiental descrita no item anterior, podendo ser considerado uma espécie particular de conflito social, visto que ocorrem quando há disputas entre grupos sociais envolvendo questões ecológicas, como o meio biofísico, o uso dos territórios e seus recursos naturais, logo, trazem os mesmos problemas de negociação expostos pela autora Selene Herculano.

Para Little (2001; 2006), os conflitos sócio-ambientais se constituem entre diferentes grupos sociais que apresentam distintas formas de inter-relacionamento com seus respectivos meios social e natural, no qual cada agente social possui sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida específico que se diferencia e se confronta com as formas de outros grupos lidarem com suas realidades, formando a dimensão social e cultural do conflito ambiental.

Corroborando do mesmo entendimento, Henri Acselrad (2004) define os conflitos ambientais como os que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem ameaçada a continuidade de suas formas de apropriação, por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – em decorrência do exercício das práticas de outros grupos. “São aqueles conflitos sociais que têm elementos da natureza como objeto e que expressam as relações de tensão entre interesses coletivos/espços públicos versus interesses privados/tentativa de apropriação de espaços públicos” (CARVALHO E SCOTTO, 1995, p.07).

Os conflitos ambientais, ora são vistos como estruturais, derivados do antagonismo profundo entre Economia e Meio Ambiente e, portanto, tendo sempre e necessariamente uma dimensão mais ampla e global, ora são percebidos como fatos isolados, casos pontuais que podem ser bem resolvidos ao menos em uma dada escala e dimensão geográfica. A primeira corrente é conhecida por ecossocialismo, ecologismo dos pobres ou justiça ambiental, e a segunda por Adequação Ambiental. Analisar os conflitos, de uma forma ou de outra, implica em buscar diferentes soluções (HERCULANO, 2006).

O Ecossocialismo vê os conflitos socioambientais como estruturalmente antagônicos nascidos de uma situação de contradição estrutural própria da economia capitalista contemporânea, onde a produção se orienta pela busca do crescimento econômico. Tal lógica de crescimento está em antagonismo com a preservação do ambiente e com as formas de vida social não-capitalistas, que sobrevivem em áreas de refúgio que vão sendo, todavia incorporadas às áreas de produção em expansão; a mesma lógica explica a existência de áreas urbanas degradadas e abandonadas pelas forças econômicas. (HERCULANO, 2006)

A citação expressa uma riqueza acumulada e desenvolvimento tecnológico contrastando com a disseminação da pobreza e da degradação ambiental que os acompanham. Um dos princípios centrais é que o capitalismo e os processos associados de acumulação de capital, crescimento econômico desenfreado e distribuição desigual

dos recursos, são as causas principais da degradação ambiental.

Martínez Alier (2007) destaca que o crescimento econômico implica maiores impactos ao meio ambiente que não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais, degradam culturas não-capitalistas e o ser humano que as compõe.

Pela perspectiva da justiça ambiental, há nos conflitos ambientais uma natureza antagônica que busca sua solução no fim do crescimento exponencial e a qualquer custo do sistema capitalista, buscando fortalecer o lado vulnerável da relação e aumentar sua capacidade de resistência.

O eixo principal da justiça ambiental ou ecologismo dos pobres é um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje. A ética do ecossocialismo nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos. (MARTÍNEZ ALIER, 2007)

A corrente da Adequação Ambiental vê os casos de conflitos ambientais como sendo passíveis de soluções mitigadoras e compensatórias e busca construir mecanismos de desenvolvimento sustentável (a conciliação entre crescer e preservar), através da busca da eco-eficiência, da internalização das externalidades, de uma legislação inovadora e novas tecnologias. Seu estudo busca a invenção e implantação desses mecanismos mitigadores, tem o foco nas técnicas de tratamento e de negociação de conflitos. Suas premissas são a pontualidade dos conflitos e a não-contradição entre Economia e Ecologia (HERCULANO, 2006).

Para os ecossocialistas, os conflitos ambientais não podem ser solucionados com pontualidade, localidade ou compensação, separando meio ambiente e sociedade como deseja a corrente da adequação. O não reconhecimento da desigualdade social nas políticas ambientais ocasiona conflitos ecológicos distributivos, uma lógica que de um lado propicia lucro abusivo para uns e degradação crescente para outros. O contra-argumento da corrente mais liberal é que não há injustiça quando as pessoas decidem voluntariamente aceitar um risco desproporcional em troca de vantagens econômicas.

4 | CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL

As discussões teóricas e as experiências empíricas apontam para a existência de casos de conflitos socioambientais. O sítio da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (www.justicaambiental.org.br) traz os conflitos em cada estado brasileiro. Os gráficos dispostos abaixo trazem uma predominância de injustiça ambiental sobre grupos sociais já discriminados, com sua maioria na área rural e nas regiões Norte e Nordeste. Também serão expostos os dados apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 que destaca degradação e riscos ambientais sobre grupos pobres e vulneráveis. Este

relatório tem publicação anual da ONU, analisando o desenvolvimento dos países através de aspectos sociais.

O gráfico 1 abaixo mostra a distribuição dos conflitos por região. O elevado número de conflitos no Sudeste (27,70%) está relacionado ao histórico de intensa ocupação territorial e de industrialização com inúmeros impactos socioambientais, bem como aos movimentos sociais organizados na região, logo são conflitos antigos. Em regiões como o Nordeste (29,45%) e Norte (21,28%) os conflitos são elevados, atuais e com tendência ao crescimento, visto que são nestas regiões que atualmente se encontra a fronteira de expansão capitalista no país, através principalmente do agronegócio, do ciclo da mineração e inúmeras obras de infraestrutura, como hidrelétricas, rodovias e transposição do São Francisco.

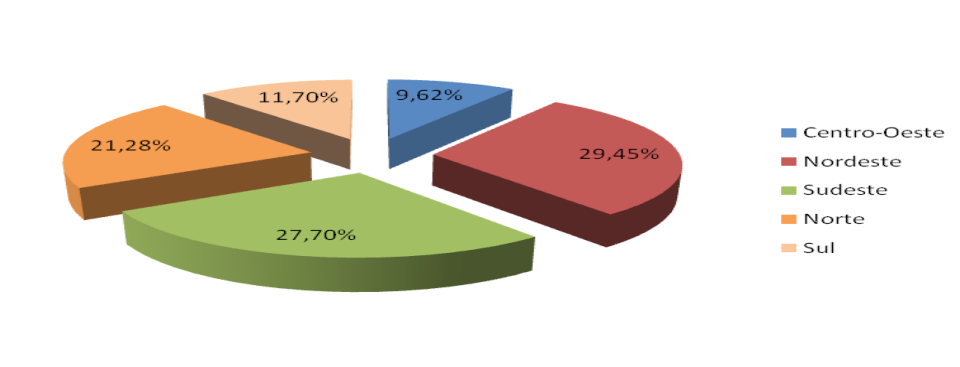


Gráfico 1 Casos de Injustiça Ambiental por regiões

Fonte: www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br

O gráfico 2 traz a distribuição dos conflitos com predominância na região rural (60,85%). Isso decorre da expansão capitalista brasileira, que está fortemente direcionada para a busca por recursos naturais e terras agriculturáveis ou passíveis de exploração, que são mais encontradas na área rural. É o caso do agronegócio, da mineração nos ciclos ferro-aço e bauxita-alumínio e de grandes empreendimentos de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias. Este “progresso” econômico no aproveitamento de recursos naturais e da disputa por território provoca perda de valores, práticas sociais, relações com a natureza e sentidos de vida comunitária de grupos sociais que vivem na área rural, onde os ecossistemas se encontram mais preservados e a subsistência depende de sua vitalidade.

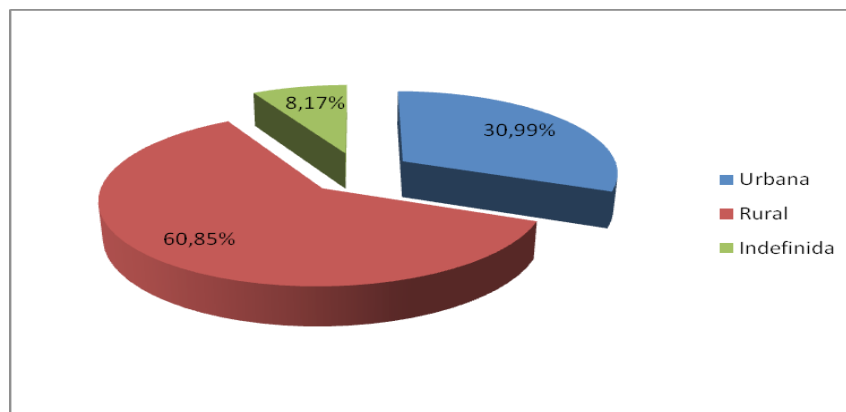


Gráfico 2 Casos de Injustiça Ambiental

O terceiro gráfico destaca que as principais populações atingidas são as que vivem nos campos, florestas e região costeira nos territórios de expansão capitalista: povos indígenas (33,67%), agricultores familiares (31,99%), comunidades quilombolas (21,55%), pescadores artesanais (14,81%) e ribeirinhos (13,47%). Também se destacam em áreas urbanas moradores de áreas próximas a lixões e indústrias poluentes. Pelos dados, os casos de injustiça ambiental atingem inúmeros grupos populacionais já pobres e discriminados, afetando a qualidade de vida, a cultura e tradições, os direitos humanos e a capacidade de organização e mobilização coletivas.

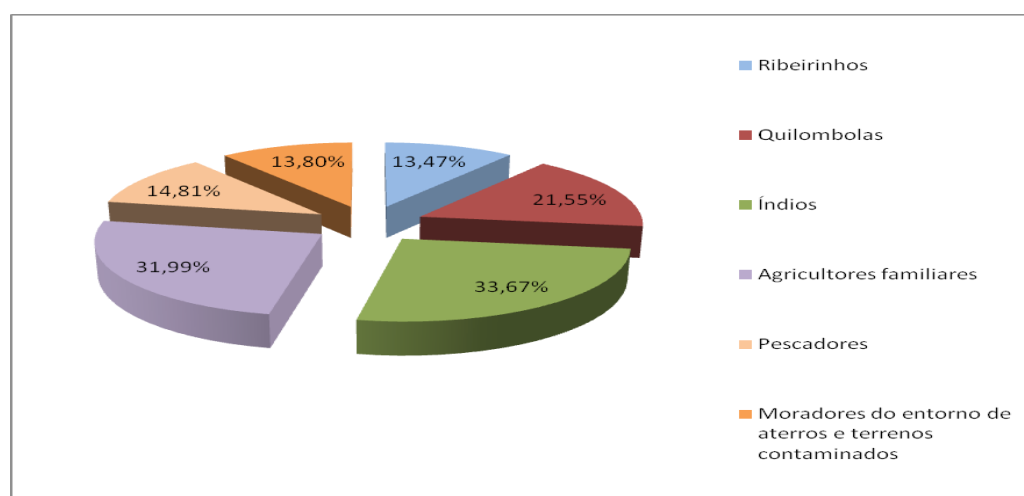


Gráfico 3 Populações atingidas

Fonte: www.confliotoambiental.icict.fiocruz.br

Os principais impactos socioambientais estão dispostos no gráfico 4, tendo a alteração no regime tradicional do uso de solo (65,66%) bem como problemas na demarcação de terras indígenas, quilombolas ou para a reforma agrária (40,07%) elevados índices. Tais impactos estão relacionados à disputa por territórios por parte de setores econômicos como o agronegócio, a mineração ou obras de infraestrutura. Outros impactos de grande importância são a poluição hídrica e do solo, o desmatamento e queimadas que acabam por comprometer moradores. Irregularidades na demarcação do território tradicional e no licenciamento ambiental têm percentual elevado, as denúncias apontam a falta de

participação e de critérios técnicos vinculados à legislação ambiental e sanitária existente.

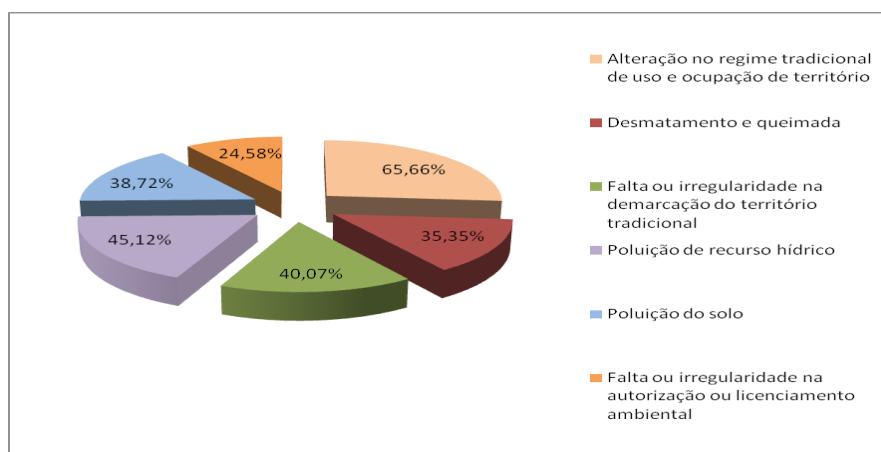


Gráfico 4 Impactos socioambientais

5 | RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 2011

O Relatório de desenvolvimento humano (RDH, 2011) com publicação pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento) pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento (www.pnud.org.br). O último RDH de novembro de 2011 trouxe o tema Sustentabilidade e Equidade: Um futuro melhor para todos, dedicado ao desafio do progresso sustentável e equitativo. Mostra que a sustentabilidade está indissociavelmente ligada à equidade – a questões de imparcialidade e justiça social e de um maior acesso a melhor qualidade de vida.

O Relatório afirma que a degradação ambiental intensifica a desigualdade através de impactos adversos em pessoas que já se encontram em situação desfavorecida e as desigualdades no desenvolvimento humano agravam a degradação ambiental. Tema preocupante, visto que muitos debates sobre a sustentabilidade negligenciam a igualdade, tratando-a como um aspecto separado e não relacionado.

Em todo o mundo, o crescimento do IDH tem estado associado à degradação ambiental, embora os prejuízos possam ser em grande medida relacionados com o crescimento econômico. O crescimento dos rendimentos tem estado associado à deterioração em indicadores ambientais fundamentais, como as emissões de dióxido de carbono, a qualidade do solo e da água e a cobertura florestal. Estas previsões sugerem que, em muitos casos, os mais desfavorecidos suportam e continuarão a suportar as repercussões da deterioração ambiental, ainda que pouco contribuam para o problema.

Os desequilíbrios de poder e as desigualdades de gênero ao nível nacional estão ligados à redução do acesso à água potável e saneamento melhorado, à degradação das terras e às doenças e mortes provocadas pela poluição do ar, amplificando os efeitos associados às disparidades do rendimento. Ao nível global, é freqüente que as disposições governamentais enfraqueçam as vozes dos países em vias de desenvolvimento e excluam

os grupos marginalizados. Da mesma forma, o desmatamento e a poluição levam a piores índices de IDH – uma vez que metade da subnutrição mundial é atribuível a fatores ambientais (RDH, 2011).

Sobre o aspecto do risco ambiental, o relatório aponta três conclusões: que as privações ambientais, como o acesso inadequado à água potável e melhor saneamento são maiores em países com menor IDH; que os riscos ambientais com efeitos globais – as emissões de gás carbônico, por exemplo – aumentam ao mesmo tempo em que cresce o IDH; e que as curvas entre o IDH e a poluição urbana e da água, são em U invertido, ou seja, à medida que o desenvolvimento aumenta, a degradação ambiental piora gradativamente.

No nível global, quase 40% da terra apresenta-se degradada devido à erosão dos solos, diminuição da fertilidade e sobrepastoreio. A produtividade da terra está a diminuir, com uma perda de rendimento prevista que chega aos 50% nos cenários mais negativos. A agricultura representa 70% a 85% da utilização de água e prevê que 20% da produção global de cereais utilize a água de forma insustentável, ameaçando o futuro crescimento agrícola. A desflorestação e a desertificação ameaçam as terras áridas, que albergam cerca de um terço da população mundial.

As previsões do RDH sugerem que o continuado insucesso na redução dos riscos ambientais graves e das crescentes desigualdades ameaça abrandar décadas de progresso sustentado da maioria pobre da população mundial – e até inverter a convergência global do desenvolvimento.

6 | O ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: CRESCIMENTO OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Em síntese, desenvolvimento e crescimento são duas coisas ou situações distintas, no entanto, por vezes são termos confundidos. Amartya Sen (2000) destaca que visões mais restritas relacionam o termo desenvolvimento com crescimento econômico, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, no entanto, o termo está muito além de crescimento do produto interno bruto (PIB).

O termo “sustentável” foi atrelado ao “desenvolvimento” em 1987, no Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU que propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, estabelecendo-se, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, possibilitando que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

O crescimento econômico é medida quantitativa, definida pelo índice de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PNB), per capita. O desenvolvimento é um conceito mais qualitativo, tem a ver com o crescimento econômico, acompanhado pela melhoria da

qualidade de vida da população e por alterações profundas na estrutura econômica, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, violência, condições de saúde, alimentação, transporte, educação, higiene e moradia). Em suma, o desenvolvimento é algo que combina crescimento com distribuição de renda e justiça, logo, é possível uma cidade, região ou país, crescer sem alcançar um estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, afirma Celso Furtado (2000) que as reformas estruturais são condições prévias e necessárias para as políticas de desenvolvimento. O Estado deve atuar de forma ampla e intensa para modificar as estruturas socioeconômicas, bem como distribuir e descentralizar a renda, integrando, social e politicamente, a totalidade da população. Quando não ocorre nenhuma transformação, seja social, seja no sistema produtivo, não se está diante de um processo de desenvolvimento, mas de simples modernização.

O crescimento é caracterizado pela ausência das alterações estruturais da sociedade e pela incapacidade de se promover efetiva distribuição de renda. Um sistema econômico onde o processo de crescimento não agrega transformações sociais não pode ser denominado de desenvolvimento, mas simplesmente de crescimento modernizante (BERCOVICH, 2005).

Percebe-se que, para atingir o desenvolvimento, deve haver a superação das desigualdades sociais. No entanto, na realidade brasileira são identificados casos de conflitos ambientais que mostram uma desigualdade socioambiental ainda presente no Brasil.

As discussões teóricas e as experiências empíricas apontam para a existência de eixos de desenvolvimento econômico no Brasil ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos, que intensificam os conflitos socioambientais. Em linhas gerais, a emergência e intensificação dos conflitos no atual contexto brasileiro (mas também internacional) decorrem de uma visão economicista restrita de desenvolvimento. Esta visão é pautada por critérios de crescimento econômico – visto como alternativa única de progresso – de natureza produtivista e consumista. Tal visão desrespeita a vida humana e dos ecossistemas, bem como a cultura e os valores dos povos nos territórios onde os investimentos e as cadeias produtivas se realizam. A apropriação dos recursos naturais e espaços públicos para fins específicos que geram exclusão e expropriação produzem reações por parte de movimentos sociais, grupos e populações que se sentem atingidos em seus direitos fundamentais, envolvendo questões como saúde, trabalho, cultura, preservação ambiental e uso de espaços, bens e serviços públicos (PORTO E MILANEZ, 2009).

A política de desenvolvimento tem preocupação com a justiça social, com a dignidade da pessoa humana, devendo haver adoção de políticas públicas que garantam o equilíbrio na distribuição das receitas, condições de vida digna, liberdade, solidariedade e participação democrática, pois se a política desenvolvimentista não elimina a pobreza, não propicia um nível de vida que satisfaça às necessidades essenciais da população em geral, não proporciona um crescimento econômico que envolva equitativa redistribuição dos resultados do processo produtivo, não há desenvolvimento. (SILVA, 1995).

A relação entre crescimento econômico e desigualdade ambiental é tema pouco explorado. Martínez Alier (2007) destaca que o crescimento econômico atenua os conflitos econômicos distributivos, mas não há evidência a respeito da probabilidade de os conflitos ecológicos distributivos serem diminuídos pelo crescimento econômico. Pelo contrário, os conflitos socioambientais são produtos das desigualdades e contradições decorrentes dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento que formam “centros” e “periferias” mundiais e regionais. Para Henri Acselrad (2002) há uma lógica que associa a dinâmica da acumulação capitalista à distribuição discriminatória dos riscos ambientais, fazendo agentes sociais serem envolvidos na denúncia de injustiças ambientais.

Os autores defendem que um capitalismo voltado apenas para o crescimento econômico provoca uma injustiça socioambiental que intensifica a degradação ambiental. É o que também é defendido por James O'Connor (1998) ao afirmar que o capitalismo e os processos associados de acumulação de capital, crescimento econômico desenfreado e distribuição desigual dos recursos são as causas principais da degradação ambiental.

A contradição central do desenvolvimento econômico e tecnológico reside no fato de que o “progresso” técnico e econômico pode não significar progresso humano. A riqueza de um pode significar a doença e a morte do outro, o progresso do agora pode representar o constrangimento do futuro, a expansão urbana e industrial pode implicar a degradação de ecossistemas, extinção de espécies e populações, o fim de recursos naturais e a contaminação do ar, água e alimentos (PORTO, 2005). Este “progresso” não pode significar desenvolvimento, mas apenas crescimento.

A visão restrita de desenvolvimento que prioriza apenas o crescimento econômico é criticada pelo movimento por justiça ambiental ou ecologismo dos pobres. O progresso econômico implica maiores impactos ao meio ambiente, atingindo desproporcionalmente alguns grupos sociais numa relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental, originando um difícil enfrentamento entre expansão econômica e solução dos conflitos ambientais.

O item anterior mostrou os inúmeros casos de conflitos socioambientais no Brasil e o recente entendimento do Relatório de desenvolvimento humano de novembro de 2011 da relação existente entre o crescimento do índice de desenvolvimento humano (IDH) e a degradação ambiental com prejuízos suportados por populações mais desfavorecidas. O Brasil ocupa a 5ª economia mundial, mas apresenta IDH na 84ª posição, com elevado grau de conflitos socioambientais e condições precárias de saúde, nutrição, educação e moradia.

Para caracterizar um processo de desenvolvimento é fundamental crescer economicamente; diminuir os níveis de pobreza, desemprego e desigualdades socioambientais; elevar as condições de saúde, nutrição, educação, moradia. A economia brasileira tem um PIB elevado, mas o país apresenta alto índice de desigualdades, o que tende a se pensar que a política de desenvolvimento favorece mais o crescimento econômico.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados apresentados no decorrer do texto, o Brasil tem um alto índice do Produto Interno Bruto associado a números elevados de casos de conflitos socioambientais na área rural sobre populações já excluídas de grandes projetos de desenvolvimento, como quilombolas, índios e agricultores, o que caracteriza o racismo, desigualdade ou injustiça ambiental.

O modelo de desenvolvimento tende a priorizar mais o crescimento econômico. A visão economicista restrita de desenvolvimento que vê no crescimento econômico uma alternativa de progresso provoca a intensificação dos conflitos ambientais no Brasil.

Para a solução dos conflitos, há uma negociação por compensação financeira (corrente da adequação ambiental), como se cultura e modo de vida pudessem ser negociados ou valorados monetariamente. Neste sentido, se torna difícil se falar em desenvolvimento no Brasil, quando há situações em que certos grupos lucram com a transferência dos males ambientais para os mais desprotegidos, se apropriam dos recursos naturais e espaços públicos para fins específicos e geram exclusão e expropriação, numa relação direta entre injustiça social e degradação ambiental.

Tratar do desenvolvimento no Brasil necessita associar seu crescimento econômico com redução dos conflitos socioambientais, o que não vem acontecendo e torna algo preocupante à medida que o relatório de desenvolvimento humano afirma que o aumento do desenvolvimento de um país tende a elevar os danos ambientais sobre populações vulneráveis. Por conseguinte, se não há uma melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, bem como a elevação das condições de saúde, nutrição, higiene, moradia, dentre outras variáveis sociais, essa política não pode ser considerada desenvolvimentista.

A crescente desigualdade socioambiental e a busca de novas políticas de desenvolvimento mostram a importância da intensificação das pesquisas e divulgação do movimento por justiça ambiental, visto que o enfoque do movimento é o mesmo especificado no relatório de desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. Justiça ambiental e construção social do risco, **XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Desenvolvimento e meio ambiente** UFPR, n 5 jan/jun, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. Em Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição Econômica e desenvolvimento.** 1ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BULLARD, Robert. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. In Henri Acselrad et al. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.

CARVALHO, Isabel; SCOTTO, Gabriela. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil** v.1. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

CECI, Daniel Rubens; Kassmayer, Karin. **O direito ambiental na sociedade de risco e o conceito de Justiça Ambiental**, 2009. Disponível em: < www.anppas.org.br/.../cd/.../GT11-1015-886-20080510203835.pdf>. Acesso em 10 jan. 2012.

FILIPPIN, Rafael F.; FILIPPIN, Christina. Racismo ambiental e explosividade social na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi: o descaso com a participação da sociedade na instalação das usinas hidrelétricas, **II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, Florianópolis, 2007.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental, **I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, Fortaleza, 2006.

_____. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil, **Encontro Nacional da ANPAS**, Indaiatuba, São Paulo, 2004.

_____. Justiça Ambiental: de Love canal à cidade dos meninos, em uma perspectiva comparada. In: **Justiça e Sociedade: temas e perspectivas**. São Paulo: LTr, 2000.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

_____. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

O'CONNOR, James . **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**, 2007. Disponível em <<http://www.justicaambiental.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PORTO, Marcelo Firpo. **Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental**, 2005.

PORTO, Marcelo F.; MILANEZ, Bruno. **Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental**, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. 6ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

ESTUDO SOCIOCOGNITIVO DA RECATEGORIZAÇÃO NAS CHARGES

Jorgelene de Sousa Lima

Instituto Federal do Piauí – *Campus* Piripiri
Teresina – Piauí

RESUMO: Este estudo objetivou discutir a recategorização nas charges a partir de uma investigação sociocognitiva, considerando ser este gênero textual formado por elementos mistos, já que envolve, em geral, a linguagem verbal e imagética. Destacam-se neste processo as funções da recategorização em textos verbo-visuais, além da metáfora como degrau para a recategorização. Para tanto, utilizou-se o método descritivo, o qual permitiu a partir de uma abordagem qualitativa, entender o referido fenômeno nos textos em destaque. Foram selecionadas cinco charges retiradas de jornais eletrônicos de grande circulação na cidade de Teresina/PI, produzidas entre 2010 e 2012, nas quais a recategorização se faz presente e cujo efeito irônico e cômico são acionados pelo referido processo. Ao final, as análises demonstraram que a recategorização contribui para o efeito cômico e irônico, atuando de modo mais peculiar neste último. As charges estudadas têm a recategorização construída por meio da imagem, que não é lida de forma linear, diferenciando-se, dessa forma, da recategorização em textos constituídos somente por elementos verbais, em que a leitura ocorre de modo linear.

PALAVRAS-CHAVE: referenciação, multimodalidade, metáfora, ironia

ABSTRACT: This study aimed to discuss the re-categorization in charges from a socio-cognitive research, considering that this genre surrounded by mixed elements, since it involves, in general, verbal and imagistic language. Also in the process of re-categorization functions in verbal-visual texts, beyond metaphor as a step to the re-categorization. For this, we used the descriptive method, which allows from a qualitative approach, to understand the phenomenon that the highlighted text. We selected two charges taken from major newspapers in the city of Teresina / PI produced between 2010 and 2012, in which the re-categorization is present and whose ironic and comic effect are triggered by that process. Finally, the analysis showed that the re-categorization contributes to the comic and ironic effect, acting in a most peculiar way in the latter. The charges have studied regrouped constructed through image that is not read linearly, differing thereby re-categorization of texts with only verbal information, in which reading occurs linearly.

KEYWORDS: benchmarking, multimodality, metaphor, irony

1 | INTRODUÇÃO

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) foram os primeiros a realizar estudos sobre a recategorização, os quais se dedicaram, inicialmente, ao elemento lexical, utilizando estratégia em que os interlocutores fazem representação dos objetos do discurso sob um novo valor categórico em conformidade com as variadas situações de enunciação, baseando-se em suas experiências linguísticas e de mundo. Nesse contexto, a referenciação foi assumida por estes autores frente à proposta de Mondada e Dubois (2003), na qual os objetos do discurso vão sendo construídos de forma dinâmica, não se encontrando previamente definidos, mas, construídos a partir da interação do interlocutor consigo e com o mundo.

Nessa ótica, a recategorização surgiu frente à proposta de referenciação, na qual o conceito de anáfora fora remodelado assumindo-se que as expressões anafóricas não possuem apenas valor referencial, podendo, então, remeter a um dado objeto do discurso como também alterá-lo.

Considerando que o processo de recategorização perpassa os textos verbais e se concretiza também nos textos não verbais, entendemos ser necessária abordagem do referido processo em textos multimodais, os quais congregam tanto elementos verbais quanto imagéticos. A multimodalidade é um tema em ascensão no âmbito da Linguística Textual, cujas investigações passaram a propor estudos de textos que acionam mais de uma linguagem, dentre os quais se incluem as charges, que integram o nosso *corpus* de investigação. Neste gênero, em geral, manifestam-se efeitos cômico e irônico ligados a fatos sociais, sendo muito utilizado pelos jornais por conjugarem elementos visuais ou verbo-visuais, às vezes somente não verbais, que atraem a atenção do leitor.

A proposta desta investigação foi motivada pela verificação de que a recategorização vinha sendo estudada de forma mais abrangente em textos verbais, observando-se que nos textos imagéticos este processo se ancorava em elementos da própria imagem, aliados ao aspecto sociocognitivo, exigindo maior participação do leitor na construção e reformulação das categorias.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi discutir o processo de recategorização em textos híbridos, os quais podem congregam elementos verbais e não verbais, de modo específico, as charges, objeto desta investigação.

2 | METODOLOGIA

Este estudo foi orientado pelos pressupostos teóricos da Linguística de Texto e da Linguística Cognitiva, sustentando-se também no aporte teórico de outras áreas afins para caracterizar tanto o gênero charge como o aspecto da multimodalidade na constituição desse gênero.

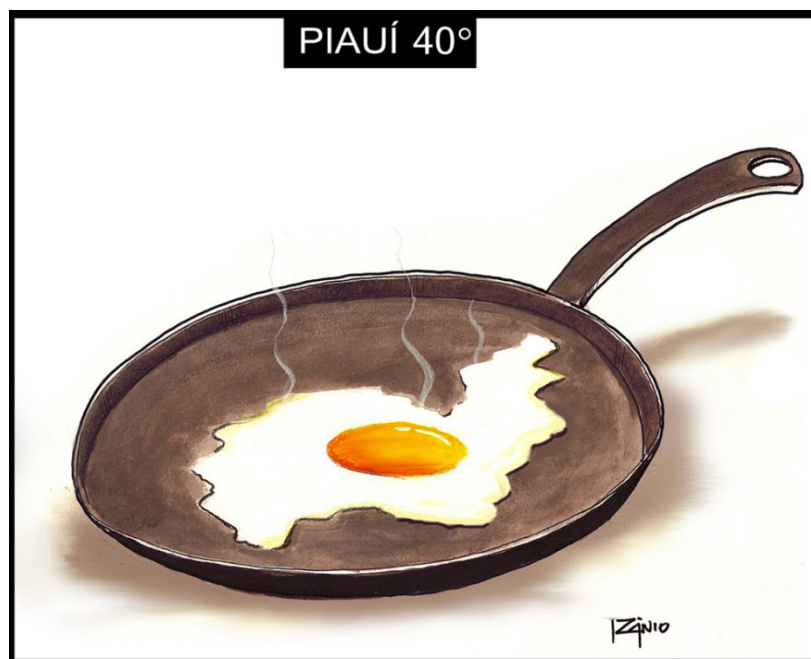
O *corpus* desta investigação foi constituído por 5 (cinco) charges de um grupo de

11 (onze) as quais serviram de estudo para uma dissertação de mestrado, selecionadas considerando-se aquelas que apresentavam textos e imagens, que pertenciam ao quadro social de Teresina e que foram publicadas em jornais eletrônicos de grande circulação da cidade.

O método utilizado foi o descritivo com abordagem qualitativo-bibliográfica, que na visão de Gil (2002), permite ao pesquisador utilizar a fundamentação teórica de autores consagrados na temática para descrever o fenômeno linguístico, cuja discussão foi integrada pelos seguintes autores: Apothéoz e Reichler-Béguelin (1995), Mondada e Dubois (2003), Koch e Cunha-Lima (2007), Lakoff (1987), Kress e Van Leeuwen (1996) e Lima (2009), dentre outros.

3 | A RECATEGORIZAÇÃO NAS CHARGES A PARTIR DE UM ESTUDO SOCIOCOGNITIVO

A primeira charge tematiza as temperaturas elevadas que afetam o estado do Piauí, tendo em vista que grande parte dos municípios do estado apresenta temperaturas que podem chegar até 40° durante o chamado período do br-o-bró, que compreende os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro.



Charge 1: Charge Piauí 40°.

Fonte: Jornal O Dia (Nov/2010). (Disponível em: <http://portalaz.com.br>. Acesso em: 15.08.2013)

Observemos que esta charge conjuga elementos verbais e não verbais, tendo em vista que além da figura do ovo frito, da frigideira e dos traços que representam a fumaça, observamos a seguinte expressão nominal: “Piauí 40°”. As cores do ovo em branco e amarelo e a da frigideira em preto reforçam o sentido que o chargista deseja alcançar, porque ajudam a construir a imagem mental de calor refletida na interpretação.

No que se refere ao efeito cômico da charge, este é produzido através da figura

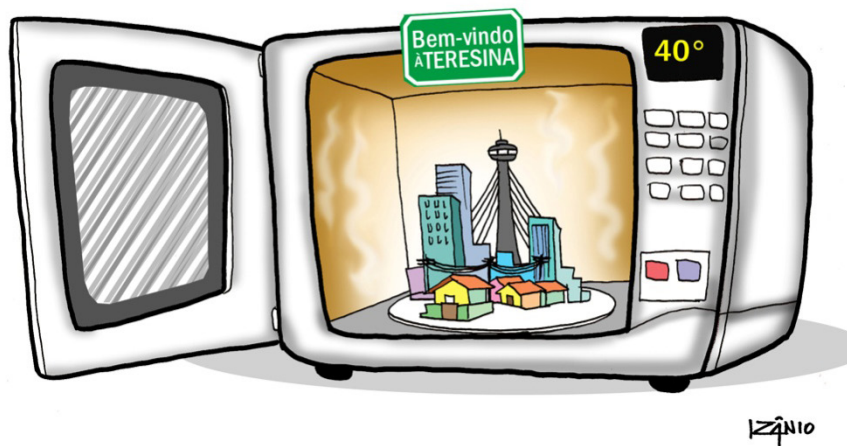
do ovo frito em formato do mapa do Piauí, reforçado pela imagem da gema que, por ser amarela, remete à representação do sol, no centro da figura do ovo. Além disso, a fumaça que exala do ovo expressa a ideia de alta temperatura, contribuindo para evidenciar o sentido do calor característico do estado. A ironia também é provocada pela figura do ovo fritando, reafirmando a sensação de calor que os piauienses sentem, como se estivessem sendo fritos, tal qual um ovo, reforçada pela expressão nominal já destacada e presente na charge.

A construção dos efeitos cômico e irônico da charge é motivada, principalmente, pela recategorização metafórica do referente “estado do Piauí” como “um ovo frito”, mas é preciso ver que também há um processo metonímico imbricado na construção da referida recategorização, ou seja, temos, na charge, a figura do mapa do estado do Piauí metonimicamente tomada por seus habitantes, o que permite a inferência de que na época mais quente do ano os habitantes desse estado têm a sensação de estar sendo fritos em decorrência das fortes ondas de calor. Este processo metonímico não se dá diretamente no plano imagético, sendo possível sua realização de modo indireto a partir do esquema PARTE-TODO concebido por Lakoff (1987), para demonstrar que as coisas são divididas em partes cujos elementos compartilham de um todo.

Assim sendo, além da metonímia conceitual já referida, podemos identificar na charge a presença da metáfora conceitual QUENTE É ACIMA, considerando a expressão verbal “Piauí 40°” que se integra na construção da recategorização metafórica de “estado do Piauí” como “um ovo frito”, licenciando a metáfora PIAUÍ É UM OVO FRITO, construída diretamente pela imagem, a qual também pode ser dita como licenciada pela metáfora conceitual LUGAR É UM ALIMENTO QUENTE, bem adequada à realidade piauiense.

Nesta charge, as recategorizações se aliam com a função de exacerbar o forte calor presente no Piauí, desencadeando a ironia e a comicidade do texto, tanto que o determinante visual traz a imagem do Piauí no formato do próprio ovo frito.

A próxima charge também trata dessa mesma temática do calor excessivo do estado do Piauí, embora se reporte apenas ao contexto da capital Teresina.



Charge 2: Teresina 40°

Fonte: Jornal O Dia (set/2012). (Disponível em: <http://portalaz.com.br>. Acesso em: 21.03.13).

Os efeitos de sentido da charge 2 são construídos a partir dos componentes imagéticos e verbais que se aliam para que esse processo se efetive. Sendo assim, a cena reproduzida pela charge é composta pelas seguintes imagens: o microondas, a representação da cidade no prato do microondas composta por casas, prédios e a ponte estaiada, um dos cartões postais da cidade. Aliado a estas, os componentes verbais: “Bem-vindo à Teresina” e o número “40°” se congregam para que o interlocutor reconheça a cidade que está sendo tematizada na charge, bem como o clima desta. Além disso, a figura da fumaça nas laterais do forno reforça a ideia de calor almejada pelo chargista, apontando para o fato de que a cidade possui temperaturas elevadas. Nessa perspectiva, Kress e Van Leeuwen (1996) reconhecem o quanto os conhecimentos culturais são exigidos na leitura de textos multimodais.

O efeito cômico-irônico da charge é acionado a partir do forno microondas, cujo alimento que está sendo esquentado é a cidade de Teresina colocada sobre o prato do forno, inferência construída também com auxílio da imagem da fumaça que traz uma conotação de calor.

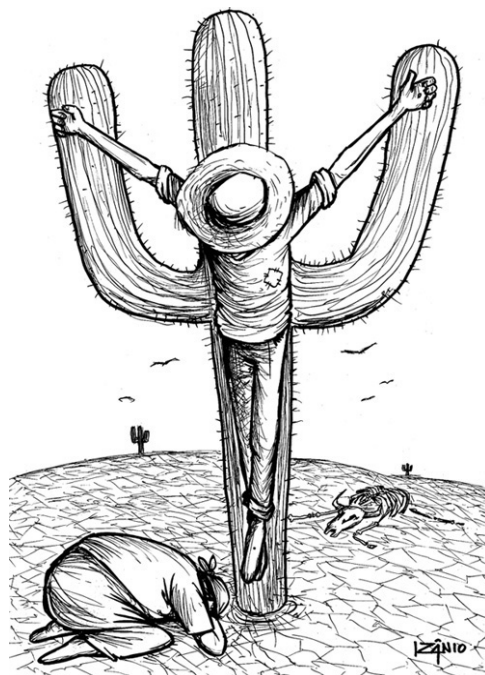
Neste texto, num primeiro olhar, salta aos olhos a recategorização metafórica do referente “cidade de Teresina” como “um prato de alimentos dentro de um forno de microondas”, o qual funciona a uma temperatura de 40°. Novamente, podemos identificar aqui as metáforas conceituais LUGAR É UM ALIMENTO QUENTE e QUENTE É ACIMA. Porém, é preciso identificar também a presença das metonímias conceituais CONSTRUÇÕES PELA CIDADE e CIDADE PELOS HABITANTES, conjunto que nos permite a inferência de que, de fato, são os habitantes de Teresina que metaforicamente estão sendo cozidos dentro de um forno de microondas, em razão das elevadas temperaturas desse lugar, que, às vezes, ultrapassam os 40° graus descritos na charge. Assim, num nível mais geral, também seria própria a construção da recategorização metafórica do referente “Teresina” como “um forno de 40°”, licenciada pela metáfora TERESINA É UM FORNO. Dessa forma, pela inscrição da placa “Bem-vindo a Teresina” pendurada na entrada do forno aberto, é possível a inferência de que chegar a Teresina é chegar a um forno, o que reforça prontamente o efeito cômico-irônico da charge.

Ressaltamos que as recategorizações presentes nesta charge ocorrem diretamente no plano da imagem, tendo em vista que a imagem revela o próprio contexto de temperatura elevada que envolve a cidade.

Verificamos, assim, que o processo de recategorização é fundamental para a construção dos sentidos da charge na perspectiva ora descrita, lembrando também da relação entre metáforas e metonímias conceituais no licenciamento desse processo, conforme demonstrado. Assim, o processo de recategorização tem a função de exacerbar os altos índices de temperatura no estado do Piauí, com enfoque, no entanto, para a capital Teresina, que apresenta uma média de temperatura diária de 40°, comparando Teresina a um forno, metáfora que desencadeia as recategorizações, as quais licenciam o efeito cômico e irônico, conforme já mencionado.

A charge a seguir trata do tema social da seca na região Nordeste do Brasil, na

qual o processo de desertificação tem tornado o local de difícil sobrevivência para muitos sertanejos que ainda estão na linha de pobreza do país.



Charge 3: A seca no Nordeste

Fonte: Jornal O Dia (mai/2010). (Disponível em: <http://portalaz.com.br>. Acesso em: 15.08.2013).

A construção de sentidos da charge é evocada a partir das figuras do sertanejo, de sua esposa, do cacto no qual este se encontra “crucificado”, da imagem do cadáver de uma vaca, do chão petrificado e, ao fundo, de aves que acreditamos serem urubus, uma vez que a figura do animal morto remete a estes. As cores preto e branco, bem como os traços que compõem as figuras contribuem para reforçar a cena mórbida que é construída pela imagem, isto é, uma paisagem triste e sem vida.

Na charge, identificamos duas recategorizações que engatilham a construção de seu efeito irônico, na crítica feita ao governo pela eterna penúria do povo nordestino provocada pela “indústria da seca”, tendo em vista que a charge foi construída durante a visita de autoridades políticas a regiões semiáridas do Piauí, na qual animais têm morrido de sede e fome e pessoas têm acesso precário à água.

Temos, portanto, a recategorização do “homem sertanejo” como “um Cristo” e da “mulher sertaneja” como “uma santa”, que, a exemplo de Maria, chora resignada pela crucificação de seu filho. Ambas as recategorizações são licenciadas pela metáfora conceitual VIDA DE SERTANEJO É UMA PAIXÃO DE CRISTO. Certamente que a concepção dessas recategorizações metafóricas leva em consideração a figura do cacto metonimicamente tomado pela cruz, considerando o seu próprio formato, evidenciado pela imagem do texto multimodal a partir de uma visualização única e instantânea do texto, que se apresenta para o leitor sem fragmentações, o qual faz suas escolhas pessoais no momento de ler o texto, sem que haja uma leitura estagnada, a qual pode ser processada sob várias direções e sentidos, característica essencial desse tipo de gênero textual.

Sendo assim, o processo de recategorização, nesta charge, realiza-se de forma direta no plano imagético, acionado pelos mecanismos metafórico e metonímico e demais elementos semióticos não verbais presentes no texto, confirmando nossas hipóteses secundárias de estudo. Nesta charge, as recategorizações trazem como função primeira criticar a situação da seca em que vivem as pessoas no Nordeste brasileiro, levando-os, muitas vezes, à morte, conforme se evidencia no determinante visual do sertanejo de braços abertos morto na cruz.

A próxima charge faz uma crítica ao excesso de uso dos meios eletrônicos na sociedade atual, particularmente das redes sociais. Nela também podemos constatar uma estreita relação entre metáforas e metonímias conceituais no licenciamento das recategorizações que engatilham os seus efeitos de sentido.



Charge 4: O vício das redes sociais

Fonte: Jornal Meio Norte (dez/2012). (Disponível em: <http://portalaz.com.br>. Acesso em: 21.03.13).

A imagem da charge ora analisada é composta somente por elementos não verbais, já que a letra “f” que nela aparece é uma simbologia do Facebook, rede social de grande popularidade entre os internautas. Lembramos que, para efeito deste estudo, o texto multimodal é aquele formado por imagens aliadas ou não ao texto verbal, cujos elementos semióticos são compostos por figuras, cores, formatos, letras, dentre outros.

Além do símbolo do Facebook, compõem a charge as figuras de uma *tablet* e de um homem em posição de drogadição. As cores são outros elementos semióticos utilizados para compor o sentido que o chargista deseja produzir. Nesse caso, verificamos que somente a imagem do *tablet* é colorida, evidenciando a intenção do produtor da charge em deixar claro o entendimento em relação à figura do aparelho eletrônico, o que poderia comprometer a compreensão da charge.

A construção de sentidos dessa charge, apesar da ausência de elementos verbais, pode ser evocada a partir da figura do rapaz numa atitude próxima a de um usuário de drogas ilícitas, comportando-se como se estivesse cheirando uma droga, que é representada pela figura do *tablet*. Assim, o modo como ele se apresenta, de olhos fechados, como se estivesse “em outro mundo”, é semelhante ao comportamento dos usuários de drogas ilícitas, a exemplo da cocaína, o que nos leva a compreender melhor a intenção do chargista.

Assim, duas recategorizações são imprescindíveis para a construção de sentidos

dessa charge: a de “redes sociais” como “uma droga” e a de “usuários de redes sociais” como “viciados”. Na base dessas recategorizações, podemos identificar a metáfora REDE SOCIAL É UM VÍCIO. Contudo, para esse entendimento, é preciso ver que o símbolo do Facebook integrante da charge é tomado pelas redes sociais como um todo, ou seja, numa relação metonímica PARTE PELO TODO, permitida pelo modelo cognitivo de esquemas que Lakoff (1987) investigou ao considerar que as partes de alguma coisa podem representá-la individualmente, por fragmentação, tomando-se, assim, o todo pela parte.

Compreendemos que sejam as recategorizações descritas as responsáveis pela construção dos efeitos cômico e irônico da charge, que repercute um tema inescapável à sociedade contemporânea, chamando à atenção para o uso sem controle das redes sociais, considerando o seu grande poder de atração pela diversidade de recursos que colocam à disposição de seus usuários nas interações virtuais. Assim, a figura do rapaz “cheirando” o Facebook num *tablet* não deixa de ser cômica, mas a ironia é muito maior quando a charge retrata a crítica que se volta ao cenário de o homem poder vir a se tornar um “refém” da própria tecnologia por ele criada, cujo domínio sobre este é semelhante ao domínio que as drogas exercem sobre quem as utiliza.

Ressaltamos que duas recategorizações metafóricas nesta charge ocorrem diretamente pela imagem, já que, ao olhar a charge, prontamente realizamos as recategorizações do usuário do *face* como usuário de drogas, além da figura do *tablet* ser tomada pelas drogas em geral, revelando o poder que as imagens têm de congregar a recategorização num único plano. No entanto, a recategorização metonímica do *tablet* por outros componentes tecnológicos, como celular, por exemplo, exige maior esforço cognitivo para sua realização. Nessa ótica, a imagem desta charge traz como principal função recategorizadora criticar os usuários dos aparelhos tecnológicos que se comportam como viciados de drogas, evidenciada pelo determinante visual do usuário do *face*.

Na esfera política, a próxima e última charge foi produzida durante o pleito eleitoral de 2012 para a Prefeitura de Teresina, já no final do 1º turno, quando o candidato Elmano Férrer, então Prefeito Municipal, disparou nas pesquisas de opinião, mostrando-se muito à frente dos demais candidatos que o seguiam, respectivamente, na lista dos mais votados, Firmino Filho, Wellington Dias e Beto Rego.



Charge 5: Campanha para tirar o Bigode

Fonte: Jornal Meio Norte (ago/2011). (Disponível em: <http://portalaz.com.br>. Acesso em: 21.03.13).

Observamos que os elementos que compõem esta charge são basicamente os seguintes: caricaturas dos candidatos à Prefeitura de Teresina em 2012, respectivamente, da esquerda para a direita da charge, Elmano Férrer, Firmino Filho, Wellington Dias e Beto Rego; aparelhos de barbear portados como armas por cada um dos oponentes do candidato Elmano Férrer. O chargista também se deu ao trabalho de compor, ao fundo, a representação da imagem da cidade nas cores branco e azul. Sendo assim, podemos constatar que a imagem é repleta de signos imagéticos, que se conjugam e atuam na construção de sentidos da charge.

Nessa ótica, a construção de sentidos é motivada a partir do conhecimento de mundo do leitor, que vai considerar a situação político-eleitoral na qual a charge foi construída, momento em que candidatos à Prefeitura de Teresina estavam numa acirrada campanha eleitoral e um deles, Elmano Férrer, conhecido por seu “bigode”, passou a ser alvo das críticas de seu principal opositor, Firmino Filho, que, aliado a outros políticos, tendo em vista seu crescimento nas pesquisas, incluiu em sua campanha no rádio e na televisão a frase de efeito “Vamos tirar o bigode”, chegando ao ponto de utilizar o aparelho de barbear como um dos símbolos de sua campanha. Na charge, observamos que três candidatos estão de frente para apenas um, reafirmando a postura de inimigos que buscam eliminar seu opositor.

A comicidade da charge é desencadeada pela representação de Firmino Filho e de seus aliados segurando, cada um, um barbeador em direção ao prefeito, o que sugere que “o bigode” deveria sair, ou seja, a representação de que “tirar o bigode” seria tirar o próprio Elmano Férrer, então prefeito, do cargo, o que significaria a sua derrota nas eleições.

Também a ironia se apresenta na charge por meio das figuras dos candidatos Firmino Filho, Wellington Dias e Beto Rego que, aliados temporariamente, resolveram unir forças para tirar Elmano Férrer do cargo, o que aponta mais uma vez para a crítica à falta de honestidade da maioria dos candidatos que, ora são opositores, ora aliados, dependendo do interesse que têm para alcançar o que desejam.

Ativados os conhecimentos da situação política tematizada na charge, é fato que o processo de recategorização também é fundamental para a construção dos sentidos evocados pelos referentes imagéticos já descritos, a começar pela recategorização do referente “Elmano Férrer” como “o Bigode”, licenciada pela metonímia conceitual PARTE PELO TODO. Essa recategorização está ligada diretamente à expressão metafórica “tirar o Bigode”, cujo sentido só pode ser compreendido se levamos em consideração a recategorização metonímica anteriormente descrita. Nesse contexto, identificamos também a recategorização do referente “aparelho de barbear” como “uma arma política”, licenciada pela metáfora conceitual ELEIÇÃO É UMA GUERRA. Por esse raciocínio, os candidatos também podem ser recategorizados metaforicamente como combatentes. A própria posição de ataque com uso de barbeador recategoriza o aparelho como uma arma e a fisionomia dos candidatos opositores do Prefeito Elmano Férrer, na charge, corroboram a construção dessas duas últimas recategorizações, além da expressão de medo visível na imagem do Prefeito.

De fato, as recategorizações ora descritas podem ser realizadas no âmbito da própria imagem que, embora não possua qualquer elemento verbal, traz consigo elementos semióticos que possibilitam suas efetivações pelos componentes descritos e propiciados pelo próprio formato do texto que viabilizam uma leitura de combate entre os candidatos, mesmo que não sejam identificados nominalmente. Quanto ao reconhecimento das caricaturas, somente será possível se houver informações sobre a situação política da realidade de Teresina àquela época.

Nesta charge, portanto, a função das recategorizações é criticar a postura de Firmino Filho, Wellington Dias e Beto Rego que, embora opositores, aliaram-se no 1º turno para tirar o então prefeito, Elmano Férrer, da Prefeitura de Teresina, situação na qual reside a comicidade e a ironia do texto.

Verificamos que o grau de explicitude da recategorização vai variar conforme as imagens se apresentam congregadas a elementos verbais, cujo grau é maior nestes casos. No entanto, quando a recategorização ocorre somente no plano da imagem, a explicitude embora se manifeste é menor na escala em relação à anterior. Mas, quando somente a imagem não é suficiente para a recategorização, o interlocutor faz uso das pistas sugeridas no texto para inferir as recategorizações e, assim, processá-las.

Reafirmamos, portanto, a importância do processo de recategorização na construção dos sentidos de todas as charges analisadas neste estudo, bem como da metáfora e da metonímia conceituais no licenciamento desse processo, como vimos ao longo das análises.

4 | CONCLUSÕES

Constatamos que no *corpus* de investigação a metáfora é predominante, ressaltando-se que todas as charges analisadas neste estudo apresentaram a metáfora como forma

de acionar o efeito cômico e irônico, sendo estas as principais funções da recategorização.

Verificamos que nos textos multimodais objeto do estudo a ironia se volta mais para a crítica, atuando também no efeito cômico o que, no entanto, não se confirmou na charge 3, que não apresentou comicidade. A recategorização, assim, tramita entre o real e o figurado, utilizando-se, para tanto, os elementos da imagem que contribuem para que seja remodulada a visão categórica que se tem sobre determinado referente.

Destacamos que as charges se mostraram textos extremamente fascinantes, o que pode despertar cada vez mais o interesse por estudos voltados para o gênero e que muito ainda se tem a dizer acerca do processo de recategorização em textos imagéticos.

Concluímos que, nos textos multimodais como as charges, categorizar e recategorizar são dois processos simultâneos, pois este tipo de texto proporciona uma visão quase que instantânea das figuras e demais elementos semióticos, permitindo que o interlocutor categorize os referentes e, em um processo cognitivo simultâneo, recategorize-o pela imagem, diferentemente do que ocorre nos textos apenas verbais, em que um objeto de discurso é recategorizado ao longo da cadeia discursiva.

REFERÊNCIAS

APOTHÉLOZ D., REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds.). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores**. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995, p. 227-71.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2002.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images**. London/New York: Routledge, 1996.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LIMA, S. M. C. de. **Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo de processos de recategorização**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CALVACANTE; RODRIGUES; CIULLA (Org.). **Referênciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

VAN LEEUWEN, T. Ten Reasons Why Linguistics Should Pay Attention to Visual Communication. In: P. LEVINE & R. SCOLLON. **Discourse & Tecnology: Multimodal Discourse Analysis**. Georgetown, Georgetow University Press, 2004.

NARRATIVAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESENVOLVENDO MULTILETRAMENTOS VIA M-LEARNING

Maryanne Acioli Bomfim Cedrim

Instituto Federal de Alagoas - IFAL
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Maceió/Alagoas

Flávia Karolina Lima-Duarte

Instituto Federal de Alagoas - IFAL
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Maceió/Alagoas

Christiane Batinga Agra

Instituto Federal de Alagoas - IFAL
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Maceió/Alagoas

RESUMO: O presente artigo é um recorte de uma pesquisa PIBIC financiada pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Esta pesquisa tem o objetivo de relatar e refletir sobre uma proposta que visa a disseminação de práticas de leitura e escrita voltadas para o uso de multiletramentos. O referencial teórico está representado pelas contribuições dos estudos sobre: (a) *m-learning* (GRUND E GIL, 2011; CABRERO e CASTAÑO, 2013); (b) multiletramentos (ROJO, 2013; MONTE MOR, 2015) e gêneros discursivos (BAKHTIN, 2009). Os procedimentos metodológicos para coleta e interpretação de dados são de natureza qualitativa e estão constituídos por: Narrativas a partir de fotos elaboradas por estudantes do primeiro ano do ensino médio, gravações das aulas e diário de campo da pesquisadora. Os resultados desta pesquisa apontam para um

possível ganho de autonomia dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem que, por meio da Língua Portuguesa, associado ao uso dos dispositivos móveis, tiveram a oportunidade de demonstrar uma atitude agentiva diante de sua realidade local.

PALAVRAS-CHAVE: m-learning; multiletramentos; narrativas digitais

ABSTRACT: The present article is a clipping from a PIBIC research developed in Instituto Federal de Alagoas (IFAL). The study intends to describe and reflect about a proposal which aims to disseminate reading/writing practices turned to the usage of multiliteracies. Theoretical framework is represented by the studies about; (a) *m-learning* (GRUND E GIL, 2011; CABRERO E CASTAÑO, 2013); (b) multiliteracies (ROJO, 2013; MONTE MOR, 2015) and discursive genres (BAKHTIN, 2009). Methodological procedures to collect and interpret data are from qualitative approach and consist of narratives written from photos taken by students from the first grade of a public high school, classes audio recordings and the researcher's journals. Results indicate a possible increase in the autonomy of the students in the process of teaching and learning, through the Portuguese language and the usage of mobile devices. Students had opportunity to demonstrate agency towards their local reality.

KEYWORDS: m-learning; multiliteracies; digital

1 | UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

É senso comum se dizer que nos dias de hoje vivemos em um mundo globalizado, onde não existem fronteiras e onde as distâncias se reduziram a um simples clique de um *mouse*. As palavras de ordem atuais são comunicação e interação. Quando falamos nos dias de hoje, estamos nos referindo a uma sociedade contemporânea que vive um período que muitos chamam de pós-modernidade (VENN, 2000), modernidade reflexiva (GIDDENS, 1997) e que Bauman (2001) denomina modernidade líquida, uma vez que para ele, vivenciamos um momento de extrema fluidez nos nossos pensamentos e relações sociais.

De fato, instabilidade e incompletude constantes são características do ser humano que vivencia a modernidade líquida a qual vai de encontro aos princípios de uma modernidade “concreta” que enxerga o homem como um ser completo e acabado e onde as verdades são consideradas estáveis e absolutas. A globalização atrelada a essa dissolução das fronteiras entre espaço e tempo corrobora esse sentimento de instabilidade – nada é permanente, tudo aquilo que está presente ou parece ser concreto e estável em um determinado momento, pode mudar em outro.

É natural que a escola precise se modificar para atender as necessidades de crianças e adolescentes em formação que vivenciam todas as inquietudes da nossa sociedade contemporânea. Nesse momento, concordamos com Duboc (2014) quando ela afirma que

Se no paradigma moderno o sujeito produzia conhecimento de forma centralizada, concentrada, individual, privada e ainda baseando-se em normas pré-estabelecidas, o sujeito da atual sociedade distribui e compartilha saberes dentro de uma lógica muito mais colaborativa e pública, partindo da experiência da ausência de modelos padronizados e previamente estabelecidos (DUBOC, 2014, p. 23).

Ao falar em produção de conhecimento e nos processos de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa nas escolas, é necessário que nos posicionemos em relação à visão de língua assumida neste estudo. Assim, assumimos a concepção de Bakhtin / Volochinov (2012), uma vez que eles defendem a ideia de língua como um fenômeno claramente social. Para os autores, “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psico-fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2012, p.127). Isto é para eles, a língua só existe a partir da interação com o outro e, sendo assim, jamais será estática: ela está em evolução ininterrupta. Por essa concepção perpassa a ideia de um sujeito que nunca está pronto, acabado. Se ele, o sujeito, não está permanentemente definido e estático, assim também não estará o seu discurso. Para Bakhtin, nós estamos em permanente processo de diálogo,

uns com os outros ou com nós mesmos, visto que somos constituídos por um mosaico de outros discursos com que temos/tivemos contato em nosso convívio social.

Tudo que foi explicitado acima, leva ao conceito de multiletramentos. Segundo Rojo (2012),

Trabalhar com multiletramentos pode ou não envolver o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação, mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático – que envolva agência – de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos (ROJO, 2012, p. 8).

Depreendemos do pensamento da autora, que trabalhar na perspectiva dos multiletramentos envolve valorizar as diversas culturas que permeiam o universo dos participantes da pesquisa (local e regionalmente), mas também fazê-los ter contato com outras, para que eles consigam se posicionar criticamente diante das diferenças.

Além disso, não podemos esquecer que esses contatos e reconhecimentos não se darão apenas na forma dos chamados letramentos formais, visto que, no mundo multissemiótico em que vivemos, há diversos outros tipos de letramento que devem ser valorizados nesse processo, como por exemplo, saber jogar um determinado jogo de videogame, conseguir operar um caixa eletrônico ou até mesmo conseguir baixar um aplicativo num celular.

Com base nessas considerações, compreendemos que o uso da tecnologia pode contribuir no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa, contudo, vale ressaltar que a nossa visão de tecnologia associada à linguagem não é reducionista, pois em muitos estudos notamos que a ênfase é dada apenas nas tecnologias. Compreendemos a tecnologia como uma ferramenta que pode contribuir no processo de ensino aprendizagem de línguas. Para tanto, nossa compreensão de tecnologia e ensino de língua está associada ao ensino crítico, que conforme Rocha e Azzari (2016), essa visão pressupõe que

A articulação entre tecnologia e educação linguística crítica possa possibilitar deslocamentos e transformação, por meio da (re)construção de discursos, espaços e práticas (de letramentos), em uma sociedade ainda marcadamente neoliberal e, portanto, bastante propensa a reafirmar desigualdades e legitimar conhecimentos, culturas e línguas à maneira verticalizada (ROCHA; AZZARI, 2016, p. 160)

Por essa perspectiva, consideramos que a tecnologia pode ser um recurso didático que tende a contribuir para o ensino que promova agência dos nossos estudantes, no entanto, quando se fala em tecnologia e ensino, muitos professores reclamam da impossibilidade de usar os recursos tecnológicos em suas aulas, posto que, em geral, as escolas públicas não possuem laboratórios de computação. Sendo assim, não seria possível associar tecnologia e ensino, porém, se observamos a nossa sala de aula, notamos que a grande maioria de nossos alunos possuem *smartphones*, o que nos leva a refletir a respeito dos estudos do *Mobile Learning* como recurso educativo.

O conceito de M-Learning (doravante ML) consiste na aprendizagem por meio dos aparelhos móveis, cujo foco está na participação do estudante em seu processo de aprendizagem. Assim, a ML é centrada na capacidade que o aluno possui em escolher e decidir sobre seu estilo de aprendizagem, portanto, é centrada no aluno e não nas ferramentas móveis. (Garrido & Almenara, 2013). Nessa perspectiva, a UNESCO considera que essa teoria poderá contribuir no processo de ensino-aprendizagem, dado que, não há necessidade de muito investimento por parte da escola, porque, conforme já dissemos, os alunos, em sua grande maioria, possuem aparelhos móveis.

Outro ponto importante na aprendizagem móvel trata-se de melhorar as interações entre as pessoas implicadas na ação formativa (professores-professores, professores-alunos, alunos-alunos, professores-diretores...) (Garrido & Almenara, 2013, p. 21). Diante disso, compreende-se que, com base nesse conceito de M-Learning, o estudante poderá ter uma atitude ativa em relação ao seu processo de aprendizagem, visto que deixará de ser apenas receptor do conhecimento e passará a construir seu conhecimento a partir da interação social.

Associando as noções teóricas de gêneros discursivos, multiletramentos e m-learning aplicadas ao ensino de Língua Portuguesa, elaboramos uma atividade que envolveu esses três conceitos: a produção de narrativas digitais. Antes de detalharmos o método, consideramos importante trazer algumas considerações sobre esse gênero discursivo.

O conceito de narrativa tem como base os estudos literários, segundo Tzvetan Todorov (1973),

Ao nível mais geral, a obra literária [assim como qualquer narrativa] tem dois aspectos: ela é ao mesmo tempo uma história e um discurso. Ela é história, no sentido em que evoca uma certa realidade, acontecimentos que teriam ocorrido, personagens que, deste ponto de vista, se confundem com os da vida real. Esta mesma história poderia ter-nos sido relatada por outros meios; por um filme, por exemplo; ou poder-se-ia tê-la ouvido pela narrativa oral de uma testemunha, sem que fosse expressa em um livro. Mas, a obra é ao mesmo tempo discurso: existe um narrador que relata a história; há diante dele um leitor que a percebe. Neste nível, não são os acontecimentos relatados que contam, mas a maneira pela qual o narrador nos fez conhecê-los." (TODOROV, 1973, p. 211).

Nessa mesma perspectiva, para Freitas e Castro (2009) as histórias surgem de uma narração, de um acontecimento real ou imaginário, oral ou textual, que é atualizado pela mente do ouvinte ou leitor e acontece em um ambiente de representação. Desde a antiguidade, dos registros nas cavernas à estruturação da narrativa no teatro grego, o homem conta histórias; histórias com início, meio e fim. Contamos histórias para dialogar com o outro (nos termos de BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2012). Além disso, por meio das narrações de geração para geração nos são passadas conhecimentos culturais, valores e informações.

Portanto, com base nos multiletramentos e na ML, compreendemos que na atualidade, as histórias podem ser contadas com auxílio dos recursos verbo-visuais. Ademais, além

disso, diferentemente da narrativa literária, as narrativas digitais podem proporcionar o agenciamento dos estudantes. Assim, o objetivo deste artigo é o de relatar e refletir sobre uma proposta que visa a disseminação de práticas de leitura e escrita voltadas para o uso de multiletramentos.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa está inserida no campo da Linguística Aplicada e seus procedimentos metodológicos para coleta e interpretação de dados são de natureza qualitativa, cuja abordagem trata-se de um estudo de caso. Os materiais utilizados para coleta dos dados foram: narrativas digitais, entrevistas com os alunos e diários de campo. Sobre as modalidades de pesquisas qualitativas Telles argumenta que,

Atualmente, a opção por modalidades qualitativas de investigação tem sido cada vez mais freqüente na pesquisa em educação, visto que os educadores e os professores têm se interessado pelas qualidades dos fenômenos educacionais em detrimento de números que muitas vezes escondem a dimensão humana, pluralidade e interdependência dos fenômenos educacionais na escola (TELLES, 2002, p.12).

Dentro desse contexto traçamos nossas estratégias de pesquisa em busca dos resultados. Inserimo-nos em uma escola estadual do município de Maceió/AL, especificamente em uma turma de 1º ano do Ensino Médio composta por 32 alunos com faixa etária de 15 à 16 anos. A escola fica localizada no bairro do centro da cidade e atende alunos do Ensino Fundamental, Médio e da modalidade EJA, funcionando nos três turnos. A maior parte dos estudantes da escola reside em bairros vizinhos e em comunidades marginalizadas, vítimas da falta de segurança, saneamento básico, saúde, entre tantos outros problemas sociais. O primeiro passo tomado foi a visita à escola visando o conhecimento do campo e a apresentação da proposta de pesquisa à coordenação e à professora de Língua Portuguesa (LP) responsável pela turma.

Diante da autorização da professora e do acolhimento das pesquisadoras em sala de aula, demos início a execução da proposta. Os encontros foram definidos para as quintas-feiras pela manhã, durante o horário das aulas de LP, de 7:50h às 9:40h.

Em nosso primeiro encontro apresentamos a proposta da pesquisa aos estudantes, observamos suas reações, ouvimos suas opiniões e esclarecemos suas dúvidas sobre o processo. Explicado o passo a passo do desenvolvimento da proposta, solicitamos a divisão da turma em grupos com até quatro componentes e a nomeação de cada um deles.

Além disso, com a colaboração da professora de LP, montamos uma revisão sobre o gênero narrativo e trabalhamos com os alunos em sala de aula. Durante a revisão começamos a fase das entrevistas com os grupos, um a um, no pátio da escola, visto que buscávamos um local silencioso para não haver interferência nas gravações. Sete grupos foram formados e durante as entrevistas alguns questionamentos foram feitos para mediar

a discussão acerca do tema proposto na pesquisa. Perguntas como “Em qual bairro você mora?”, “O que você pensa do seu bairro?” e “Quais as coisas boas e as coisas ruins que você observa em seu bairro?” foram feitas aos estudantes e todas as entrevistas foram gravadas.

Ao final de todas as entrevistas e concluída a revisão, solicitamos aos alunos que buscassem em seus bairros de origem as coisas boas ou ruins observadas por eles. Pedimos que fotografassem com seus *smartphones* a situação escolhida com no mínimo quatro fotografias que contassem uma história. Após esse procedimento, cada um deles escreveria uma narrativa à partir das fotos, exercitando assim, um olhar de criticidade acerca dos problemas ou soluções que contemplam cada bairro. Todos os grupos seguiram a proposta e participaram da primeira fase com dedicação.

No segundo encontro, diante da primeira fase concluída, aplicamos uma oficina sobre Narrativas Digitais na sala de vídeo da escola. Todos os grupos estiveram presentes, nós utilizamos recursos tais como, quadro, pincel atômico e projetor e esclarecemos didaticamente o passo a passo da criação da narrativa digital no programa gratuito *Fotos Narradas para Windows*, que pode ser manipulado *offline*.

Durante a apresentação dos slides e da manipulação do programa, os estudantes foram debatendo e buscando esclarecer as dúvidas que iam surgindo. Ao final da oficina, abrimos espaço para ouvir o que cada grupo estaria achando da proposta e se eles acreditavam na importância desse tipo de trabalho durante as aulas de LP ou de qualquer outra disciplina. Alguns alunos afirmaram que acham importante que os professores busquem formas mais dinâmicas de trabalho e que as escolas públicas são as que mais precisam desse tipo de iniciativa, visto que, são as que mais sofrem com as mazelas sociais em nosso país. Ademais, a professora de língua portuguesa destacou a importância de atividades que envolvam o uso de tecnologia em sala de aula.

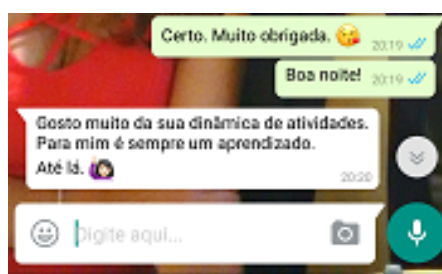


Figura 1. Conversa informal com a professora de Língua Portuguesa (Fonte: autoras)

É importante ressaltar que a professora colaboradora nunca havia trabalhado com esta perspectiva.

Eu adorei essa forma de trabalho. O Estado até oferece capacitação, mas nunca posso participar porque tenho muitas turmas e meu horário nunca bate. Já houve dois cursos de formação (até aqui na escola), mas não pude participar porque tenho turmas demais. Olha só, tive de juntar o primeiro e o segundo ano duas semanas porque a professora do segundo tava doente (professora de Língua

Devido aos limites de espaço neste artigo, nos limitaremos a descrever e interpretar os dados de um grupo apenas. As reflexões acerca desses dados serão detalhadas a seguir.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A narrativa que trouxemos para análise é a de um grupo composto por quatro integrantes do gênero feminino e com idades que variam entre quinze e dezesseis anos. São alunas do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. José Maria Correia das Neves e residem em bairros vizinhos ao colégio (Prado, Trapiche e Levada). Os três bairros são conhecidos pelo grande índice de violência e descaso para com os serviços públicos prestados à população. As alunas entenderam e desenvolveram a proposta da narrativa a partir das fotos e o texto apresenta os requisitos que o classificam dentro do gênero narrativo pois contaram um história com início, meio e fim (FREITAS & CASTRO, 2009), utilizando-se do texto verbal e visual para falar da “revitalização da Praça Afrânio Jorge (Praça da Faculdade)”.

Inicialmente a narrativa apresenta traços de um discurso político em que elas narram como a Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente trouxe benefícios para o bairro através da reforma da praça, conforme podemos observar no recorte abaixo:

(...) com o projeto da Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (SEMPMA), a praça ganhou quadra poliesportiva, rampas de acessibilidade, jardineiras, bancos, espaço para feiras e gastronomia, equipamentos de ginástica(...) (Narrativa 01)

No trecho podemos perceber traços de uma propaganda televisiva da prefeitura de Maceió que descreve quase que da mesma forma como o bairro melhorou após a revitalização. Nesse sentido, compreendemos que as estudantes se constituíram do discurso do outro (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2012) para demonstrar o lado positivo da praça. Contudo, ao apenas repetir o discurso veiculado pelo atual prefeito e candidato a reeleição a prefeitura de Maceió, elas revelam que ainda não conseguem refletir criticamente a respeito de seu contexto local, o que é natural, uma vez que nossos alunos e alunas muitas vezes não estão familiarizados com práticas pedagógicas que levem a uma reflexão e uma provável agência em seus contextos de realidade.

Vale observar que em outra passagem do texto o grupo entende que com a revitalização da praça as crianças e os jovens dos bairros vizinhos têm agora um lugar para brincar, jogar, conversar e se exercitar que por muito tempo não tiveram.

(...) as crianças e os jovens do bairro não tinham, tudo que tem hoje no momento atual. Muitas coisas mudou naquela área, inclusive o aumento de pessoas prestigiando a nova praça.(...). (Narrativa 1)

Nessa mesma perspectiva, durante a entrevista elas afirmaram da importância da revitalização da praça para o lazer da população, conforme transcrição:

(...) com lugares para ir, como eu falei...a praça que acabou de ser construída... estrutura...eu tô vendo que é bom...eu gosto muito do meu bairro(...) (Entrevista 1)

Com base nesse trecho da narrativa e da entrevista, consideramos que as estudantes se preocupam com o bem estar das pessoas de seu bairro, mostrando conscientização e solidariedade. Isso já nos dá indícios de uma maior reflexão acerca da realidade e consequentemente de uma cidadania ativa. Após destacar os pontos positivos da praça, as alunas afirmam tanto na narrativa, quanto na entrevista que um dos pontos negativos é a falta de segurança na Praça da Faculdade, como podemos verificar no recorte da narrativa e, em seguida, no trecho da entrevista.

(...) muitas coisas mudou naquela área (...) a única coisa que não mudou foi a insegurança da população que mesmo com a praça bem iluminada, os assaltos são constantes (...) (Narrativa 1)

Apesar de relatarem com mais ênfase os pontos positivos, pelas imagens da praça podemos verificar que um ponto negativo sobressai – a falta de segurança.



Figura 2. Praça da Faculdade após a revitalização (Fonte: autoras)

Ao observarmos a Figura 1, podemos perceber que apesar de todas as melhorias feitas na praça, as fotos foram tiradas durante o dia e em todas elas um aspecto se repete: a ausência de pessoas. Nesse sentido, fica evidente na narrativa certa contradição entre o texto escrito e o texto visual. Pelo texto visual, é possível notar que a praça foi reformada, todavia, as imagens nos levam a refletir a respeito da violência do bairro que foi muito citada pelo grupo durante a entrevista. De acordo com a estudante Carol, os pontos negativos de seu bairro concentram-se nos “(...) assaltos, roubo, essas coisas assim, e ... falta de segurança nas ruas”, concordando com ela, a colega de grupo Daniele, diz que “(...) a pessoa nunca se sente segura...andando nas ruas...com medo de ser assaltada... não anda mais tranquila como antes”. Portanto, mesmo querendo dar mais ênfase ao discurso político da revitalização da praça, inconscientemente e com ajuda das imagens, as estudantes deixam claro que o maior problema no bairro é a insegurança da população.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao confrontar os discursos iniciais produzidos pelas alunas com as narrativas elaboradas por elas, percebemos que o grupo das estudantes buscou focar em um dos pontos positivos relatados durante as entrevistas, não deixando de lado a crítica ao principal ponto negativo apontado. As integrantes do grupo conseguiram construir uma narrativa seguindo os requisitos necessários. Contaram uma história com início, meio e fim descrevendo situações cotidianas dentro de seu contexto social e buscaram desenvolver um texto coeso e coerente.

A produção das narrativas gerou nos grupos reflexões sobre os seus contextos de realidade, além de possibilitar uma experiência de aproximação com os problemas sofridos pela população da qual fazem parte. Destacamos que por ser um projeto piloto e em fase inicial de geração de dados, nota-se a imaturidade com relação aos problemas sociais de sua comunidade. Contudo, compreendemos que este é um processo e que, aos poucos, e com mais atividades que envolvam os multiletramentos e a *mobile learning*, os estudantes poderão desenvolver a agência e a criticidade ao falar de seus bairros e refletir sobre problemas sociais presentes em seus cotidianos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Alagoas - IFAL e à sua Pró-Reitoria de Pesquisa por viabilizar a execução financeira desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M./ VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. Ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

DUBOC, A. P. M. Ensino e avaliação de línguas estrangeiras: tendências em curso. In: MULIK, K. B.; RETORTA, M. S. (orgs.) **Avaliação no ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras: diálogos, pesquisas e reflexões**. São Paulo: Pontes Editores, 2014. p. 21-47.

FREITAS, Cristiana; CASTRO, Cosette. **Narrativa audiovisual para multiplataformas: um estudo preliminar**. In: Congresso Intercom, 2009, Curitiba. *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Congresso*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/bibliocom/sete/pdf/cosette-castro-cristiana-freitas.pdf>. Acesso em setembro de 2016.

GARRIDO, C. C; Almenara, J. C. **Enseñar y aprender en entornos M-Learning**. Madrid, ES: Editorial Síntesis, 2013.

GRUND, F.B; GIL, D.J.G. **Mobile learning: los dispositivos móviles como recurso educativo**. Madrid: Editorial Madrid, 2011.

ROJO, R.H.R. Pedagogia dos Multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R; MOURA, E. (orgs.) **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012a. p. 11-31.

TODOROV, T. As Categorias da Narrativa Literária. In **Análise Estrutural da Narrativa**. (pg. 209-254). Tradução: Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Editora Vozes, 1973. [1966]

PLAY WITH ENGLISH! REFLEXÕES SOBRE O USO DE ATIVIDADES LÚDICAS NA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA NA BACIA LEITEIRA DO SERTÃO DE ALAGOAS

Júlia de Melo Ferreira

Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha
Batalha – Alagoas

Raul Fernandes da Silva

Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha
Batalha – Alagoas

Rayane Silva Nunes

Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha
Batalha – Alagoas

Ritaciro Cavalcante da Silva

Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha
Batalha – Alagoas

Vitória de Carvalho Silva

Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha
Batalha – Alagoas

RESUMO: O artigo busca tecer reflexões sobre a aprendizagem de inglês de alunos do Ensino Fundamental da bacia leiteira do sertão de Alagoas, através da análise da execução do projeto de extensão Play With English, desenvolvido na cidade de Batalha, Alagoas. Foram analisadas questões de engajamento e motivação dentro do contexto de jogos. Chegamos à conclusão de que, apesar das dificuldades presentes, o uso de atividades lúdicas gerou um maior engajamento dos jovens da região no aprendizado da língua inglesa.

PALAVRAS-CHAVE: jogos, engajamento, ludicidade

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão de Inglês Play With English, no período de abril a agosto do ano de 2016, no Campus Batalha do Instituto Federal de Alagoas, buscando reflexões sobre suas ações e impactos na aprendizagem da língua inglesa por alunos de escolas públicas da área da bacia leiteira do sertão de Alagoas. Os objetivos do projeto foram dar oportunidade aos alunos de diferentes escolas um ambiente de aprendizagem lúdica, aprofundar conhecimento de vocabulário da língua inglesa e aproximar os alunos da rede pública local ao Campus Batalha.

A criação do projeto partiu da necessidade de assistir os alunos das turmas de 9º ano das escolas públicas do município municipais e estaduais da cidade de Batalha. Levaram-se em consideração as dificuldades existentes na rede pública de ensino, como a falta do material didático para professores e alunos, carga horária insuficiente para trabalhar o vasto conteúdo da língua inglesa, bem como o desinteresse dos alunos, pois muitos ainda acham desnecessário aprenderem tal idioma.

Tentar ensinar ou simplesmente aprender algo novo pode ou não ser fácil para certas

pessoas, enquanto outras têm um rápido desempenho e um poder maior de compreensão, absorvendo mais rapidamente o que se está sendo falado em uma sala de aula e em qualquer outro lugar em que se possa aprender certo tema. Aprender inglês não é diferente: há quem gosta, há quem não gosta. A depender do tipo de livro e/ou professor apresentado aos alunos, pode-se ou não fazer com que uma sala inteira ou pelo menos grande parte da mesma consiga aprender o conteúdo. Incentivar alguém a aprender é uma coisa, forçar essa pessoa é diferente.

O velho método de sentar em sua carteira escolar e traduzir certo texto com a ajuda de um dicionário acaba se tornando chato e cansativo, mesmo que o aluno já tenha um nível maior. Faz-se necessário buscar alternativas de abordagens de aprendizagem. Exatamente isso que o projeto de extensão Play With English tentou trazer para os alunos de escolas públicas da cidade.

MATERIAL E MÉTODOS



Figura 1 - Material de baixo custo usado no curso

O projeto foi realizado no Campus Batalha do Instituto Federal de Alagoas, com a utilização de ambientes como auditório, laboratório de informática e sala de aula. O público alvo foram alunos de escolas públicas da cidade de Batalha, Alagoas, que cursavam o 9º ano do Ensino Fundamental nas escolas Escola Estadual Adalberto Marroquim - EEAM e Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Rodrigues de Melo - EMEFARM. Em abril foi realizada visita em ambas. O projeto foi apresentado à equipe gestora, professoras e alunos. Depois de passadas as informações necessárias, foram listados os alunos que iriam participar, sendo selecionados 20 alunos por escola.

Durante o tempo do curso, desenvolvemos e aplicamos jogos e dinâmicas que ajudavam na aprendizagem, enquanto mostrávamos palavras novas, aumentando o *input* a cada aula. Tais atividades seguiram as características atribuídas por Huizinga ([1938]2007) aos jogos:

- ser **livre**, ou seja, uma atividade que ninguém é obrigado a fazer;
- ser **diferente da vida real**, ou uma evasão a tal vida;
- ser **incomum**, ou seja, uma ação fora do cotidiano, apesar de poder ser inspirada por ele
- ter **ordem própria**, como uma sequência de ações;
- ser **imprevisível**, ou seja, nem sempre o melhor vence.

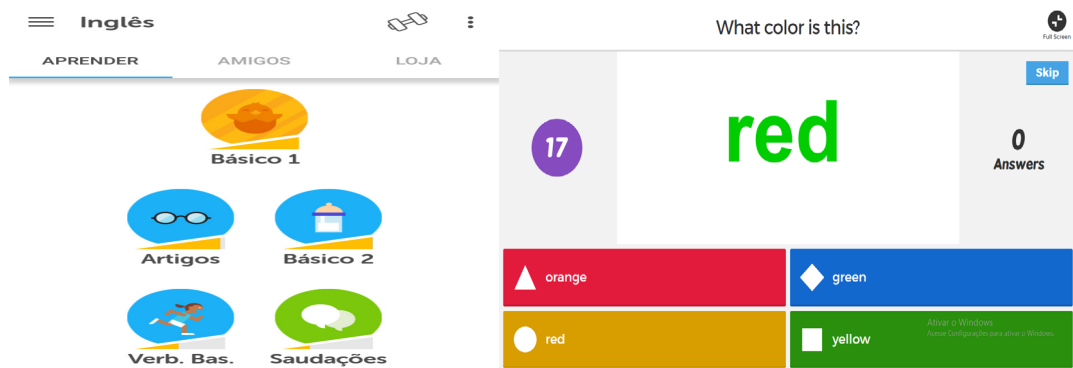


Figura 2 - Duolingo (à esquerda) e Kahoot (à direita)

Caixa de TextoPartindo desse princípio foi utilizada uma metodologia baseada na abordagem comunicativa entre o professor e os alunos, incluindo atividades lúdicas, entre elas o bingo, pintura, caça-palavras (fig. 1), entre outros. Assim, esses alunos foram adquirindo conhecimentos básicos da língua inglesa e aprendendo coisas do dia-a-dia (cores, números, peças do vestuário, alimentos). Com jogos e dinâmicas, se tornava mais fácil conseguir a atenção deles e como era uma maneira divertida de aprender eles não ficavam cansados de ver a mesma coisa sempre do mesmo jeito com textos e mais textos, pois a cada conteúdo o material e as dinâmicas utilizadas eram diferentes. Além disso, utilizamos materiais de baixo custo, como varais, papel e tinta guache, levando em consideração a realidade da bacia leiteira do sertão de Alagoas, no qual o baixo custo é uma das formas mais efetivas de permitir que professores da região possam aplicar estes jogos em suas salas de aula.

Para dar um exemplo de atividade desenvolvida, na quinta aula entregamos tintas, pincéis e folhas em branco, e os alunos foram orientados a desenhar livremente, criando novas cores e falando-as em inglês. Foram usadas três cores de tintas diferentes, e juntar uma ou mais cores a fim de descobrirem outra cor, como por exemplo: ao misturarmos amarelo com azul torna-se verde. Depois, foram distribuídas balas e paçocas e os alunos se dividiram em duplas para jogar “21”, um jogo com cartas de baralho, onde cada dupla aposta e vai pegando cartas até se aproximar do total de 21, declarando os números em inglês.

Além de materiais de baixo custo, o curso contou também com a ajuda de ferramentas

TIC de mobile learning, como o Duolingo e o Kahoot (fig. 2). O Duolingo é uma ferramenta online que utiliza repetição e memorização em forma de jogo para auxiliar na retenção de vocabulário da língua inglesa, tanto dentro como fora da sala de aula. As categorias de vocabulário utilizadas no curso surgiram a partir deste programa. O Kahoot é uma ferramenta de construção e aplicação de quizzes, que foram aplicados no curso para apresentar e/ou reforçar o vocabulário ensinado no curso.

Apesar do curso abranger apenas um vocabulário básico e fragmentado da língua inglesa, ensinando-os apenas algumas palavras utilizadas no dia-a-dia como cores e peças de roupas e alimentos, mas foi possível notar não só a retenção deste vocabulário, mas também a alta motivação durante as atividades, os jogos e as dinâmicas que eram aplicadas durante as aulas.

Ao iniciar-se o projeto, foi necessário fazermos uma divulgação em diferentes colégios com a finalidade de encontrar alunos, mas especificamente os que cursam o 9º ano, para convidá-los a participar de tal evento. Esses alunos, alguns deles chegam com mais ou menos uma noção da disciplina, outros nem tanto, talvez por consequência da falta de profissionais especializados na área, ou porque nunca tiveram oportunidade de tal aprendizado. Uma das escolas as quais visitamos, professores de outras disciplinas relataram que existe uma falta muito grande de profissionais, e que muitos deles trabalham dobrado, ou seja, encarregam-se de duas ou mais disciplinas para que os alunos não fiquem sem horário a cumprir. Muitos deles são de povoados vizinhos, e daí surge uma maior dificuldade, pois nem todos têm transporte próprio para tal deslocamento, e na maioria das vezes dependem de transportes públicos, os quais nem sempre estão disponíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do projeto foram obtidos através das atividades realizadas, dos relatos dos próprios alunos, colhidos em conversas informais e das avaliações do professor responsável pelo projeto. No início do curso, percebemos a dificuldades dos alunos, isso devido as dificuldades existentes na maioria das escolas públicas de nosso Brasil. Porém, ao fim do curso, a aceitação dos participantes foi ampla. Em questionário de satisfação, os alunos alegaram estar muito satisfeitos com o curso.

Além disso, foi possível ver nos alunos um ganho afetivo no decorrer do curso. No início, alguns alunos tinham medo de falar algo e errar e com o passar do tempo eles começaram a se soltar mais e a perder esse medo, fazendo com que seu aprendizado fosse cada vez mais eficaz e aproveitando melhor o conteúdo passado. Nos últimos encontros, pessoas que passaram a maior parte do tempo sem falar praticamente nada e se negando a responder perguntas já estavam com menos timidez. McGonigal (2012) chama este fenômeno de *fun failure* (“fracasso divertido”), a propriedade da prática de jogar que causa o efeito, à primeira vista paradoxal, do aumento do envolvimento do jogador com sua prática, apesar dos repetidos fracassos:

O fracasso divertido é uma forma de prolongar a experiência de um jogo e esticar o processo de aprendizagem. Enquanto podemos apreciar nossas próprias falhas, podemos passar mais tempo imerso em um estado de otimismo urgente, o momento de esperança que vem um pouco antes da concretização do sucesso, quando nos sentimos inspirados a nos esforçar e fazer nosso melhor¹ (MCGONIGAL, 2012, p. 69, tradução nossa, grifo nosso).

CONCLUSÕES

Passados os dias, era possível notar a satisfação dos alunos em relação ao que aprenderam. Há uma chance de que alguns deles não tenham aprendido tanto quanto esperavam. Em certos momentos, perguntas são feitas aos alunos para saber se eles estão ou não compreendendo o mínimo de certo tema naquele dia. Alguns dizem que absolutamente não sabem, recusando-se a responder a pergunta por mais básica e simples que seja; como por exemplo; como se diz “cinco” em inglês? Enquanto outros, pelo menos, se esforçam para tentar responder (caso já tenham estudado algo sobre). Porém, se levarmos em conta o contexto de onde vem este aluno, isto é esperado e até bem-vindo. O ensino é feito de tentativas, erros e acertos, e eles não desaparecem por estar no contexto de um jogo. De fato, erros e tentativas são partes integrantes da atividade lúdica. Por isso é que importante para o aluno manter seu foco na aprendizagem. Como diz Leffa: “O aluno precisa desejar e ter como objetivo a aprendizagem da língua. Só assim, conseguirá transformar o objeto de lazer, que é o jogo, em um instrumento de mediação para chegar ao seu objetivo.” (LEFFA, 2012, p. 227)

Apesar dos percalços citados, o projeto *Play With English* teve seu lado inovador para a região, trazendo um método novo e mais lúdico de se ensinar Inglês, como seu nome já diz. “Brincar com Inglês” é o que fizemos em aulas semanais durante quatro meses. A ideia do curso foi basicamente passar os conhecimentos básicos sobre a língua Inglesa de uma forma que tente afastar a mente dos alunos da sala de aula tradicional e leva-los a um lado divertido para que assim possam ter uma visão de que aprender inglês pode sim ser uma atividade engajante.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às Escolas Estadual Adalberto Marroquim - EEAM e Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Rodrigues de Melo – EMEFARM, pelo apoio dado e pela indicação dos alunos participantes do projeto.

¹ No original: “*Fun failure is a way to prolong the game experience and stretch out the learning process. Meanwhile, when we can enjoy our own failure, we can spend more time suspended in a state of urgent optimism—the moment of hope just before our success is real, when we feel inspired to try our hardest and do our best.*”

REFERÊNCIAS

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: O Jogo como Elemento da Cultura**. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva, [1938]2007.

LEFFA, Vilson et al. **Quando jogar é aprender: o videogame na sala de aula**. In: Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 209-230, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2579/2531>. Acesso em 30 nov 2014.

MCGONIGAL, Jane. **Reality is Broken: Why Video Games Make Us Better and How They can Change the World**. Londres, Inglaterra: Vintage Books, 2011.

REALIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DO EGRESSO DO IFAM CAMPUS COARI

Claudio Afonso Peres

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – (IFAM)
Coari - AM

Juan Marcelo Dell’Oso

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – (IFAM)
Coari - AM

Gabriely Mayra de Souza Gomes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – (IFAM)
Coari - AM

RESUMO: O presente trabalho visa relatar os resultados do Projeto de Extensão Acompanhamento de Alunos Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - Campus Coari, no qual foram aplicados 188 questionários para levantar o perfil socioeconômico do ex-aluno e implementado um banco de dados para facilitar o contato desse público com a Instituição, possibilitando o apoio na formação continuada, bem como o levantamento de dados para pesquisas, visando a melhoria de práticas educacionais. Nossa motivação partiu da percepção de que o egresso é parte integrante da história da Instituição e de que o reestabelecimento do contato com esse público traria benefícios para ambas as partes. Durante o contato, os egressos foram cadastrados e entrevistados, sendo divulgadas as políticas

da Instituição para os ex-alunos. O banco de dados criado a partir do cadastro está revelando a vinculação e a necessária indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa, pois está sendo de grande utilidade para pesquisadores e gestores interessados em discutir e compreender a realidade da educação e trabalho no interior do Amazonas. Ao mesmo tempo em que este projeto de extensão aproximou o IFAM da comunidade e de sua realidade, por intermédio do egresso, ele nos permitiu compreender as relações atuais do precário mundo do trabalho, com todos os agravamentos do município de Coari e despertar para a reflexão sobre a missão do Instituto Federal no interior do Amazonas.

PALAVRAS-CHAVE: Situação, Ex-aluno, Projeto, Dados, Entrevista.

ABSTRACT: This paper describes the results of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas State (IFAM) Graduated Students Monitoring Extension Project - Campus Coari. 188 questionnaires were handed out to raise the socioeconomic profile of the alumni and also implemented a database to facilitate the contact of the former students with IFAM, to make clear to them, they have IFAM support in case of interesting to carry on their professional qualification, this project is also to collect data for research aimed at improving educational practices. Our motivation came from the realization that the alumni is an

integral part of the history of the institution and the reestablishment of contact with this audience would bring benefits to both parties. During the contact, the former students were registered and interviewed, Institution policies were communicated for former students. The database created from the register reveal the link and the necessary indivisibility of the extension, teaching and the research is extremely useful for the researchers and managers that are interested in discussing and understanding the reality of education and work in the Amazonas state upcountry. At the time, this extension project get the community closer to IFAM and its reality through the alumni, they allowed us to understand the current relationship of the precarious labor market, with all aggravations from Coari.

KEYWORDS: Situation, Alumnus, Design, Data, Interview.

INTRODUÇÃO

O Projeto Acompanhamento de Alunos Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) *Campus* Coari partiu da percepção inicial de que a Instituição, de maneira geral, não tem conhecimento adequado do destino de seus alunos após a formação recebida.

As relações entre a educação e o mundo do trabalho é objeto de estudo de diversos pesquisadores que se dedicam a compreender como se dá essa articulação em uma sociedade globalizada que convive com sucessivas crises financeiras que, cada vez mais, diminuem as possibilidades da emancipação econômica e social das pessoas por intermédio do trabalho.

Por isso, compreender que tipo de ensino se pode proporcionar para minimizar essa realidade é tarefa essencial da extensão acadêmica e da pesquisa científica, desde que entendida como aliadas da educação profissional, já que o trabalho deve ser visto como o princípio articulador dessa compreensão (FREITAS, 1996). O IFAM está localizado no cerne dessa discussão, pois sua proposta é ser excelência em formação para o mercado de trabalho.

Ao conversar com ex-alunos do IFAM em Coari, é fácil perceber o orgulho que ostentam por terem estudado na Instituição e o desejo que apresentam de regressar ao Instituto, seja para visitar ou rever os amigos e servidores, seja para buscar manter sua qualificação por intermédio de cursos subsequentes, atividades de extensão, participação em eventos ou mesmo para buscar informações sobre futura formação superior, geralmente na área na qual foram formados. Com efeito, a falta de colocação no mercado é um fator que nos coloca esse público de volta para buscar orientações ou requalificação.

Para melhor entender essa relação entre educação e mercado de trabalho em Coari, a partir da conclusão do Projeto aqui relatado, estamos desenvolvendo e estimulando o desenvolvimento de vários projetos de extensão e iniciação científica, no intuito de mapear para compreender a realidade local no que se refere ao assunto, de modo a propor soluções que possam contribuir com o efetivo desenvolvimento da região.

MATERIAL E MÉTODOS

Para melhor entender a realidade do aluno egresso, utilizando os recursos metodológicos ensinados por Lakatos & Marconi (1992) e Severino (2000), nos propusemos inicialmente a entrevistar 200 ex-alunos que estudaram e se formaram no IFAM - *Campus* Coari, no período de 2007 a 2015, uma amostra bastante relevante posto que se formaram neste período 630 alunos.

Para a elaboração do questionário, utilizamos como base uma proposta do questionário aplicado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, o qual consideramos bastante completo, sendo inclusive amplamente utilizado por outros institutos do País. Para atender às nossas necessidades, acrescentamos e suprimimos algumas questões, por considerarmos importante adequar o instrumento à nossa realidade.

Conforme já argumentado, por se tratar de uma “via de mão dupla” essa relação com o ex-aluno, durante as entrevistas os egressos foram informados de que a Instituição planeja diversas práticas nas quais eles serão inseridos. Faz parte da proposta do *Campus* que os ex-alunos sejam convidados para palestras, seminários e atividades culturais, que tenham acesso à biblioteca, laboratórios, piscina, quadra de esportes e outros setores, de acordo com as disponibilidades da administração e a partir da emissão de carteiras de identificação para o egresso. Tal proposta foi muito bem recebida pelos egressos contatados e estão sendo implementada pelo *Campus*.

Tendo em vista o tempo disponível para execução do projeto, o mesmo se limitou inicialmente à responsabilidade pela entrevista e construção do banco de dados para manter atualizado o contato de ex-alunos possibilitando que futuros projetos ou programas institucionais implementem as políticas para os egressos. Dado início a análise dos dados nos deparamos com uma rica fonte de informações.

A metodologia utilizada para desenvolver o Projeto consistiu de uma variada gama de estratégias para proporcionar a localização, o estabelecimento do contato com o egresso, o cadastramento, a realização das entrevistas, a compilação e a interpretação dos dados. Utilizamos uma lista de formandos existente na Coordenação de Registro Acadêmico do *Campus*, que foi distribuída aos bolsistas e voluntários para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Para divulgação do Projeto, foram utilizados recursos de mídia como a página do IFAM - *Campus* Coari, facebook, whatsapp e outros grupos de relacionamentos. Foram utilizados cartazes, faixas e camisetas informando sobre o Projeto. Os cartazes e faixas foram afixados em locais públicos da cidade e durante festejos municipais, nos quais instalamos ponto de apoio para contatar nosso público alvo. Foi também de grande valia contatos repassados por alunos atuais e por servidores que mantinham relacionamentos com egressos. Inclusive no IFAM Coari existem 8 servidores que são ex-alunos do próprio *Campus*.

Os Questionários do Egresso foram aplicados precedidos da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constava informações sobre o Projeto dando conta das vantagens e benefícios da atividade para o egresso e para o IFAM. Os documentos foram impressos e preenchidos pelo bolsista e voluntário na presença do ex-aluno, que assinou os documentos.

Os dados coletados foram lançados em um sistema que foi construído durante o projeto para este fim específico. Os dados armazenados neste sistema foram repassados para a Coordenação de Extensão, Estágios, Egressos e Relações Comunitárias, a fim de que se torne permanente a atividade de atualização e novos cadastramentos de dados do egresso. No presente ano, está sendo desenvolvida a fase II do Projeto, com continuação das entrevistas e desenvolvimento de políticas para os egressos.

Com relação aos dados do questionário, foram construídos mecanismos de busca que geram tabelas e planilhas com possibilidade de fazer cruzamento de dados entre as perguntas. Por exemplo, é possível gerar um gráfico sobre a renda apenas dos entrevistados que realizaram cursos integrados, outro sobre a renda dos que realizaram curso do PROEJA, cursos subsequentes e assim sucessivamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados neste Projeto, estamos escrevendo um livro com um gráfico para cada uma das 58 questões, com comentário geral sobre o significado dos dados. A divulgação do resultado dessas análises, que já foi iniciada com a publicação de um Relatório de Experiência (PERES et al, 2016), acreditamos, será bastante útil para a pesquisa científica, com resultados positivos para a Instituição IFAM como um todo, que poderá rever e planejar novas práticas e, ainda, com resultados positivos para as pesquisas do Grupo de Pesquisa *Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no Interior do Amazonas*, do qual fazemos parte, além de outros grupos e pesquisadores interessados.

A inserção e a situação atual do egresso no conturbado e precário mercado de trabalho e na própria sociedade nos permitem explorar diversas possibilidades investigativas, permitindo analisar a real contribuição do IFAM na sua missão de contribuir para o desenvolvimento regional, negligenciado no período marcado pela “mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais” (ANTUNES, 2004, p. 14) característico da década de 1990. Nesse período, no Brasil, o discurso do desenvolvimento voltou-se exclusivamente para as empresas e para a economia, desconsiderando as pessoas.

Os resultados das políticas liberais para educação e trabalho no período acima citado pôde ser observado na análise do questionário com 58 perguntas que foi aplicado aos 188 egressos, sendo detectada a grande dificuldade do egresso no mercado de trabalho e na profissão escolhida. O questionário foi dividido em cinco partes, considerando aspectos como: empregabilidade, continuidade nos estudos, avaliação da formação profissional recebida, perfil econômico, além dos aspectos sociais, políticos e culturais de sua inserção

na sociedade. Os dados obtidos, portanto, servem a pesquisadores de diversas áreas. A Tabela 1 apresentada neste trabalho apresenta dados sobre trabalho, continuidade nos estudos e renda dos egressos.

Situação/Modalidade	Egresso Ensino Médio Integra- do	Egresso Ensino Médio Subse- quente
Trabalham na área de formação (%)	10	17
Realizam cursos superiores (%)	63	49
Forte relação do curso superior com a formação (%)	9	33
Trabalham e recebem acima de 4 salários mínimos (%)	3	4
Trabalham e recebem abaixo de 2 salários mínimos (%)	64	82

Tabela 1. Dados Socioeconômicos dos Egressos do IFAM *Campus Coari*. IFAM, 2015

Os diversos dados levantados se revestem de grande importância e a relevância de cada um deles depende do objetivo com o qual será analisado e explorado. Apresentamos na Tabela 1 apenas alguns dados obtidos dos 100 ex-alunos entrevistados dos cursos integrados e dos 57 dos cursos subsequentes, considerados significativos para a compreensão da realidade do egresso.

Podemos perceber com os dados obtidos junto aos egressos a necessidade de pesquisar para repensar os cursos ofertados pela Instituição, pois há pouca relação de continuidade entre o curso realizado no IFAM e o curso superior. É preciso também pesquisar para entender o perfil do discente, seus interesses e necessidades, pois o fato de trabalhar e estudar ou não na área de formação no futuro depende de diversos fatores. Os dados sobre a renda dos egressos levam à necessidade de pesquisar o próprio mercado de trabalho local para compreender suas mazelas e precariedades.

Com efeito, a análise e a descrição mais precisa necessita da comparação com dados derivados de outras fontes em estudos posteriores. É esperado que a Instituição sirva de fator de promoção social e econômica dessas pessoas, na tentativa de superar os limites impostos pela realidade local.

É inegável que a sociedade atual carece de transformações radicais e que a educação tratada como processo isolado das realidades locais não logrará êxito nessa missão. A sociedade precisa ser transformada, mas a “transformação social emancipadora requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação em seu sentido amplo” (MEZSÁROS, 2005, p. 65). Essa perspectiva nos dá força para continuar fazendo pesquisa, ensino e extensão no interior do Amazonas.

Contudo, a análise, conforme já comentado, necessita da apreciação de outros fatores, como, por exemplo, a realidade vivida por municípios do interior do Amazonas, nos quais o mercado de trabalho não consegue absorver a mão de obra eventualmente qualificada pelas instituições de ensino profissionalizantes e de nível superior. O caso de Coari é emblemático, pois o egresso do nosso principal curso, o de informática, não consegue trabalho com renda compatível com sua formação, conforme apontam os dados

levantados no Projeto. Coari é caso emblemático, mas é preciso compreender as falácias existentes sobre o emprego e o trabalho no desenvolvimento da nação (POCHMANN, 2008) e pensar em um desenvolvimento alternativo que interesse e atenda às demandas dos moradores do interior do Amazonas.

CONCLUSÕES

Embora os dados coletados no Projeto sejam relevantes para o relatório ora apresentado, a natureza deste trabalho não permite explorá-los de maneira adequada, sendo que serão apresentados oportunamente em publicação que está sendo planejada, na qual constarão todos os dados e a descrição que permitirá apontar sua relevância para a pesquisa científica em geral e para as práticas de ensino da Instituição.

Contudo é mister advertir aos pesquisadores que terão acesso aos dados que de nada adianta avaliar a relação entre educação e trabalho e a possibilidade de melhorias nas práticas de ensino se não soubermos reconhecer a nova morfologia do trabalho vivida após o avanço do liberalismo, no Brasil, na década de 90 (ANTUNES, 2005) e as mudanças que viabilizaram novas formas de exploração no trabalho nas economias dependentes como o caso da América Latina (MARTINS, 2011). Lembrar ainda que o interior do Amazonas possui características distintas que não permite que as políticas sociais e educacionais da região se enquadrem na cartilha liberal do Estado Mínimo. A necessidade de desenvolver preservando não se coaduna com a lógica do mercado.

Acreditamos que projetos como este ora relatado, ao serem desenvolvidos em outros *campi* e tendo seus dados trabalhados em conjunto, permitirão compreender a realidade apontada e que o efetivo acompanhamento dos egressos, trará ganhos para o ex-aluno e para a Instituição IFAM como um todo, permitindo um contato maior com a realidade, para além das salas de aula.

Contudo, reconhecemos a dificuldade institucional na implementação do acompanhamento do egresso, dada as grandes demandas existentes em cada *Campus*. Com efeito, destacamos a importância da priorização dessa atividade e da contribuição que os projetos de extensão podem dar, apresentando contribuições relevantes para a imagem da Instituição, para a pesquisa científica e para a melhoria das práticas de ensino.

A principal missão do IFAM constitui-se em contribuir para o desenvolvimento regional e acreditamos que o Acompanhamento do aluno egresso dá um passo significativo no sentido de compreender a realidade das regiões abrangidas e melhor cumprir essa missão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às Pró-Reitorias de Extensão (PROEX) e de Pesquisa, Pós-Graduação e

Inovação do IFAM (PPGI) pelo incentivo e fomento às atividades de suas áreas de atuação e ao *Campus Coari*, por oportunizar a realização das pesquisas e a apresentação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; SILVA Maria A. M (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo L. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

FREITAS, Helena C. L. de. O. **Trabalho como Princípio Articulador na Prática de Ensino e nos Estágios**. Campinas: Papirus, 1996.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTINS, Carlos Eduardo. **“A super-exploração do trabalho e o neoliberalismo: a economia política da dependência”**. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PERES, Claudio A. et al. **Acompanhamento de Alunos Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) - Campus Coari**. In Nexus – Revista de Extensão do IFAM. 3ª ed. Manaus: Editora IFAM, 2016.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. Diretrizes para o Trabalho Acadêmico na Universidade. São Paulo: Cortez, 2000.

A GOVERNANÇA AO LONGO DA EVOLUÇÃO DO REGISTRO DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DOS VALES DA UVA GOETHE: O PAPEL DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

Vanessa Estevam

UNESC, Engenharia de Produção
Criciúma, SC

Guilherme Spiazzi dos Santos

UNESC, PPGDS
Criciúma, SC

Júlio Cesar Zilli

UNESC, Curso de Administração ênfase em
Comércio Exterior
Criciúma, SC

Débora Volpato

SENAC, Gestão de Empresas
Tubarão, SC

Adriana Carvalho Pinto Vieira

INCT/PPED/UFRJ
Criciúma, SC

RESUMO: Cada vez mais se tem imposto ao agronegócio brasileiro uma revisão completa de suas práticas e conceitos em decorrência da globalização. Neste sentido, o reconhecimento de IG para um determinado território pode induzir a abertura e fortalecimento de atividades relacionadas à valorização do patrimônio, diversificação da oferta, às atividades turísticas, ampliando o número de beneficiários. Há a possibilidade de se criar sinergias entre os agentes locais, entre o produto ou serviço da IG e outras atividades de produção ou serviço. O presente estudo tem como objetivo apresentar a evolução da governança da ProGoethe e o papel da Universidade do Extremo Sul Catarinense

(Unesc) neste contexto. É necessário construir parcerias, que possam auxiliar no desenvolvimento estratégico da IG e receber apoio do setor governamental, a fim de que políticas públicas sejam elaboradas para maior apoio pós-concessão do registro da IG.

PALAVRAS-CHAVE: Governança, Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe, desenvolvimento, Universidade.

ABSTRACT: Increasingly it has imposed on the Brazilian agribusiness a thorough review of its practices and concepts as a result of globalization. In this sense, the recognition of GIs for a given territory can induce opening and strengthening activities related to the valuation of assets, diversification of supply, the tourist activities, increasing the number of beneficiaries. There is the possibility of creating synergies between local actors, between the product or service the IG and other production or service activities. This study aims to present the evolution of governance ProGoethe and the role of Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) in this context. It is necessary to build partnerships that can assist in the strategic development of the IG and receive support from the government sector, so that public policies should be developed for greater post-grant support from the GI registration.

KEYWORDS: Governance, Indicação de

1 | INTRODUÇÃO

Cada vez mais se tem imposto ao agronegócio brasileiro uma revisão completa de suas práticas e conceitos em decorrência da globalização. Não há mais espaço para entender a propriedade rural apenas como um modelo fornecedor de matéria prima, isolada. O agronegócio passou a ser encarado como um sistema, abrangendo desde a pesquisa, os insumos, tecnologias de produção, transporte, processamento, à distribuição, preço e consumidor final. O produtor rural precisa reconhecer-se dentro dessa complexidade (VIEIRA, WATANABE e BRUCH, 2012).

E, para Pires *et al* (2011) diversas mudanças têm ocorrido nos últimos tempos nos paradigmas econômicos e políticos, das quais acarretaram interferências nos mecanismos de organização pública e privada dos territórios. E, neste sentido as indicações geográficas utilizam recursos imateriais endógenos ao meio geográfico (história, cultura, tradição, etc) tornam-se elementos importantes para o processo de desenvolvimento territorial e local, possibilitando um diferencial competitivo ao setor produtivo (DUPIM e HASENCLEVER, 2016).

Portanto, de acordo com Vieira e Buainain (2011), a noção de indicação geográfica (IG) foi surgindo de forma gradativa, quando produtores e consumidores passaram a perceber sabores ou qualidades peculiares em alguns produtos que provinham de determinados locais. No entanto, estas características não eram encontradas em produtos equivalentes produzidos em outras regiões. Neste sentido, permite-se que novos nichos de mercados surjam, adquirindo estratégias de valorização do produto regional.

Desta maneira, o reconhecimento de IG para um determinado território pode induzir a abertura e fortalecimento de atividades relacionadas à valorização do patrimônio, diversificação da oferta, às atividades turísticas, ampliando o número de beneficiários. Há a possibilidade de se criar sinergias entre os agentes locais, entre o produto ou serviço da IG e outras atividades de produção ou serviço (VIEIRA e BUIANAIN, 2011; PELLIN e VIEIRA, 2016). Consequentemente, as IGs podem garantir alguns benefícios econômicos, tais como agregação de valor ao produto, aumento da renda do produtor, acesso a novos mercados internos e externos, inserção dos produtores ou regiões desfavorecidas, preservação da biodiversidade e de recursos genéticos locais e a preservação do meio ambiente (PELLIN e VIEIRA, 2016; VIEIRA, WATANABE e BRUCH, 2012).

O presente estudo tem como objetivo apresentar a evolução da governança da ProGoethe e o papel da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) neste contexto. O procedimento metodológico utilizado na pesquisa é considerado qualitativo, e se caracteriza, quanto aos fins de investigação, como descritiva e aplicada e, quanto aos meios, como bibliográfica, documental e de campo, com o apoio da observação participante (VERGARA, 2005).

O artigo está estruturado em seis seções. A primeira é esta introdução. A segunda procura apresentar o marco teórico sobre governança territorial. A terceira seção apresenta a evolução da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe. A quarta seção apresenta a análise da governança da ProGoethe ao longo do processo da IPVUG. A quinta seção apresenta o papel da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) no contexto da evolução. E por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 | CONCEITUANDO A GOVERNANÇA TERRITORIAL

Afirmam Pires *et al* (2011) que a partir da década de 70 que o termo governança aparece com bastante força, dentro de um duplo debate: por um lado, associado ao termo administrativo de governar os negócios, com eficiência e transparência; e, por outro, ligado a ideia de partilhar e dividir poderes na gestão pública das regiões, coligando prefeituras, associações empresariais, sindicatos e entidades civis.

Nesse sentido, afirmam ainda os autores que a governança se situa como conceito intermediário entre Estado e Mercado, e entre o Global e o Local, designando as diversas formas de regulação e controle territorial implementados em diferentes tipos de redes e acordos entre atores sociais, que juntos definem mecanismos formais ou tácitos para resolver problemas inéditos. Esses problemas geralmente se colocam no campo dos setores econômicos, das cadeias produtivas e certos produtos industriais e agroindustriais (PIRES *et al*, 2011).

O termo *governance* ressurge em documentos do Banco Mundial, na década de 1980, das quais tratou da capacidade financeira e administrativa do Estado – mormente, em países em desenvolvimento – para tornar efetivas as ações de governo na implementação de políticas e na consecução de metas coletivas para aperfeiçoar e gerir recursos econômicos e sociais, de acordo com Pires *et al* (2011). Assim, passa a se definir governança genericamente nos documentos da instituição como “a forma como o poder é exercido na gestão do desempenho econômico de um país e os recursos sociais para o desenvolvimento” (PIRES *et al*, 2011, p. 32).

Portanto, para Pires *et al* (2011, p. 32):

Para o Banco Mundial, a governança engloba as normas, tradições e instituições por meio das quais um país exerce a sua autoridade sobre o bem comum, numa perspectiva de desenvolvimento. O nível de capital de um país pode ajudar o sucesso dos planos de desenvolvimento econômico, o desenvolvimento da governança e democracia, abrangendo a capacidade do governo para gerir eficazmente os seus recursos, a implementação de políticas pertinentes, o respeito dos cidadãos e do Estado para com as instituições, bem como a existência de um controle democrático sobre os agentes da autoridade, os princípios de boa governança corporativa também passam a serem assuntos públicos. Assim, a transparência, o acesso à informação, o Estado de direito, responsabilidade e gestão público-privada são aspectos relacionados à boa governança.

Para Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) o exercício da governança acontece pela atuação dos diferentes atores/agentes nas instituições e organizações da sociedade civil, em redes de poder sócio territoriais. Estas redes de poder podem constituir-se a partir de interesses grupais de diferentes ordens, ou de interesses corporativos.

Ainda os autores identificam em diferentes modelos e práticas institucionais o exercício da governança territorial. Citam como exemplos diversos tipos de fóruns ou conselhos de desenvolvimento, as agências ou associações de desenvolvimento local ou regional, grupos de interesse diversos, associações cooperativas, consórcios, associações de classe, associações de produtores ou empresariais, dentre outras (CANÇADO, TAVARES e DALLABRIDA, 2013).

Ainda, conforme dispõe o Projeto Regional do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre Governança Local para a América Latina, define governança como as regras do sistema político para resolver os conflitos entre os atores e adoção de decisões (legalidade). Também descreve o “bom funcionamento das instituições e a sua aceitação pelo público” (legitimidade), bem como verificar a eficácia do governo e a realização de um consenso através de meios democráticos (participação) (PIRES *et al*, 2011).

Pode ser observado de acordo com Pires *et al* (2011) que na literatura o termo governança se refere aos processos coletivos de tomada de decisões e aos processos pelos quais as decisões são implementadas formalmente e informalmente, que determinam, em uma dada sociedade, como as decisões são tomadas e desenvolvidas por meio de normas e instituições relacionadas com questões públicas. Ainda apontam os autores que alguns conceitos apresentados na literatura podem direcionar a concepção que o termo governança adquiriu para significar relações empresariais mercantis ou não, cooperação entre atores sociais e tomadores de decisão, dentro de instâncias particulares.

Ferrão (2010) considera que a maior importância dos mecanismos de governança no contexto das políticas de ordenamento do território é o fato de refletir uma visão mais estratégica e colaborativa dessas políticas sendo a consagração da governança territorial como um elemento essencial de modelos de governação que pressupõem uma maior cooperação entre atores e uma melhor coordenação entre políticas, tanto de base territorial como setorial.

Farinós Dasi (2008) entende que a governança territorial pode ser encarada de dois pontos de vista: como mera aplicação dos princípios de boa governança às políticas territoriais e urbanas ou como um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais numa óptica inovadora, partilhada e colaborativa.

Portanto, pode se considerar que a governança de um território é uma forma de governança política e na sua dimensão territorial a análise da governança considera as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais, de acordo com Pires *et al* (2011).

3 | A INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DOS VALES DA UVA GOETHE

As indicações geográficas (IGS) estão relacionadas a produtos com origem geográfica definida. Assim, se traduz a origem e agrega valor aos produtos de um mesmo local, com características próprias da identidade e da cultura de um espaço geográfico em ativo tangível. Os produtores e/ou agentes de uma determinada região se organizam para dar mais valor a estas características, que no direito se denomina de propriedade intelectual. Este instituto jurídico possibilita preservar as características do produto bem como valoriza-los perante aos consumidores, tangibilizando os ativos intangíveis como a reputação, fatores ambientais específicos e competências humanas, agregando a esses um determinado valor (VIEIRA, WATANABE e BRUCH, 2012; VIEIRA, ZILLI e BRUCH, 2015; PELLIN e VIEIRA, 2016).

Portanto, é um instrumento que possibilita a valorização de tradições, costumes, saberes, práticas e outros bens imateriais associados à identidade imaterial. Ainda, podem ser considerados como potenciais instrumentos de desenvolvimento territorial, haja vista que permitem a exploração de ativos intangíveis de difícil transposição para outros territórios (NIERDELE, 2009; PELLIN e VIEIRA, 2016).

A partir deste cenário, considerando-se a cultura e a tradição da região de Urussanga e demais municípios em seu entorno no cultivo da uva Goethe (uma variedade que se adaptou a região)¹ e de seus vinhos e derivados, em 2005 se iniciou um movimento pelo sentimento de identificação étnica e pela vontade de revalorização do vinho Goethe, criou-se a Associação dos Produtores de Uva e Vinho Goethe (ProGoethe).

Posteriormente, com o objetivo de dar maior visibilidade a seu produto, a ProGoethe, juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a Universidade de Santa Catarina – UFSC e CIRAD, fizeram o pedido de reconhecimento da Indicação de Procedência (IP) dos vinhos dos “Vales da Uva Goethe”, no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Este foi depositado em 18 de agosto de 2010 sob n. IG201009, como requerente a ProGoethe, na espécie Indicação de Procedência, na área delimitada: VALES DA UVA GOETHE, localizada entre as encostas da Serra Geral e o litoral sul catarinense nas Bacias do Rio Urussanga e Rio Tubarão, compreendida pelos municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro Da Fumaça, Cocal do Sul, Treze de Maio, Orleans, Nova Veneza, Içara, de acordo com o apresentado pela Figura 1.

¹ A região de Urussanga não foi a única a receber e cultivar essa variedade. Algumas mudas foram levadas também ao Rio Grande do Sul, onde, contudo, não foi amplamente difundido, nem obteve sucesso (VELLOSO, 2008).

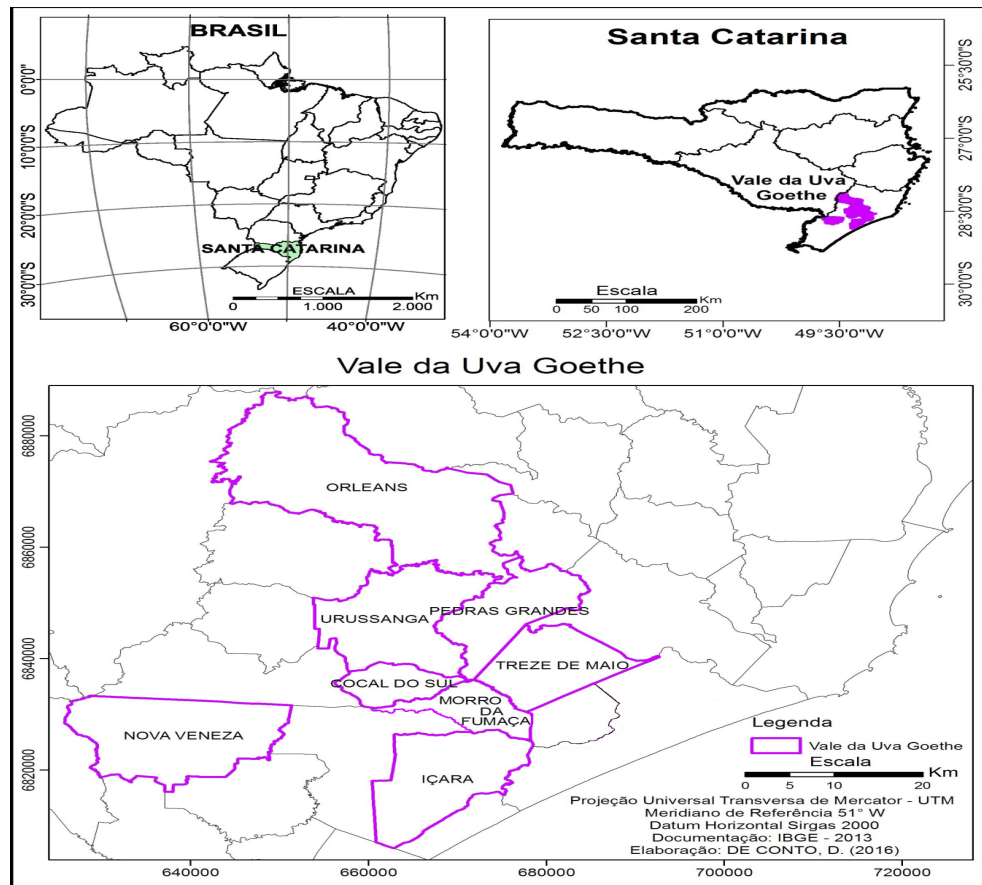


Figura 1: Mapa de localização dos municípios dos Vales da Uva Goethe no Estado de Santa Catarina.

Fonte: Santos (2016).

O registro foi reconhecido conforme consta na Revista de Propriedade Industrial n. 2145 de 14 de fevereiro de 2012, na forma de signo nominativo, para vinho branco seco, suave ou *demi-sec*, leve branco seco, suave ou *demi-sec*, vinho espumante *brut* ou *demi-sec* obtidos pelo método “*Champenoise*” e pelo método “*Charmat*”, vinho licoroso (VIEIRA, WATANABE e BRUCH, 2012). No Quadro 1 se apresenta a cronologia do processo de obtenção do registro da IPVUG.

ANO	ACONTECIMENTO
2005	Formação da ProGoethe em Urussanga;
2006	Pedido de reconhecimento da Indicação de Procedência (IP) dos vinhos dos Vales da Uva Goethe no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPE);
2008	Publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina denominando as regiões territoriais de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza de Vales da Uva Goethe;
2010	Certificado de reconhecimento de Indicação Geográfica Protegida - IGP concedido pelo Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Regional de Santa Catarina;
2011	Despacho da Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros – DICIG – Indicação Geográfica: Espécie: Indicação de Procedência de Produto Vinho branco seco, suave ou demi-sec, leve branco seco, suave ou demi-sec, vinho espumante brut ou demi-sec obtidos pelo método “Champenoise” e pelo método “Charmat”, vinho licoroso. Delimitação da Área Geográfica: VALES DA UVA GOETHE, compreendendo os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Treze de Maio, Orleans, Nova Veneza e Içara no Estado de Santa Catarina.
2012	Registro da Indicação de Procedência registrado pelo INPI em 14/02/2012.

Quadro 1: Cronologia do processo de obtenção do registro de IG

Fonte: Santos (2016)

4 | ANÁLISE DA GOVERNANÇA DA PROGOETHE AO LONGO DO PROCESSO DA IPVUG

A equipe do *Researche Agronomique pour le Développement* (CIRAD) analisou os impactos nos territórios em 13 situações de inovação em diferentes países, e no Brasil a escolhida foi a IPVUG. O objetivo do trabalho foi avaliar a contribuição da pesquisa para o desenvolvimento de territórios, dentro de suas complexidades, através de estudos de caso de inovação localizados em ambientes de múltiplos *stakeholders*. No caso dos Vales da Uva Goethe, a pesquisa se desenvolveu na região de Urussanga, e foi avaliado o período entre 2004 e 2014 (CERDAN *et al*, 2016).

Ainda, a pesquisa de Santos (2016) demonstra a condição atual de uma região detentora do registro de identificação geográfica e o seu potencial turístico atual e de acordo com sua análise mostra que a região delimitada pela IPVUG é devidamente delimitada, de localização geográfica estratégica entre o litoral e a Serra Geral, próxima de rodovia nacional e de aeroportos. Além disso, a região está próxima de Criciúma, cidade considerado polo da região Sul do estado de Santa Catarina. Ainda, o autor apresenta o número de empresas e emprego ligados ao turismo na região dos Vales da Uva Goethe. Pela pesquisa o autor constatou que a região apresenta um número significativo de restaurantes e similares, condições de hospedagem para turistas em pousadas e hotéis, empresas para locação de automóveis e outros serviços relativos ao turismo. Quanto à empregabilidade na área, a região apresenta mais de oitocentas pessoas dedicadas à prestação de serviços em empresas ligadas ao turismo.

Segundo Cerdan *et al* (2016), diversas instituições foram associadas a ProGoethe ao longo da evolução do registro da IPVUG: Sebrae, UFSC, CIRAD, Epagri, Governo do Estado de Santa Catarina, prefeituras dos municípios envolvidos na IG. No primeiro momento da evolução, as atividades focaram em três projetos: desenvolver estudos técnicos para o registro da IG junto ao Instituto de Propriedade Industrial (INPI), acompanhar os produtores

e para melhorar a qualidade dos vinhos Goethe (Figura 1).

No segundo momento, aponta ainda Cerdan *et al* (2016) que a partir da entrega da documentação e dossiê junto ao INPI, as instituições de pesquisa continuaram interagindo até 2011. Se retiram do processo UFSC e CIRAD, e a Epagri continua assessorando os produtores rurais. Há uma maior aproximação do Ministério da Agricultura (MAPA), da prefeitura de Urussanga e do Instituto Totum (empresa de consultoria especializada), da qual realizam as seguintes atividades: difundir o conceito do que é uma IG com os consumidores, definir as modalidades de controle e de gestão da IPVUG e, revisão do Regulamento de Uso (Figura 2).

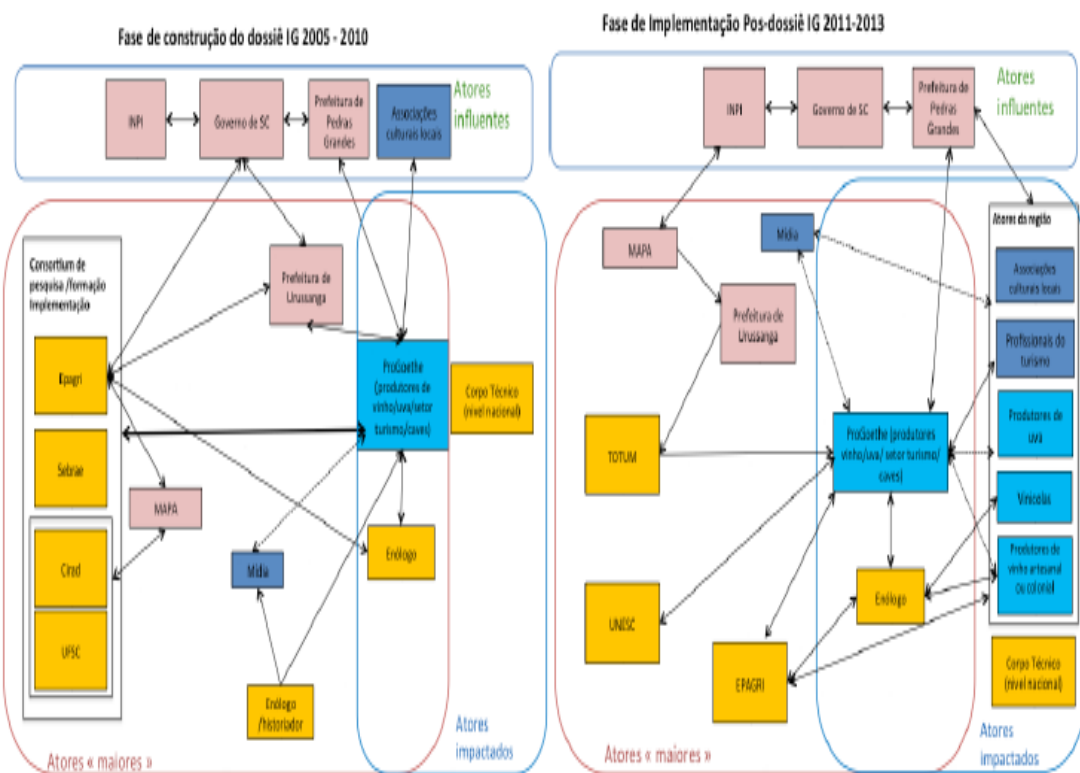


Figura 2: Organograma governança dos stakeholders
Fonte: Cerdan *et al* (2016)

Assim, Cerdan *et al* (2016) concluiu em sua pesquisa nos Vales da Uva Goethe que as IGs permitem novas estratégias de desenvolvimento territorial. Verificou que há uma forte contribuição da pesquisa (instituições de pesquisa e universidades) na implementação e desenvolvimento da IPVUG.

Diversos atores foram beneficiados no processo: os produtores envolvidos no processo da implementação da IG; outros produtores de uva e vinho e suco de uva; atores locais (ligados ao turismo/enoturismo); pesquisadores e técnicos cuja experiência é reconhecida nacionalmente (e internacionalmente) (Figura 3).

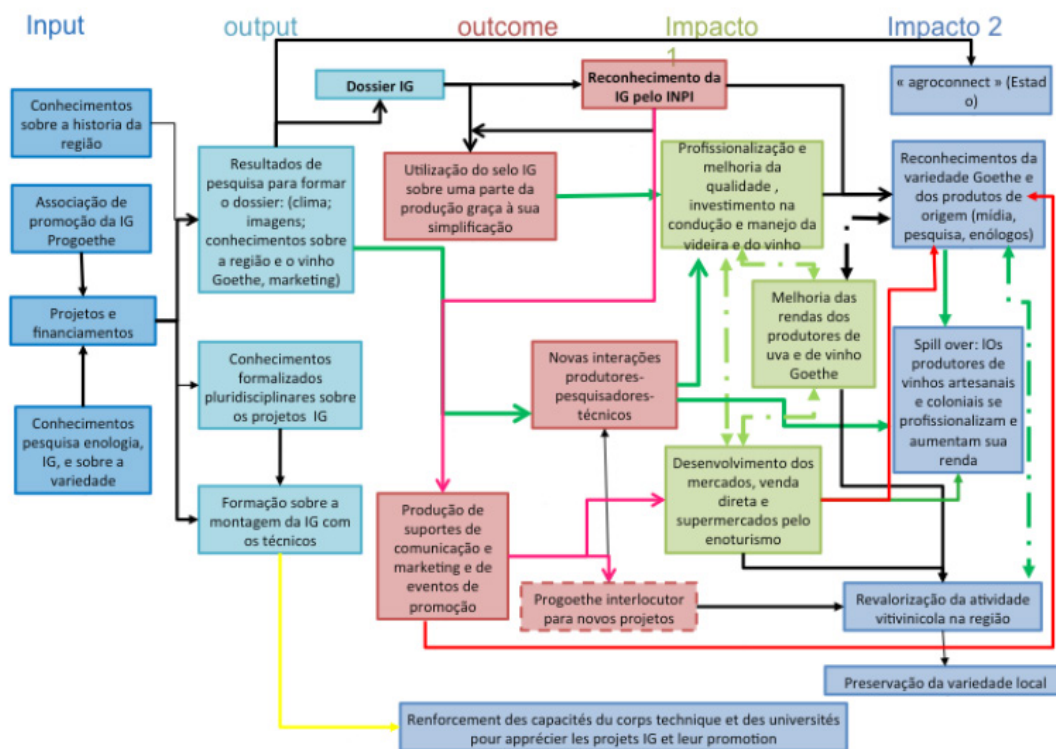


Figura 3: Caminhos dos impactos nos Vales da Uva Goethe
 Fonte: Cerdan et al (2016)

A partir de 2012, há a aproximação de novos atores - a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e em 2013 da Embrapa Uva e Vinho (Bento Gonçalves-RS), estabelecendo novas colaborações e atividades de pesquisa e desenvolvimento, fortalecendo a IPVUG na consolidação de seus produtos no mercado.

5 | O PAPEL DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)

Desde 2011, através do Grupo de Pesquisa – Propriedade Intelectual, Desenvolvimento e Inovação (PIDI), a UNESC tem um papel colaborativo junto à IPVUG, com atividades de pesquisa e extensão, elaboração de monografias e dissertações de mestrado. A partir desta atuação, diversos artigos científicos foram apresentados em eventos nacionais e internacionais (Turquia, Romênia, Portugal, Argentina), bem como em revistas indexadas.

No período compreendido entre 2014/2015, o grupo participou do EDITAL GRUPOS DE PESQUISA: Nº 204/2013 / 17/2014 (interno), com o projeto intitulado - Análise do desenvolvimento socioeconômico e suas vertentes na região sul de Santa Catarina - o caso da Indicação de Procedência do Vales da Uva Goethe (IPVUG).

A principal característica do projeto é o formato estruturante que buscou integrar ações de pesquisa científica e de desenvolvimento local e regional, com enfoque interdisciplinar, levando em consideração fatores, tais como: análise das cadeias produtivas, sistema de propriedade intelectual, governança, agregação de valor à cadeia, viabilidade econômica, empreendedorismo, mudança climática, entre outras (VIEIRA et al, no prelo). No Quadro 2 é apresentado uma síntese do projeto.

GP	Título	PARTICIPANTES
GP- 2014/2015 Coordenado por Adriana Carvalho Pinto Vieira	Análise do desenvolvimento socioeconômico e suas vertentes na região sul de Santa Catarina - o caso da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe (IPVUG).	2 docentes pesquisadores - Adriana Carvalho Pinto Vieira / Miguelangelo Gianezini . 4 professores colaboradores: Ricardo Pieri, Julio Cesar Zilli, Volmar Madeira, Lucia Andrea Burigo. 3 mestrandos - André Pais Topanotti e Everaldo Silva de Oliveira (1ª turma) e Michele Domingos Schneider (2ª turma). 5 alunos Iniciação Científica. 10 alunos TCC - Curso Administração e Direito. 2 alunos voluntários.

Quadro 2 – Resumo do projeto de pesquisa
Fonte: Vieira et al (2016).

Em agosto de 2014, iniciou-se o projeto de extensão voluntário, sob a coordenação do Prof. Me. Ricardo Pieri, sob o título “Ações direcionadas a capacitação em empreendedorismo e gestão empresarial, por meio do desenvolvimento do Plano de Negócios (PN) para empreendimentos rurais de vitivicultores dos Vales da Uva Goethe de Urussanga – SC”, vinculado ao Programa institucional da UNCSA - POPE - Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor. O projeto tem por objetivo o projeto realizar os planos de negócios das vitivinícolas vinculadas a Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe, na região de Urussanga-SC.

O projeto iniciou com o plano de negócios da Vitivinícola Urussanga (Casa del Nonno), o qual foi finalizado e entregue aos proprietários da vitivinícola, em junho de 2015. Posteriormente, se iniciou o levantamento dos dados para realizar o plano de negócios para Vinícola Trevisol, o que está sendo realizado até os dias atuais. Juntamente com o PN foi realizado o levantamento dos custos da empresa e clima organizacional. Está no planejamento do projeto a realização de PN das vinícolas: Quarezemin, De Nonni e Mazon.

PE	OBJETIVO	COORDENADOR/ENVOLVIDOS
Projeto de Extensão (Voluntário)	Ações direcionadas a capacitação em empreendedorismo e gestão empresarial, por meio do desenvolvimento do Plano de Negócios para empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe de Urussanga - SC.	Coordenado pelo Prof. Ricardo Pieri 5 docentes envolvidos (PPGDS, Curso de Administração, Gestão Comercial a Distância, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Gestão Financeira e Tecnologia em Processos Gerenciais) – Adriana Carvalho Pinto Vieira, Michele Domingos Schneider, Julio Cesar Zilli, Volmar Madeira, Lucia Andrea Burigo. 3 alunos iniciação científica – Zeli Felisberto, Vanessa Estevam e José Bonotto. 1 aluno voluntario – Guilherme Spiazzi dos Santos (bolsista de outro projeto de extensão coordenado pelo Prof. Me. Ricardo Pieri)

Quadro 3 – Resumo do Projeto de Extensão (Voluntário 2014-2016).

Fonte: Vieira et al (2016).

Ainda, para sob a temática da IPVUG há a aprovação de um projeto no Edital Universal CNPq/2014, sob denominação Avaliação estratégica das indicações geográficas no Brasil, com o objetivo de realizar a avaliação estratégica das IG's no Brasil por meio da investigação do desenvolvimento dos “Vales da Uva Goethe” após o reconhecimento da indicação da procedência (apresentando em resumo no Quadro 4) Os colaboradores do PIDI possuem artigos científicos publicados em eventos e revistas nacionais e internacionais, bem como, parcerias com outras IES sob esta temática.

PROJETO	OBJETIVO	COORDENADOR/ENVOLVIDOS
Projeto Universal Cnpq 2014	Avaliação estratégica das indicações geográficas no Brasil, com o objetivo de realizar a avaliação estratégica das IG's no Brasil por meio da investigação do desenvolvimento dos “Vales da Uva Goethe” após o reconhecimento da indicação da procedência.	Coordenado pela Prof. Dra. Adriana Carvalho Pinto Vieira. Docentes Envolvidos: Prof. Msc. Julio Cesar Zilli, Msc. Ricardo Pieri, Michele Domingos Schneider, Msc. André Pais Topanotti, Lucia Andrea Burigo e Volmar Madeira 3 alunos iniciação científica – Zeli Felisberto, Vanessa Estevam e José Orion Bonotto 1 aluno voluntario – Guilherme Spiazzi dos Santos (bolsista de outro projeto de extensão coordenado Prof. Me Ricardo Pieri).

Quadro 4 – Resumo do Projeto Universal CNPq/2014.

Fonte: Vieira et al (2016).

Para auxiliar na busca dos objetivos do projeto, o grupo participou de editais de bolsas de iniciação científica (IC) – PIBIC, PIC 170 e FUMDES, desde 2014. Anteriormente, o PIDI já possuía bolsistas PIBIC e FUMDES, das quais trabalharam a temática sobre os Vales da Uva Goethe, principalmente, com artigos apresentados em eventos e publicações

em revistas indexadas.

No Quadro 5 é apresentado o tipo de edital, o título do projeto, o bolsista que selecionado e que realizou a pesquisa e o ano de aprovação.

EDITAL	TITULO	BOLSISTA	ANO
FUMDES	Perspectiva de desenvolvimento regional nos Vales da Uva Goethe com a aprovação da Indicação de Procedência.	Bruna Assis (Curso de Direito)	2013
PIBIC	A indicação geográfica como política pública de desenvolvimento	Vanessa Estevam (Curso de Engenharia de Produção)	2014
PIBIC	Desenvolvimento e Inovação na Agropecuária e Agroindústria do Sul catarinense: Mudanças tecnológicas nos municípios integrantes da Amrec (prof Miguelangelo Gianezini)	Cleber Ceron (Curso de Administração Hab Comex)	2014
PIC 170	Estudo para fundamentação de um plano de acessibilidade objetivando a promoção da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe, da Região de Urussanga, SC.	Wesley Rosa (Curso de Engenharia de Produção)	2014
FUMDES	Avaliação estratégica das indicações geográficas no Brasil: estudo da cadeia de valor dos Vales da Uva Goethe em Santa Catarina	Zeli Felisberto (Curso de Ciências Contábeis)	2014-2016
Projeto Extensão	Assessoria na gestão, capacitação, empresarial e empreendedorismo para as empresas incubadas da Itec. in – Incubadora Tecnológica de Idéias e Negócios do Iparque (Prof. Ricardo Pieri)	Guilherme Spiazzi dos Santos (Curso de Administração) Betina Melo Brehm (Curso de Administração) Voluntarias: Carina Nunes, Kelly Cristina Ramos de Mello, Caroline Querino Almeida	2014-2016
PIBIC	A Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe como instrumento de desenvolvimento socioeconômico em todas as suas perspectivas para a região de Urussanga – SC	Vanessa Estevam (Curso de Engenharia de Produção)	2015
Projeto de Extensão (voluntário período 2014-2016)	Ações direcionadas a capacitação em empreendedorismo e gestão empresarial, por meio do desenvolvimento do Plano de Negócios para empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe de Urussanga – SC (Prof. Ricardo Pieri)	Guilherme Spiazzi dos Santos (Curso de Administração) Aristóteles Garret (Curso de Gestão em RH)	2016
Projeto Extensão (voluntário) 2016-2018	Desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar da região delimitada pela Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe por meio de estratégias da Associação dos Produtores de Uva e Vinho Goethe	Guilherme Spiazzi dos Santos Zeli Felisberto Vanessa Estevam	2016

Quadro 5 – Editais IC x bolsista x ano sob a temática dos Vales da Uva Goethe

Fonte: Vieira et al (2016)

Além dos bolsistas de IC, diversas orientações de TCC são realizadas pelos membros do PIDI, nos cursos de Administração e Direito, no decorrer dos últimos anos. Destes, muitos resultaram em artigos científicos que foram publicados em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como em revistas indexadas, com Qualis Capes sob a temática IPVUG.

Em 2016 foram aprovados dois projetos em editais internos da UNESC - EDITAL 261/2015/PROPEX – sob o título “Análise das cadeias de valor relativas ao uso de signos distintivos coletivos com identidade cultural e territorial: as inovações decorrentes das indicações geográficas”. O projeto tem por objetivo realizar a avaliação estratégica do desenvolvimento das indicações geográficas e as práticas inovadoras, em específico da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe, após o reconhecimento da indicação da procedência com base na análise da cadeia de valor, da gestão de ativos intangíveis, do empreendedorismo, da gestão familiar e sucessão de propriedade e, da internacionalização dos produtos comercializados na região.

Ainda, foi aprovado o projeto de extensão intitulado “Ações direcionadas a capacitação em empreendedorismo e gestão empresarial, por meio do desenvolvimento do Plano de Negócios para empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe de Urussanga – SC”, que tem por objetivo desenvolver atividades de extensão universitária capacitando produtores rurais - vitivinicultores – na gestão de suas propriedades ou empreendimentos, por meio do desenvolvimento do Plano de Negócio, considerando a agregação de valor aos produtos pela incorporação da Indicação de Procedência no Vales da Uva Goethe (IPVUG).

Apesar do projeto de extensão intitulado “Desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar da região delimitada pela Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe por meio de estratégias da Associação dos Produtores de Uva e Vinho Goethe” não ter sido aprovado em 2016 em edital interno, os membros do PIDI irão desenvolvê-lo normalmente, uma vez que é estratégico para a região de Urussanga. O projeto tem por objetivo estimular o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar da região delimitada pela Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe por meio de estratégias específicas da Associação dos Produtores de Uva e Vinho Goethe. O foco principal é desenvolver o planejamento estratégico da ProGoethe para aproximar alguns produtores agrícolas familiares da região da IPVUG que produzem uva e vinho ainda na informalidade.

Alguns trabalhos técnicos também foram desenvolvidos pelos professores dos cursos de Gestão Comercial a Distância, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Gestão Financeira e Tecnologia em Processos Gerenciais e do Curso de Administração vinculados ao PIDI. Bem como a publicação de livros e capítulos de livros por quase todos os membros do PIDI, no decorrer dos últimos 3 anos, sob as temáticas que envolvem as 4 linhas de pesquisa do GP/PIDI.

No período de 2013/14 foi elaborada uma pesquisa sobre turismo em Urussanga, vinculado ao PIDI, sob a supervisão da Profa. Luciane Pereira, sob o título “Análise da

cadeia produtiva do turismo nos Vales da Uva Goethe – Urussanga/SC”, desenvolvida em três fases distintas: na primeira fase foram realizadas visitas ao Município a fim de conhecer e identificar o Produto Turístico Vales da Uva Goethe. Na segunda fase da pesquisa houve a realização de entrevistas com as empresas, entidades e pessoas que estão ligadas direta ou indiretamente com a Cadeia Produtiva do Turismo em Urussanga. A terceira fase compreendeu a tabulação dos dados levantados e elaboração dos gráficos e resultados finais da pesquisa. O projeto foi desenvolvido tendo em vista que a Análise da Cadeia Produtiva do Turismo é fundamental para conhecer a realidade atual deste mercado, suas demandas efetivas, potencial e as características e necessidades para a formação de Cluster de Turismo, juntamente com os demais municípios que fazem parte dos Vales da Uva Goethe (PEREIRA; VIEIRA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma IG pode garantir alguns benefícios econômicos, tais como agregação de valor ao produto, aumento da renda do produtor, acesso a novos mercados internos e externos, inserção dos produtores ou regiões desfavorecidas, preservação da biodiversidade e recursos genéticos locais e a preservação do meio ambiente. Entretanto, ela por si só não garante um sucesso comercial determinado. O reconhecimento de uma IG, em uma região, pode induzir a abertura e o fortalecimento de atividades e de serviços complementares, relacionados à valorização do patrimônio, à diversificação da oferta, às atividades turísticas (acolhida de turistas, rota turística, organização de eventos culturais e gastronômicos), ampliando o número de beneficiários. Assim, cria-se sinergia entre agentes locais, entre o produto ou serviço da IG e outras atividades de produção ou serviço.

No entanto, ainda há a necessidade de um esforço maior de aproximação entre os diversos *stakeholders* (setor público, setor privado e sociedade) para que todos os envolvidos, bem como o território, possam usufruir dos possíveis benefícios que a IG permite. É necessário construir parcerias, que possam auxiliar no desenvolvimento estratégico da IG e receber apoio do setor governamental, a fim de que políticas públicas sejam elaboradas para maior apoio pós-concessão do registro da IG.

E é a partir destas parcerias, que nos últimos anos, decorrente dos projetos de pesquisa e extensão do Grupo de Pesquisa – Propriedade Intelectual, Desenvolvimento e Inovação (PIDI), vinculado à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) diversas pesquisas foram realizadas sob o tema dos Vales da Uva Goethe, propiciando uma visão holística da situação do desenvolvimento socioeconômico após a concessão do registro da IPVUG no INPI.

REFERÊNCIAS

- CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V.R. **Gestão Social e Governança Territorial:** interseções e especificidades teórico-práticas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 3, 2013.
- CERDAN, C.; ANDRADE, N.G.; VELLOSO, C.Q.; SILVA, A.L.; VIEIRA, H.J. Impactos da pesquisa na Indicação de Procedência (IP) dos Vales da Uva em Santa Catarina. In: **Indicações Geográficas:** desafios e perspectivas nos 20 anos da Lei de Propriedade Industrial. Org. Liliana Locatelli. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p.69-88.
- DUPIN, L.C.O.; HASENCLEVER, L. Indicações geográficas e desenvolvimento local no Brasil: estudos de casos. In: **Indicações geográficas:** desafios e perspectivas nos 20 anos da Lei de Propriedade Industrial. Org. Liliana Locatelli. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p.33-48.
- FARINÓS DASI, J. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda, **Boletín de la A. G. E.**, 46, 2008. pp. 11-32.
- FERRÃO, J. Governança e Ordenamento do Território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e planejamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.
- NIEDERLE, P. A. Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: **Anais 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER.** Porto Alegre – RS, 2009
- PELLIN, V.; VIEIRA, A.C.P. Indicações geográficas no Brasil: uma perspectiva pós-registro. In: **Indicações geográficas:** desafios e perspectivas nos 20 anos da Lei de Propriedade Industrial. Org. Liliana Locatelli. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p.89-112.
- PIRES, E.L.S. *et al.* **Governança territorial:** conceito, fatos e modalidades. Rio Claro: UNESP /IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.
- SANTOS, G.S. **Oportunidades na formação e gestão de um cluster de turismo em uma área de indicação geográfica** (Monografia). Curso de Administração. Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2016.
- VELLOSO, C.Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território** (um estudo de caso em Urussanga, SC). 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, SC.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.
- VIEIRA, A.C.P.; WATANABE, M.; BRUCH, K.L. Perspectivas de desenvolvimento da vitivinicultura em face do reconhecimento da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe. **Revista Geintec.** São Cristóvão: UFS, 2012. Disponível em: <http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/49>. Acesso em: 07maio2016.
- VIEIRA, A.C.P., ZILLI, J. C., BRUCH, K. L. As políticas públicas como instrumento para o desenvolvimento das indicações geográficas: o caso dos Vales da Uva Goethe em Urussanga, Santa Catarina In: **Anais VII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul - RS: UNISC, 2015. v.1.
- VIEIRA, A.C.P.; ZILLI, J.C.; BRUCH, K.L.; SCHNEIDER, M.D.; PIERI, R. Trajetória do Grupo de Pesquisa: Propriedade Intelectual, Desenvolvimento e Inovação – PIDI/UNESC/CNPq. In: **A pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas:** experiências e trajetórias dos grupos de pesquisa. Criciúma: EdiUnesc, 2016, p. 31-52.

COMUNIDADES DE PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS: UM ESTUDO DE CASO NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

José Augusto Lopes Viana

Professor do Instituto Federal da Paraíba – IFPB
Guarabira – PB

RESUMO: As comunidades de prática têm contribuído significativamente para o desenvolvimento organizacional nos últimos vinte anos, incorporando novas visões, novos recursos, novas tecnologias. No entanto, algumas comunidades parecem funcionar enraizadas em práticas de um tempo passado sem a preocupação de aderir a novos modelos. Este estudo de caso faz uma análise da situação atual do centro de medicamentos fitoterápicos, vinculado ao Centro de Capacitação Agrocomunitário (CCA), na cidade de Princesa Isabel localizada na região do semiárido do estado da Paraíba, sob a perspectiva das comunidades de prática. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e os resultados mostraram que fatores externos e a própria finalidade da comunidade fazem com que sejam experienciados momentos de expansão alternados com períodos de quase extinção da própria comunidade. Os resultados corroboram a visão de alguns autores desse tema e trazem novos elementos para reflexões sobre o funcionamento das comunidades de prática.

PALAVRAS-CHAVE: aprendizagem situada, aprendizes, conhecimento

ABSTRACT: Communities of practice have contributed significantly to organizational development in the last twenty years, incorporating new visions, resources and technologies. However, some communities seem to work consolidated in practices from past time without the concern of adopting new models. This case study analyzes the current situation of the center of herbal medicines, that belongs to Centro de Capacitação Agrocomunitário (CCA) in the city of Princesa Isabel located in the semiarid region of the state of Paraíba, from the perspective of communities of practice. Data were collected through semi-structured interviews and the results showed that external factors and community purpose itself make them experienced alternate moments of expansion with periods of near extinction of the community. The results support the view of some authors of this issue and bring new elements for reflection on the functioning of communities of practice..

KEYWORDS: apprentices, knowledge, situated learning

1 | INTRODUÇÃO

Para Cairns (2011), há pouca dúvida de que a preocupação com a aprendizagem no século XXI – em locais outros que não sejam aqueles formalmente institucionalizados, como escolas e universidades – tenha surgido por trás da fachada da “aprendizagem no trabalho”. Nesse sentido, as comunidades de prática têm influenciado o pensamento sobre a aprendizagem no ambiente de trabalho nos últimos vinte anos, contudo, precisam ir além dos seus conceitos atuais se pretendem progredir como teoria e pesquisa para o campo da aprendizagem no ambiente de trabalho no século XXI (CAIRNS, 2011).

Quando colocada dessa forma, a aprendizagem no ambiente de trabalho parece pertencer apenas ao mundo das grandes organizações, talvez em função do seu uso na busca pela vantagem competitiva, como destacado por Wenger e Synder (2000), quando argumentam que as comunidades de práticas de hoje são diferentes em um importante aspecto: ao invés de serem compostas primariamente por pessoas trabalhando por conta própria, elas frequentemente existem em grandes organizações. Porém, ações menos pretenciosas, que também se utilizam desse modelo, constroem ambientes onde a autonomia proporcionada ao indivíduo é o mais importante a ser perseguido, onde também não parece haver preocupações com uma nova ordem de aprendizagem do século XXI. Essas comunidades ainda se mostram muito distante das comunidades de práticas virtuais destacadas por Gherardi (2009), no entanto, talvez mais próximas da proposta dessa mesma autora em transformar as comunidades de prática em “práticas de uma comunidade”.

Esse é o caso de uma das iniciativas empreendidas pelo Centro de Capacitação Agrocomunitário (CCA) da cidade de Princesa Isabel, localizado na região do semiárido paraibano. O CCA, entre outras atividades, encaminha jovens oriundos de famílias camponesas da região para atividades de aprendizagem em um centro de medicamentos fitoterápicos, o qual será o objeto de trabalho desse estudo de caso que se desenvolve sob a perspectiva das comunidades de prática.

As comunidades de prática, segundo Wenger (2000), são redes que unem indivíduos com interesses comuns que se reúnem para desenvolver práticas de trabalho onde o conhecimento formal se mostra escasso. Desde o início da história, os seres humanos têm formado comunidades para compartilhar práticas culturais que refletem sua aprendizagem coletiva. A participação nessas comunidades de prática é essencial para a aprendizagem, e corresponde à essência daquilo que faz dos seres humanos seres dotados de conhecimento significativo (WENGER, 2000). Algumas dessas comunidades parecem permanecer apoiadas nos conceitos e modelos originais dessa forma de aprendizagem.

As atividades desenvolvidas na produção dos medicamentos no centro fitoterápico são absorvidas pelos aprendizes sob a forma de aprendizagem situada, na qual, segundo Antonello (2006), o aprendizado sempre ocorre em função da atividade, do contexto e da cultura na qual se desenvolve ou se situa, o que requer participação nas práticas da cultura na qual o sujeito está inserido.

A participação nas práticas é o que possibilita todos os resultados esperados das atividades da comunidade no centro fitoterápico. Resultados advindos da interação social que é um componente crítico da aprendizagem situada. Neste tipo de aprendizagem os aprendizes ficam envolvidos em “Comunidades de Prática”, que portam certas convicções e definem comportamentos a serem adquiridos (ANTONELLO, 2006).

Nesse sentido, o modelo de aprendizagem adotado no centro de medicamentos fitoterápicos estaria próximo de uma abordagem sócio-prática, a qual enxerga a aprendizagem como fruto das interações entre as pessoas, e intimamente vinculada aos contextos sócio-interacionais e profissionais (SOUZA-SILVA, 2005). Nesse ambiente, privilegia-se a transmissão integral do conhecimento em sua dupla natureza: explícita e tácita (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008). Natureza explícita em um primeiro momento de contato do aprendiz com o conhecimento teórico no centro fitoterápico, e natureza tácita nas atividades práticas ali vivenciadas, resultando em um processo de socialização do conhecimento (TAKEUCHI; NONAKA, 2008) entre os mais antigos e os recém-chegados na comunidade. As comunidades de prática não são estáveis ou estáticas, elas mudam conforme membros se juntam a elas ou deixam as comunidades (DU PLESSIS, 2008).

Outrossim, faz-se importante destacar que o modo como as comunidades de prática operam é especificamente influenciado pela cultura da organização e o ambiente econômico em que a organização opera (DU PLESSIS, 2008).

Nesse contexto, este estudo de caso tem como objetivo analisar a atual situação do centro de medicamentos fitoterápicos do CCA, na cidade de Princesa Isabel, considerando a influência de fatores externos e a finalidade principal do centro fitoterápico, que corresponde ao desenvolvimento de habilidades e capacidades para dar autonomia aos seus aprendizes.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desse estudo de caso foram empreendidas entrevistas semiestruturadas, que são pertinentes quando o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e delicado (GODOY, 2012, p.134), e quando não há fontes mais seguras para as informações desejadas (CERVO; BERVIAN, 2003, p.47). As entrevistas foram realizadas no centro de medicamentos fitoterápicos.

2.1 O ambiente de estudo

O centro de medicamentos fitoterápicos fica localizado na cidade de Princesa Isabel, na região do semiárido paraibano, funcionando em um antigo colégio de freiras com uma área para o cultivo de plantas medicinais de aproximadamente 300m² na parte posterior das instalações utilizadas para o tratamento das plantas e para a produção e a venda dos medicamentos.

Apesar de fazer parte do CCA, o centro tem atividades próprias e independentes dirigidas por uma irmã carmelita. Neste ambiente são desenvolvidas as atividades da comunidade de prática.

2.2 A coleta de dados

A escolha dos respondentes para as entrevistas realizadas para este estudo ficou limitada às duas últimas remanescentes da comunidade, uma irmã carmelita, responsável pelo centro fitoterápico, e sua ajudante.

A coleta de dados foi realizada por meio de duas entrevistas semiestruturadas nas datas de 07 e 12 de Julho de 2016, com duração aproximada de 01 hora e 30 minutos na primeira entrevista e 01 hora na segunda. As entrevistas ocorreram com a presença das duas entrevistadas no local onde são produzidos os medicamentos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O centro de medicamentos fitoterápicos produz remédios com plantas medicinais cultivadas em suas próprias instalações. Essas plantas passam por um processo de tratamento, incluindo lavagem e secagem, até que estejam prontas para o preparo dos medicamentos. Não se objetiva o lucro na produção desses medicamentos, eles são distribuídos gratuitamente na grande maioria dos casos, embora sejam eventualmente vendidos para financiar as próprias atividades da comunidade.

Alguns fatores externos, assim como as atividades desenvolvidas na comunidade e a própria finalidade do centro fitoterápico, têm criado um cenário peculiar no qual se desenvolve a comunidade de prática estudada.

3.1 Expansão e retração da comunidade

As comunidades de prática não são estáticas (DU PLESSIS, 2008), na medida em que os novatos se movem da periferia destas comunidades para o centro, eles se tornam mais ativos e engajados na construção da cultura destas e, então, assumem o papel de experts (ANTONELLO, 2006), no entanto, na realidade do centro de medicamentos fitoterápicos este ciclo é frequentemente interrompido. Em muitos momentos, quando já estão formados alguns experts, os jovens deixam a comunidade, conforme destaca a diretora do centro: “hoje só somos eu e minha ajudante, mas tem época que tem bastante gente. O ultimo menino que trabalhava com a gente eu mandei pra Holanda... eu tenho amigos em uma instituição de lá e eles deram uma oportunidade de trabalho para ele... é sempre assim, muitos saem porque aparece uma oportunidade de trabalho ou por causa dos estudos mesmo”.

Outra situação que tem dificultado a expansão das atividades da comunidade de

prática está relacionada à necessidade de contratar um farmacêutico para a produção dos medicamentos preparados ali. “nossa maior necessidade agora é que a gente precisa de um farmacêutico para assinar os rótulos... tem um curso técnico agora na cidade, a gente vai tentar formar alguém lá, mas precisa de ajuda pra pagar as mensalidades... sem farmacêutico não é permitido comercializar os remédios, os chás... tudo” (diretora do centro).

Embora sejam tomados vários cuidados e sejam seguidos vários procedimentos relacionados à higiene no processo de produção, o centro está se adequando à legislação específica para que os medicamentos produzidos possam ser comercializados “tem uma lei [sobre a fabricação de produtos fitoterápicos (BRASIL, RDC N° 13, 2013)] que diz como a produção dos remédios deve ser feita, a gente também precisa de uma pessoa especializada nisso... nós produzimos como o povo da região está acostumado a fazer os remédios, claro que tomamos mais cuidado com a higiene e a gente tem uma cartilha de um especialista, mas vamos fazer tudo nessa lei” (diretora do centro).

3.2 Crises hídrica e econômica e a comunidade de prática

A influência de fatores externos em uma comunidade de prática pode ser determinante para a sua continuidade. Dos problemas externos que atualmente afetam a comunidade de prática do centro de medicamentos fitoterápicos está a crise hídrica dos últimos seis anos na região do semiárido e a crise econômica mundial, esta última atingindo inicialmente os países da América do Norte e Europa, e mais recentemente o Brasil.

A água é o elemento essencial para a vida, e a crise hídrica dos últimos anos tem afetado drasticamente o município de Princesa Isabel. A escassez de chuvas (aliada a problemas com a gestão do município) fez com que a cidade, até a realização desse estudo, estivesse vivendo há mais de um ano com o sistema de abastecimento de água desativado (CAGEPA, 2015). O abastecimento de água na cidade tem sido realizado através de caminhões pipa, e, muitas vezes, o custo com esse elemento básico no cultivo das plantas para produção dos medicamentos fitoterápicos torna a produção inviável. Recentemente, na área do centro de medicamentos fitoterápicos, foi realizada a perfuração de um poço artesiano para tentar contornar o problema, mas as primeiras impressões são de que a água encontrada apresenta alto grau de salinidade, sendo imprópria para o cultivo das plantas medicinais.

A crise econômica na Europa fez com que instituições internacionais, parceiras do programa, reduzissem suas participações na ajuda ao CCA e conseqüentemente ao centro fitoterápico. A KNH (www.kindernothilfe.org), instituição sediada na Alemanha, por exemplo, é uma das grandes colaboradoras do projeto que tem reduzido significativamente suas contribuições. Este comportamento tem sido replicado por instituições parceiras brasileiras, em especial no último ano com o agravamento das crises política e econômica no país.

Este cenário demonstra a influência de elementos econômicos externos no

desenvolvimento das atividades em uma comunidade de prática, conforme destacado por Du Plessis (2008). No caso específico do centro fitoterápico, e tomando como exemplo as instituições que acabam absorvendo a mão de obra que o centro desenvolve, é necessário ainda atenção com os fatores externos nos tempos de escassez e nos tempos de abundância de recursos, já que na escassez os recursos para desenvolvimento das atividades não são repassados, ou são repassados em quantidades menores pelas instituições apoiadoras, e na abundância os participantes (aprendizes) da comunidade são levados por outras oportunidades, oferecidas, muitas vezes, pelos próprios apoiadores do programa.

3.3 O processo de produção na comunidade de prática

O primeiro momento dos jovens aprendizes na comunidade se dá com o contato com um conteúdo teórico sobre o uso das plantas medicinais e o processo de produção dos medicamentos. O conteúdo teórico foi desenvolvido por um professor especialista na área e é repassado aos recém-chegados no primeiro dia no centro pela diretora ou por um componente do grupo que já tenha domínio da parte teórica e da parte prática na manipulação das plantas medicinais. “quando eles [os aprendizes] chegam aqui, a gente mostra a parte teórica no primeiro dia, está tudo na apostila, depois é só prática mesmo. Eles fazem todas as etapas até poder fazer tudo sozinho e aí ajudar a ensinar os que vão chegando” (diretora do centro).

Na parte prática do processo de produção dos medicamentos fitoterápicos, os aprendizes desenvolvem habilidades para lidar com as várias etapas do procedimento, quais sejam, (1) lavagem das plantas; (2) secagem das plantas; (3) manipulação das plantas; (4) montagem dos medicamentos nas embalagens; e (5) entrega dos medicamentos.

O cultivo das plantas medicinais exige uma quantidade de mão de obra razoável, sendo inviabilizado, no todo, com a participação de apenas duas pessoas, que é o número atual de envolvidos com essa atividade no centro. Além do número reduzido de participantes na comunidade, outras dificuldades são enfrentadas nesse momento no cultivo das plantas, pois algumas espécies cultivadas não são nativas da região, como, por exemplo, a Amora Miúra e a Cavalinha, exigindo ainda mais dedicação no seu plantio, inclusive uma maior quantidade de água.

4 | CONCLUSÕES

As comunidades de prática, em seu objetivo mais amplo, contribuem para a disseminação e compartilhamento do conhecimento e da aprendizagem entre seus indivíduos construindo um cenário do qual se espera uma expansão constante agregando cada vez mais conteúdo e participantes. Na comunidade estudada nesse trabalho, essa expansão se mostrou ocasional em seu histórico, de acordo com as declarações da principal entrevistada, alternando momentos de expansão e retração.

A diminuição no número de participantes, nesse caso, evidencia que a comunidade possui uma especificidade que precisa ser considerada quando se aborda as comunidades de prática: dado que objetivo principal do trabalho da comunidade é inserir socialmente indivíduos com poucas oportunidades de trabalho, estudo e desenvolvimento pessoal, é natural que se espere que, ao atingir um determinado nível de autonomia, os que se desenvolveram na comunidade busquem oportunidades de crescimento fora dela.

No caso específico estudado, a situação atualmente vivenciada se mostra também influenciada por fatores externos, como a atual crise econômica mundial e a atual crise hídrica que atinge a região do semiárido paraibano.

A crise econômica tem por um lado diminuído a entrada de recursos financeiros de instituições apoiadoras, e a crise hídrica, por outro, tem inviabilizado a manutenção do cultivo das plantas medicinais o que, por sua vez, impede o recrutamento de novos participantes para a comunidade.

O centro mantém convênios com ONGs, inclusive internacionais, que absorvem a mão de obra treinada no centro, criando uma situação em que o objetivo principal da comunidade provoca sua quase extinção de tempos em tempos, um quadro que enseja estudos futuros com a intenção de verificar se esta realidade se reproduz em outras comunidades.

REFERÊNCIAS

- ANTONELLO, C. S. Aprendizagem na ação revisitada e sua relação com a noção de competência. **Comportamento Organizacional e Gestão**, v. 12, n. 2, p. 199-220. 2006.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC N° 13, de 14 de março de 2013**. Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Produtos Tradicionais Fitoterápicos. Disponível em: http://www.farmacotecnica.ufc.br/arquivos/RDC13_FitoTradicionais.pdf. Acesso em 09 de jul. de 2016.
- CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. 2015. <http://www.cagepa.pb.gov.br/mais-duas-cidades-do-sertao-paraibano-entram-em-sistema-de-acionamento-preventivo/>. Acesso em 14 de jul. de 2016.
- CAIRNS, L. Learning in the workplace: Community of Practice and Beyond. In: MALLOCH, M.; CAIRNS, L.; EVANS, K.; O'CONNOR, B.N. **The Sage Handbook of Workplace Learning**. London: Sage, 2011. p. 73-85.
- CCA – Centro de Capacitação Agrocomunitário. 2013. Disponível em: <http://ccaprincesaisabel.blogspot.com.br/>. Acesso em 09 de jul. de 2016.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 242 p.
- DU PLESSIS, M. The strategic drivers and objectives of communities of practice as vehicles for knowledge management in small and medium enterprises. **International Journal of Information Management**, v. 28, p. 61-67, 2008.
- GHERARDI, S. Community of Practice or Practices of a Community. In: ARMSTRONG, S.J.; FUKAMI, C.V. **The Sage Handbook of Management Learning, Education and Development**. London: Sage, 2009. p. 514-530.

GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-146.

SOUZA-SILVA, J. C. **Aprendizagem organizacional: condições e desafios para o desenvolvimento de comunidades de prática em organizações de ensino superior**. 2005. 281 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2005.

SOUZA-SILVA, J. C.; SCHOMMER, P. C. A Pesquisa em Comunidades de Prática: Panorama Atual e Perspectivas Futuras. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 44, p. 105-127. 2008.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. 319 p.

WENGER, E.; Communities of Practice and Social Learning Systems. **Organization**, v. 7, n. 2, p. 225-246. 2000.

WENGER, E.; SNYDER, W. M. Communities of practice: the organizational frontier. **Harvard Business Review**, v.78, n.1, p.139-145, 2000.

MOTIVAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA/RN

Daniel Martins de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal – RN

Thiago José de Azevedo Loureiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal – RN

assim existem pontos que necessitam de mais atenção principalmente os aspectos que estão relacionados com o trabalho em equipe, a capacitação dos servidores, sua remuneração e o reconhecimento profissional.

Palavras-chave: Motivação, gestão de pessoas, servidores.

RESUMO: Nas últimas décadas o setor de gestão de pessoas tem sido considerado um dos mais importantes dentro das organizações, em consequência disso há uma maior valorização dos colaboradores e diversos estudos sobre satisfação, liderança, desenvolvimento de equipes, motivação, dentre outros. Seguindo essa tendência, o propósito dessa pesquisa é conhecer o nível de motivação dos servidores da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN. Para desenvolver este estudo foi necessário fazer o levantamento da literatura acerca do tema em estudo e aplicar um questionário junto ao público alvo, fazendo uma relação dos dados obtidos com as teorias motivacionais. Quanto aos resultados encontrados no estudo de caso verificou-se que a instituição trabalha alguns aspectos da gestão de pessoas bem como a motivação no ambiente de trabalho, mas, mesmo

1 | INTRODUÇÃO

Durante o sistema feudal o trabalhador era dono do seu próprio sistema produtivo. Seu ambiente de trabalho se confundia com o ambiente do lar, juntamente com seus familiares, ele desenvolvia suas atividades domésticas em concomitância com as atividades da sua oficina, não havendo, portanto, uma separação do lar com o trabalho. Com o surgimento da Revolução Industrial, esse cenário foi mudando gradativamente e o trabalhador passou a vender sua força de trabalho, dando início a separação do ambiente de trabalho com o ambiente doméstico. Portanto, a Revolução Industrial proporcionou a ruptura da estrutura do trabalho, principalmente pela transição da produção artesanal para a produção em alta escala.

Com o aumento dos problemas nos postos de trabalho, trabalhadores começaram a se organizar e lutar por melhores condições de trabalho. Atualmente, essas condições melhoraram significativamente em relação ao passado, devido às lutas sociais, a Consolidação das leis Trabalhistas, dentre outros. No que tange às relações sociais no ambiente de trabalho, pode-se afirmar que a Experiência de Hawthorne teve papel importante, uma vez que foi a partir dela que se começou a perceber que os trabalhadores não são máquinas e por isso necessitam de uma série de fatores sociais para desempenhar melhor suas funções.

Hoje, algumas organizações costumam realizar altos investimentos em programas de desenvolvimento de pessoas na intenção de melhorar o desempenho organizacional, a motivação e satisfação dos colaboradores, desenvolver líderes, dentre outros. Assim versaremos sobre a motivação. No que tange a motivação, Maitland (2000, p. 7) afirma que há:

Várias teorias foram levantadas acerca da motivação e do que ela é. Três delas, em particular, mantiveram credibilidade por um certo tempo, e acabaram por criar uma apresentação concisa, embora completa, sobre o assunto: “A pirâmide de necessidades”, de Maslow; “A teoria dos dois fatores”, de Herzberg; e “A teoria da expectativa”, de Vroom.

A teoria motivacional de Maslow trata das questões comportamentais do indivíduo observando suas necessidades básicas como tratadas na pirâmide das necessidades de Maslow que são: funções fisiológicas, segurança, social, autoestima e autorrealização conforme descrição a seguir em que é disposto o nível de hierarquia de cada uma das necessidades mediante o seu grau de importância na vida do ser humano.

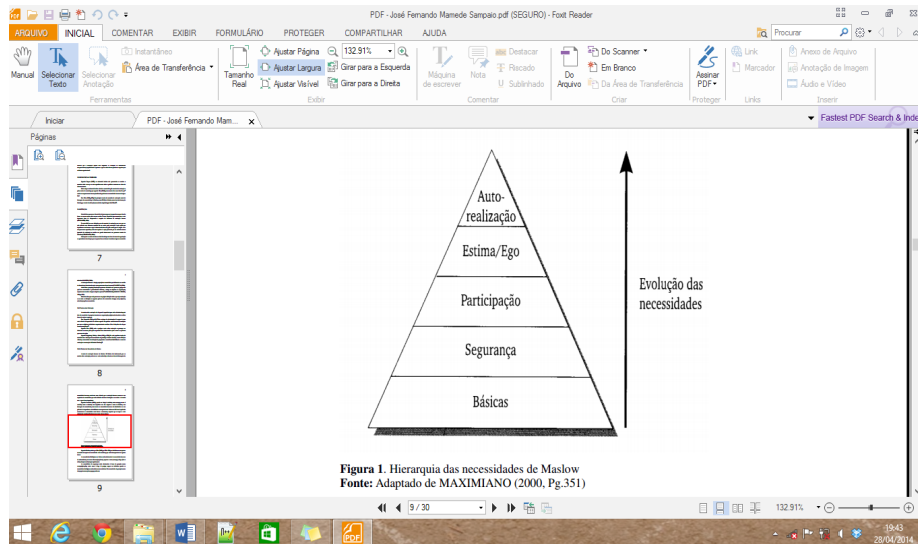


Figura 1: Hierarquia das necessidades de Maslow.
 Fonte: Adaptado de MAXIMIANO (2000, p. 351).

A teoria da expectativa de Vroom Baseada na ideia de Maslow em sua pirâmide de necessidades, Vroom buscava demonstrar as duas partes essenciais que compõem a motivação, sendo elas: os desejos individuais e as expectativas de alcança-los. Maitland (2000) aponta as ideias de Vroom destacando o nível de “valência” das pessoas em uma organização o que irá determinar se é alto ou baixo sugerindo ao gestor identificar a provável busca de motivação forte ou baixa respectivamente.

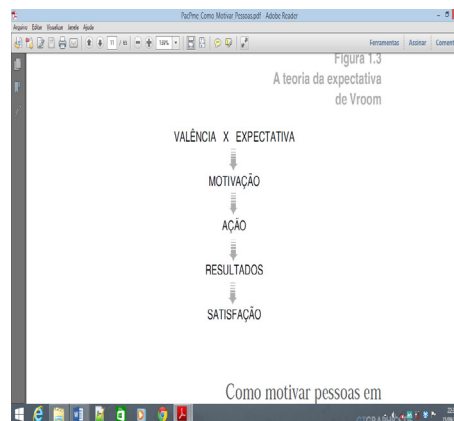


Figura 2: Teoria da expectativa de Vroom.
 Fonte: MAITLAND (2000, p. 11).

A teoria de Herzberg conhecida como a teoria dos dois fatores – fatores higiênicos e motivacionais - Herzberg *apud* Chiavenato (2005) aponta que os fatores higiênicos e motivacionais envolvem a motivação dos colaboradores no âmbito organizacional, sendo eles extrínsecos relacionado com o ambiente em que o indivíduo está inserido – ambiente físico de trabalho – e intrínsecos que está relacionado ao desempenho da capacidade do cargo do indivíduo. “Os fatores motivadores tornaram as pessoas felizes com seus serviços porque atendem a necessidade básica e humana de crescimento psicológico; uma necessidade de se tornar mais competente”. (HERZBERG, 1973, p. 58).

Assim pode-se compreender analisando as características descritas por Herzberg que apenas os fatores higiênicos – extrínsecos – são não suficientes para que mantenham os colaboradores da organização motivados, é preciso que além do ambiente preparado para receber os funcionários é interessante que os fatores motivacionais estejam e sejam mantidos em todas as áreas de trabalho.

Desta forma, este artigo trata de um estudo de caso realizado na Prefeitura Municipal de Passa e Fica, Rio Grande do Norte, cujo objetivo é conhecer o nível de motivação dos servidores da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN.

Este artigo é composto de seis partes: a introdução que apresenta a temática e objetivos deste estudo; o referencial teórico, que traz um breve levantamento sobre a motivação de pessoas e motivação de pessoas no setor público; o método da pesquisa que aponta o percurso metodológico traçado para o alcance do objetivo; a análise dos resultados; as considerações finais e por fim as referências consultadas.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente tópico aborda-se a base teórica desta pesquisa, abordando a discussão sobre a motivação organizacional, em uma visão generalista, bem como sua abordagem no serviço público. Para isso, fez-se necessária revisão de material especializado na área, envolvendo livros, artigos, teses, dentre outros, com o objetivo de capacitar o pesquisador em termos de avaliação de seus próprios esforços de pesquisa, comparando assim com os relacionados esforços feitos por outros autores.

2.1 motivação de pessoas

A palavra motivar, significa: dar motivo a causar, expor motivo. E o sinônimo da palavra motivação é: causa, razão, fim e infinito. Logo a palavra “motivação” vem da palavra “motivo” mais o sufixo “ação”, que quer dizer movimento, atuação ou manifestação de uma força uma energia, um agente. Segundo Gomes e Michel (2007, p. 2):

Podemos entender que a motivação é intrínseca, é um impulso que vem de dentro, isto é, que tem suas fontes de energia no interior de cada pessoa, é uma força que direciona a pessoa para alguma coisa, ou seja, um objetivo. A motivação verdadeira nasce das necessidades intrínsecas onde encontram sua fonte de energia, nas necessidades e ações do ser humano, assim também é nas organizações, a motivação verdadeira é a fisiológico-instintivo e psicológicas-emoções.

Para Chiavenato (2003) a teoria comportamental baseia-se no comportamento individual das pessoas, tornando-se necessário o estudo da motivação humana, como um poderoso meio para a qualidade de vida dentro da organização.

A fim de compreender com uma maior clareza a relação da motivação dos

trabalhadores com as organizações apontamos três principais teorias: a teoria motivacional de Maslow; a teoria da expectativa de Vroom; e a teoria dos dois fatores de Herzberg; a teoria motivacional de Maslow aponta uma pirâmide com divisão hierárquica, em que as necessidades de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto. Cada um tem de “escalar” uma hierarquia das necessidades fisiológicas, de segurança, de relacionamento, de estima até atingir o topo com a sua autorrealização.

A teoria da expectativa de Vroom é baseada na ideia de Maslow em sua pirâmide de necessidades, Vroom buscava demonstrar as duas partes essenciais que compõem a motivação, sendo elas: os desejos individuais e as expectativas de alcançá-los.

Já a teoria dos dois fatores de Herzberg aponta que os fatores higiênicos e motivacionais envolvem a motivação dos colaboradores no âmbito organizacional, sendo eles extrínsecos: relacionado com o ambiente em que o indivíduo está inserido – ambiente físico de trabalho; e intrínsecos que está relacionado ao desempenho da capacidade do cargo do indivíduo (CHIAVENATO, 1994, p. 67).

2.2 Motivação No Setor Público

As características da motivação dos servidores de uma empresa de setor público são percebidas através da essência do trabalho do pessoal que o faz, pois, cada organização pública tem potencial e essência diferenciada uma da outra, seja ela municipal, estadual ou da união, no entanto, sua perspectiva é a mesma que de forma direta ou indireta interfere na qualidade de vida da sociedade.

Os servidores destas organizações por sua vez também estão inseridos no contexto de afetantes e afetados, porque mesmo que trabalhem nas organizações públicas suas ações – trabalho – atingirão a sociedade como um todo. Para Rodrigues (2009) *apud* Houston (2000), as pessoas ocupadas no setor público têm valores e motivos diferentes daqueles empregados em organizações privadas. Rodrigues (2009) *apud* Crewson (1997) reforça que, além de motivações, os funcionários públicos têm também expectativas diferentes em relação a empregados de empresas privadas.

O serviço público como trata Figueiredo (2003), é toda atividade fornecida pelo estado ou por quem esteja a serviço dele, de acordo com um regime de direito público, com o fim de implementação de deveres consagrados constitucionalmente relacionados à utilidade pública, que deve ser concretizada.

Com a apreciação dessa exposição de ideia de Figueiredo (2003) é possível entender e notar que as diversas características mencionadas são encontradas nos departamentos públicos, assim, não é possível que o gestor de uma organização pública possa atender e atender para todas as requisições de seus funcionários. Mantê-los motivados é um desafio a ser enfrentado em que devem ser adotadas políticas para essa ação.

Assim, é interessante que seja possível mensurar o desempenho dessas organizações públicas, para alguns autores, a mensuração de desempenho no setor público é um dos

pilares mais importantes da nova governança em torno do Estado-rede (GOLDSMITH, EGGERS, 2006; BEHN, 1995).

É interessante mencionar que os gestores devam agir de forma que as pessoas que lhe prestam serviço – para sociedade – perceba a necessidade de aprimoramento que se deve ocorrer. Tanto nas organizações privadas como nas públicas as pessoas que tem recente tempo de ingresso nesse ambiente têm suas motivações para desempenhar seu trabalho, e a partir de um determinado tempo de serviço elas serão aprimoradas.

Segundo Bergamini (1997a), uma vez que cada pessoa possui certos objetivos motivacionais, o sentido que elas dão a cada atributo que lhes dá satisfação é próprio apenas de cada uma. Isto é, o significado de suas ações tem estreita ligação com a sua escala pessoal de valores. Esse referencial particular é que realmente dá sentido à maneira pela qual cada um leva a sua existência de ser motivado.

Desta forma, as características organizacionais influenciam no comportamento dos indivíduos ou de maneira contrária, ocorrendo de maneira mais enfática no serviço público, já que, as pessoas atuam em prol de uma sociedade.

3 | MATERIAL E MÉTODOS

O delineamento deste estudo de caso está baseado na identificação do nível de motivação dos servidores da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN buscando entender e aprofundar os conhecimentos de administração pública no que se refere a gestão de pessoas e motivação organizacional. O estudo feito pode ser caracterizado como o um estudo descritivo na qual a finalidade foi ampliar o conhecimento sobre o assunto em questão, mostrando a realidade da atual situação motivacional da organização.

A elucidação da pesquisa ocorreu por meio de técnicas padronizadas utilizadas nos mais diversos estudos para comprovação e constatação das informações, tais como o questionário para os diversos servidores e entrevistas com os responsáveis pelas secretarias da prefeitura. O estudo será realizado com servidores que possuem vínculo de: efetivo, cargos comissionados, contratos temporários e estagiários. Na tabela 1 é detalhada a população do estudo.

UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDORES
Gabinete do Prefeito	18
Sec. Municipal de Assuntos Institucionais e Controle Interno	4
Secretaria Municipal de Finanças	13
Secretaria Municipal de Planejamento e Administração	26
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	1
Total	62

Tabela 1: Composição dos Servidores da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN.

Fonte: Portal da Transparência – Folha de Pagamento, 2016.

A população, de acordo com a tabela 1, é composta de 62 servidores. Dado o baixo número de servidores, optou-se pelo levantamento censitário. Contudo, no dia da aplicação do questionário, apenas 45% dos servidores compareceram ao local de trabalho, tornando necessária a mudança da amostra por acessibilidade.

O questionário contém questões abertas nas quais o entrevistado poderá expressar sua opinião a respeito do questionamento; e fechadas nas quais irá analisar possibilidades de resposta podendo escolher a que melhor represente sua realidade. No início há questões sobre o perfil do servidor e logo em seguida as questões que serão analisadas os aspectos da motivação organizacional.

A análise dos dados se deu por meio de análise estatística e da técnica de análise de conteúdo, para Roesch (1999, p. 156 e 157 *apud* ZANELLA, 2006, p. 125), procura seguir os padrões da análise quantitativa, tendo como “propósito contar a frequência de um fenômeno e procurar identificar relações entre os fenômenos, sendo que a interpretação dos dados se socorre de modelos conceituados definidos a priori”.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira parte da pesquisa descreve o perfil dos servidores da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN. Os dados mostraram que 32% dos entrevistados possuem até 25 anos, 36% até 35 anos, 21% até 36 anos e 11% até 46 anos, caracterizando, portanto de uma equipe de trabalho predominantemente de jovens adultos. Servidores do sexo masculino são predominantes, com 68% do total.

Já as pessoas do sexo feminino somam o percentual de 32%, as quais estariam concentradas nos setores de trabalhos mais técnicos/teóricos, por exemplo, departamentos de contabilidade e protocolo. Identificou-se também que o tempo de serviço é relativamente baixo, 53% dos entrevistados apontaram que possuem até 5 anos de tempo de serviço. Enquanto 36% têm até 15 anos e 11% têm acima de 15 anos.

Quanto a renda mensal, 68% recebem até 2 salários mínimos, 29% de 2 a 5 salários mínimos e apenas 3% acima de 5 salários mínimos. Quanto ao nível de escolaridade, 39% possuem o Ensino Médio completo, 32% possuem o Superior completo, 25% estão cursando o Ensino Superior e 4% iniciaram e não concluíram o Ensino Médio.

A segunda parte do questionário trata do objetivo principal da pesquisa, buscando conhecer os aspectos motivacionais dos servidores junto à organização, abordando assuntos que trataram de concepções quanto às necessidades básicas, de segurança, sociais, estima e auto realização.

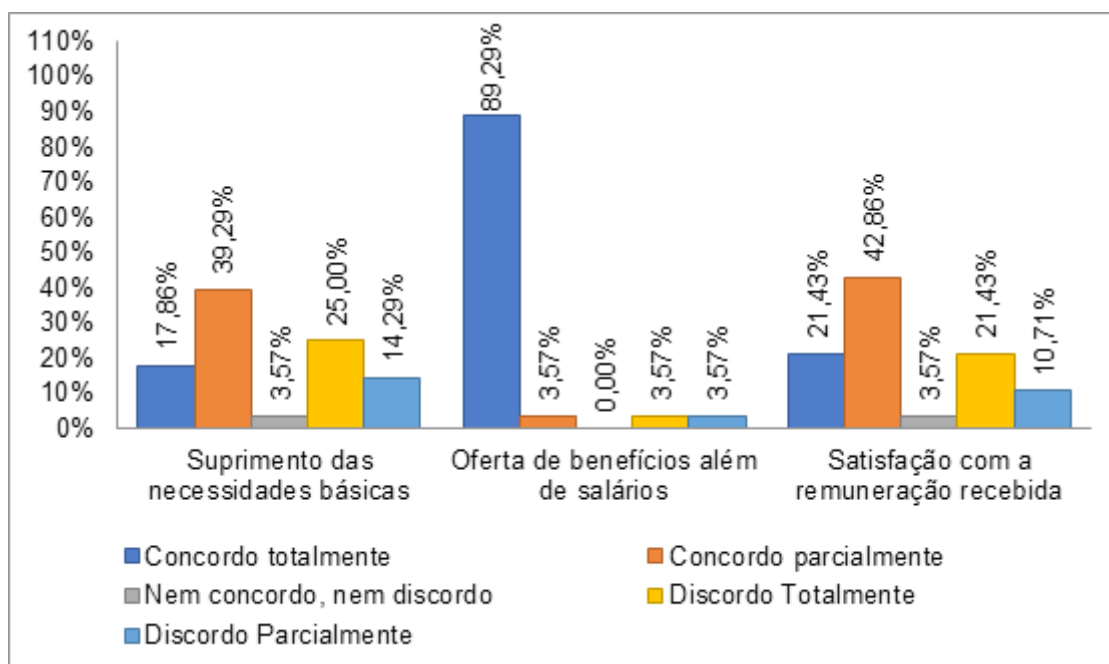


Figura 3: Percepções de remuneração, vantagens – sua satisfação/insatisfação.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

No que se refere aos fatores motivacionais percebe-se, conforme figura 3 logo abaixo, que há um elevado índice de motivação dos funcionários, sendo o aspecto remuneração um dos fatores condicionantes para o seu aumento, pois tanto ele poderá suprir as necessidades básicas (alimentação, moradia, etc.) do colaborador como o dará oportunidade de conquistar algum tipo de bem material.

Todavia no que tange ainda a este aspecto, quando abordou-se sobre a oferta de benefícios há um índice de desmotivação não tão acentuado, mas, que a gestão deve observar a fim de manter o controle e analisar por qual motivo parte dos colaboradores possuem esta visão, pois, com um pouco mais de sete pontos percentuais há a alegação da administração não oferta-lhes benefícios, pode tratar-se de um grupo restrito, porém necessita de atenção tão quanto os demais grupo demonstrados neste estudo.

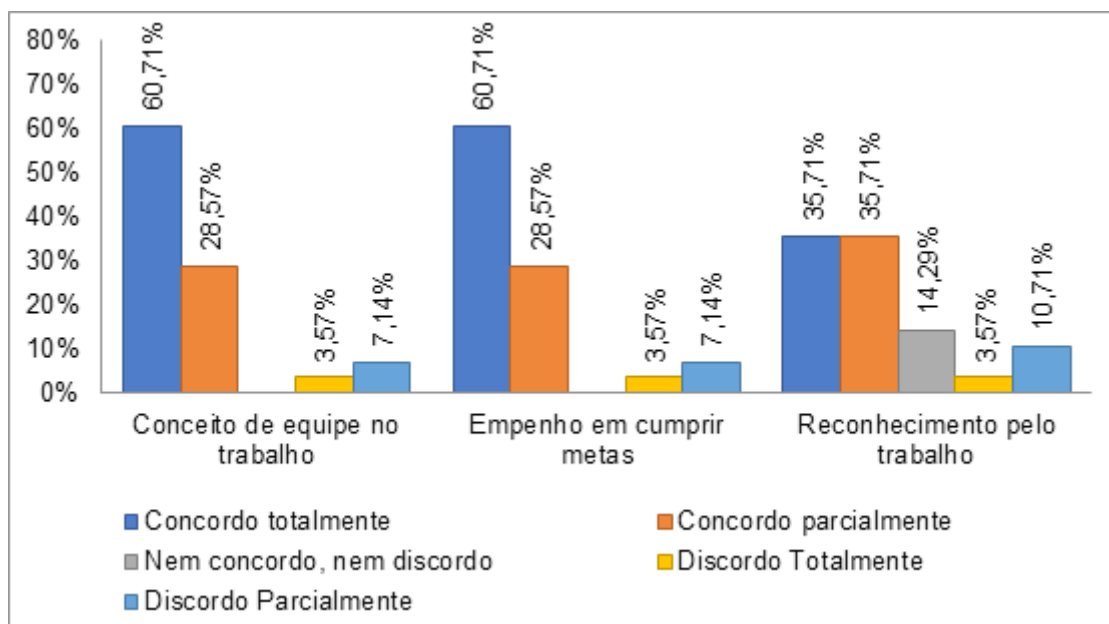


Figura 4: Percepção quanto ao trabalho - sua satisfação/insatisfação.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Quando se tratou dos pontos referentes ao conceito de trabalho obtivemos os dados exposto conforme figura 4, vemos que quando se trata de trabalhar em equipe e cumprir metas o nível de concordância total atinge o valor de 89,28% indicado bom nível motivacional na instituição, ainda são positivos os valores quando observamos a temática referente ao reconhecimento pelo trabalho, este quando observado a vistas de seu superior imediato.

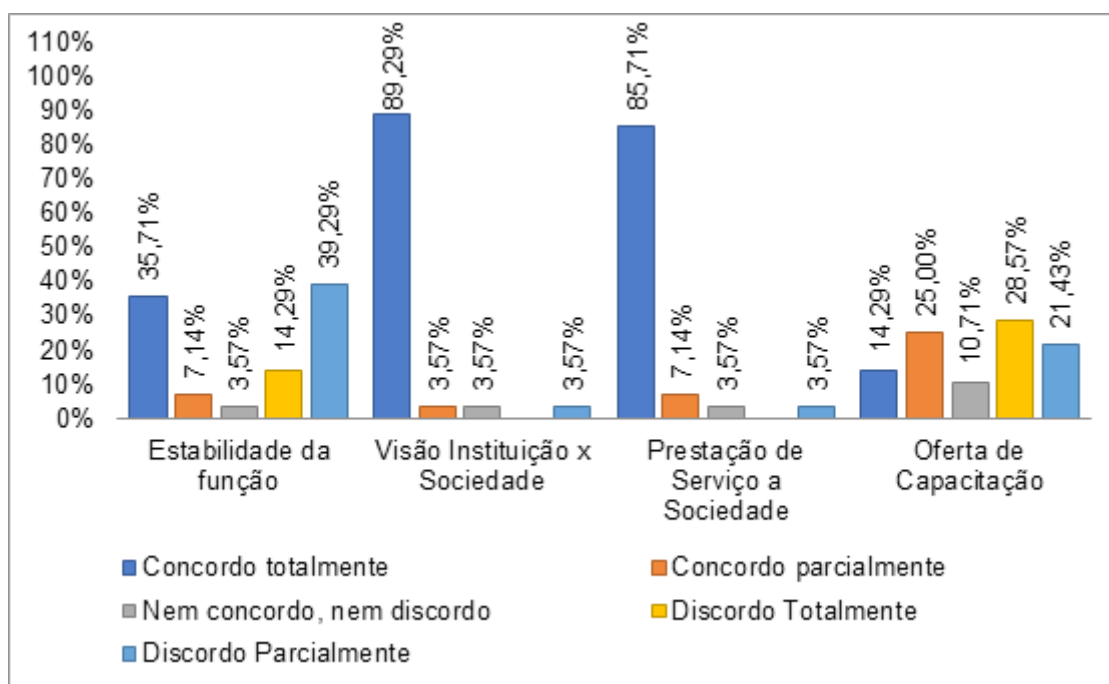


Figura 5: Percepção de desempenho da função e oferta de capacitação.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Ao tratar-se das questões quanto ao desempenho das funções, figura 5, notamos que os servidores verificam a importância do nível de trabalho que desenvolvem para a

sociedade, pois, ao analisarmos os aspectos “visão instituição x sociedade” e “prestação de serviço à sociedade” os resultados são satisfatórios.

Quando tratamos juntamente com estes aspectos o tema capacitação os resultados demonstram uma realidade diferente, ou seja, é necessário a gestão rever seus atos quanto à capacitação e a quem e quando lhes oferta. O penúltimo grupo de perguntas foi realizado por questões abertas, de forma que não houvesse nenhum tipo de interferência nas possibilidades de repostas.

As perguntas levantaram sugestões que melhoraria a motivação no trabalho no âmbito da infraestrutura, comunicação, remuneração e capacitação, logo, os resultados serão tratados a seguir: questionados sobre melhorias na infraestrutura disponível, houve um consenso entre as opiniões, em 75% apontou-se manutenção da infraestrutura (ampliação e manutenção preventiva do prédio do executivo municipal), 18% em serviços (climatização do ambiente e *link* de internet) e 7% não souberam responder. Solicitados a responderem sobre o fator comunicação no ambiente organizacional, 93% propuseram ampliação dos canais de comunicação (ouvidoria municipal e reuniões periódicas) enquanto 7% abstiveram-se.

É importante que seja institucionalizada a forma de comunicação organizacional, pois a comunicação interfere e influencia a maior parte dos processos de trabalho em uma organização, sendo decisivos nos processos de eficiência e eficácia institucional.

Ao fator remuneração, 57% apontaram a necessidade de implantação do plano de cargos e salários (já existente hoje para os profissionais da educação municipal), somou-se 36% em vantagens (horas extras mensal e por assiduidade anual), para 7% a opinião não era formada. Ao fator capacitação, 43% apontaram a necessidade de realizar periodicamente cursos de reciclagem de conhecimento, 57% sugeriram a administração firmar convênios com empresas de capacitação bem como sua manutenção. Para finalizar a pesquisa com a última questão subjetiva, foi-lhes perguntando o que proporciona a motivação no trabalho por ordem de prioridade.

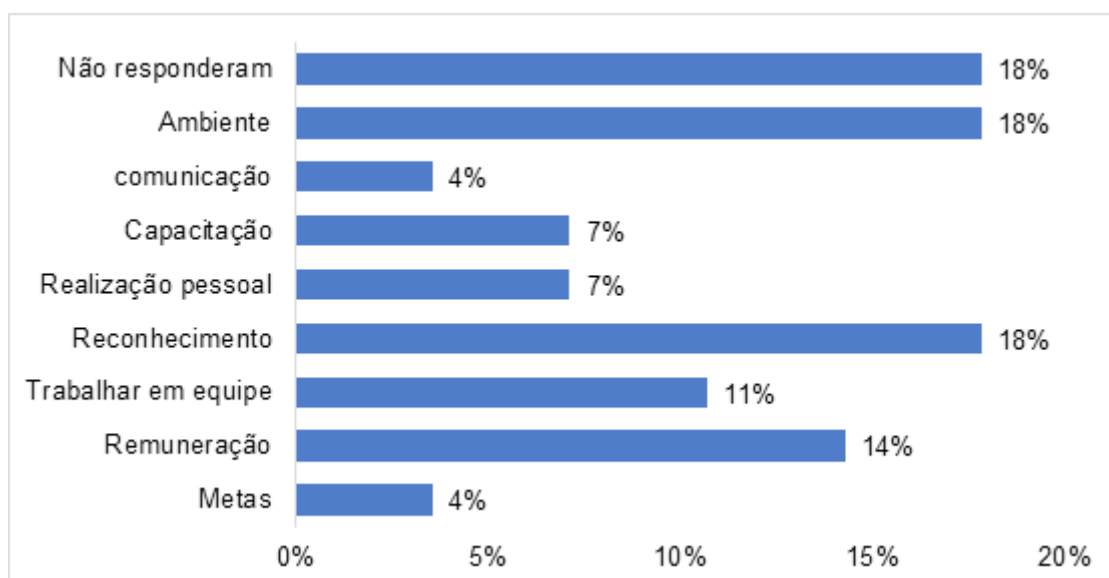


Figura 6: Sugestão para melhoria da motivação organizacional.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Conforme apresentação da figura 6, as perspectivas versam sobre uma realidade bem interessante. Elas foram bastante dispersas, sem um consenso, isto demonstra que os servidores têm anseios particulares que seriam pretensos a instituição implantar, assim temos: ambiente de trabalho e reconhecimento, ambos alcançaram 18% das respostas, cada um. O trabalho em equipe alcançou 11%, a remuneração alcançou 14%, a capacitação, realização pessoal e a comunicação 7% e 18% não responderam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço público é carente de estudos e levantamentos que apontem as características dos seus servidores e o quanto eles se encontram motivados com o seu trabalho. As características aqui encontradas poderão servir de subsídios para que gestores venham implementar programas de motivação.

Desta forma, a abordagem dessa pesquisa partiu dos princípios da gestão de pessoas no que tange a motivação das pessoas no ambiente de trabalho, possibilitando compreender adicionalmente ao inicialmente proposto as ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN no âmbito da gestão de pessoas. Portanto, evidenciamos uma carência de programas de gestão de pessoas pela prefeitura, a qual cumpria apenas o que é estabelecido legalmente.

Apesar disto, os resultados mostram que os atuais servidores estão motivados com o seu trabalho. Na maioria das respostas, observou-se alguma divergência, contudo em uma pequena porcentagem das respostas. E algumas necessidades de melhoria foram identificadas como, a melhoria do espaço físico, do sistema de refrigeração, do servidor da internet, de cursos de reciclagem de conhecimento, entre outros.

Ainda, é interessante mencionar que em estudos futuros pode-se trabalhar com aspectos individuais da motivação dos servidores desta instituição. Vale salientar que a realidade retratada neste estudo é específica da prefeitura em estudo, portanto há várias oportunidades de se realizar novos estudos mais aprofundados sobre o tema, bem como o desenvolvimento de estratégias para a melhoria da motivação funcional.

Assim, aspectos como remuneração, reconhecimento, ambiente organizacional e capacitação foram opiniões dadas pela maioria dos entrevistados como prioridade para motivá-los, então, cabe à gestão do Município implementar estas melhorias tendo em vista o fundamental: melhoria do atendimento a sociedade, principal interessada nos serviços da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN.

REFERÊNCIAS

- _____. **Recursos humanos na empresa: pessoas, organizações e sistemas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.
- BEHN, R. D. **The big questions of public management**. *Public administration review*, vol. 5, n. 4, p. 313-324, 1995.
- BERGAMINI, Cecilia Whitaker. Motivação: mitos, crenças e mal-entendidos. In: BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto (Org). **Psicodinâmica da vida organizacional: motivação e liderança**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997a. p. 69-93.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. rev. e atual.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 634 p.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na empresa: pessoas, organizações e sistemas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.
- CREWSON, Philip E. **Public-service motivation: building empirical evidence of incidence**. *Journal of Public Administration Research & Theory (Transaction)*, [S. l.], v. 7, p. 499-518, 1997.
- FIGUEIREDO, C. L. **A motivação no trabalho à luz da teoria de Maslow: o caso de uma clínica médica em Campina Grande – PB / Carole Luna Figueiredo**. – 2012. Disponível em: < <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3533>>. Acesso em: 23 set. 2014.
- GOLDSMITH, S.; EGGERS, W. **Governar em rede. O novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2006.
- GOMES. E. D; MICHEL, M. **A motivação de pessoas nas organizações e suas aplicações para obtenção de resultados**. *Revista Científica Eletrônica de Administração*, São Paulo, v. 7. p. 1-6.
- HERZBERG, Frederick. **O conceito de higiene como motivação e os problemas do potencial humano no trabalho**. In: HAMPTON, David R. *Conceitos de comportamento na administração*. São Paulo: EPU, 1973. P. 53-62.
- HOUSTON, David J. **Public-Service Motivation: A Multivariate test**. *Journal of Public*...
- LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do**

Gespública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LOPES, Tomas Vilanova Monteiro. **Motivação no trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

MAITLAND, Iain. **Como motivar as pessoas** / Iain Maitland; tradução Pedro Marcelo Sá de Oliveira e Giorgio Cappelli – São Paulo: Nobel, 2000.

MARINS, Luiz. **Desmistificando a motivação no trabalho e na vida**. 3. Ed. São Paulo: Harbara, 2007.

MARQUES, Jorge Eduardo Lima Dore. **Motivação no trabalho: a percepção dos colaboradores internos do laboratório Marluce Vasconcelos/Jorge Eduardo Lima Dore Marques**. – João Pessoa, 2008.

MASLOW A. H. **Maslow no gerenciamento**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2000

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à administração** /. -5 ed. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA. **Portal da Transparência - Folha de Pagamento**. Disponível em: < <http://portaldatransparencia.publicsoft.com.br/sistemas/ContabilidadePublica/views/#frameContent>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

RODRIGUES, Weslei Alves. **A influência das metas e recompensas na motivação: um estudo de caso no setor público mineiro**. Dissertação (Mestrado), Mestrado em Administração da Universidade FUMEC, Belo Horizonte – MG, 2009.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE PEDRO AFONSO – TO: UMA ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS ÁGUA VIVA E RIO SONO.

Angela Cristina dos Santos Carvalho

Instituto Federal do Maranhão – Campus
Avançado Carolina
Carolina-MA

Aline da Silva Santos

Instituto Federal do Tocantins – Campus
Avançado Pedro Afonso
Pedro Afonso-TO

RESUMO: A reforma agrária brasileira é um ponto extremante abrangente e variado que apresenta um campo de pesquisa altamente diversificado, como o estudo de perfis socioeconômicos de agricultores familiares de assentamentos de municípios da região norte do país. Assim, objetivou pesquisar os entraves para o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares dos assentamentos Água Viva e Rio Sono do Município de Pedro Afonso-TO. . Dessa forma, através da análise de dados sociais e econômicos sobre o perfil da agricultura familiar foi possível identificar os problemas relacionados à sua organização e comercialização de produtos. A metodologia utilizada foi quantitativa e qualitativa, onde foi realizada uma pesquisa de campo, com levantamento de dados socioeconômicos. Dentro dessa perspectiva esse trabalho concluiu que o perfil da atividade da agricultura familiar nos assentamentos Rio Sono e Água Viva, na região de Pedro Afonso -TO, tem caráter de agricultura de subsistência, sem utilização de tecnologias ou

qualquer tipo de cooperação entre os agricultores e assentados. A atividade na região apesar da crescente demanda por produtos próprios da agricultura familiar ainda é incipiente, sem nenhuma regularização ambiental ou da vigilância sanitária para a produção de tais mercadorias. Para isso, é urgente e necessária uma ação com políticas públicas voltadas para o fortalecimento do segmento na região, com apoio à atividade através da assistência técnica, educacional e conformidade com a legislação ambiental, fiscalização sanitária, para que os agricultores familiares possam ser inseridos no mercado local, com melhoria da renda e dos índices sociais para a região de Pedro Afonso.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento rural, arranjos produtivos locais

ABSTRACT: This research is multidisciplinary aiming at research, and trace the socioeconomic profile of family farming in Pedro Afonso-TO. The Brazilian agrarian reform is a comprehensive and varied extreme point that presents a highly diversified research field, such as the study of socioeconomic profiles of family farmers from settlements of municipalities in the northern region of the country. The research had as objectives, identification of barriers to such development, based on the social and economic analysis of family farming, from settlements Living Water and Rio Sono, that first time. Thus, through the analysis of social and

economic data on the profile of family farming was possible to identify the problems related to the organization and marketing of products. The methodology used was quantitative and qualitative where a field survey was carried out a survey of socio-economic data. Within this perspective the work concluded that the profile of family farming activity in the settlements Rio Sono and Living Water in Pedro Afonso region has agricultural character of subsistence, without the use of technology or any kind of cooperation between farmers and settlers. The activity in the region despite the growing demand for own products of family farming is still in its infancy, with no environmental regulation or health surveillance for the production of such goods. For this, an action with public policies to strengthen the sector in the region, to support activity through technical assistance, education and compliance with environmental legislation is urgently needed, sanitary inspection, so that farmers can be inserted into local market, with improved income and social indicators for Pedro Afonso region.

KEYWORDS: rural development, local production arrangements

1 | INTRODUÇÃO

O agronegócio na cidade de Pedro Afonso-TO representa 15% da área plantada, em 2007, sobre os municípios mais representativos da região Norte. (CARVALHO, 2007). A região central do estado do Tocantins possui sua importância econômica baseada potencialmente no setor agrário-exportador. A cidade de Pedro Afonso – TO está estrategicamente localizada na zona central do estado do Tocantins, a uma latitude 08° 58'03" Sul e uma longitude 48° 10'29" Oeste, à uma distância de 200km da capital Palmas" (IBGE, 2015).

Pedro Afonso Essa cidade foi desmembrada de Porto Nacional - TO em 1903, onde possui uma localização privilegiada, na confluência de dois grandes rios (Rio Sono e Rio Tocantins). Devido à sua localização tornou-se um grande polo agroindustrial, o que foi potencializado pelo seu relevo e solo para o agronegócio (OLIVEIRA, 2005). Observa-se que o município de Pedro Afonso é rico em terras férteis, onde circundam dois rios de grandes extensões (Sono e Tocantins), seu relevo é apropriado para a agricultura, portanto possui vantagens comparativas para tal atividade.

O agronegócio é uma atividade expressiva, quanto à produção agrícola com destaque para a cultura da Soja, visto que a região de Pedro Afonso espera plantar na safra de 2016/2017 uma área de 35.000 hectare desta cultura (COAPA, 2016) e à área plantada. Segundo dados do IBGE (2017) cedidos em entrevista pela Cooperativa Agroindustrial de Pedro Afonso, o total em área plantada com soja corresponde à 30.00056.807 ha, distribuídos nos municípios de (Pedro Afonso, Bom Jesus, Tupirama, Centenário, Rio dos Bois, Rio Sono, Santa Maria, Miracema e Recursolândia), ressaltando-se a importância do município de Pedro Afonso, com participação de 4429,4% sobre a área plantada (COAPA, 2015). Por outro lado, há uma quantidade limitada na oferta de alimentos, principalmente entre frutas, verduras, e hortaliças, que poderia ser suprida pela agricultura familiar local, melhorando assim a distribuição de renda para as famílias da área rural, e contribuindo para uma maior diversificação e abastecimento de alimentos no mercado de Pedro Afonso,

assim como na redução de preços e melhoria da qualidade dos produtos ofertados nesse local.

Nesse viés, o município de Pedro Afonso está construída dentro de uma dualidade entre a agricultura familiar, ainda incipiente e pré-capitalista, com o agronegócio pujante e amadurecido na localidade. Percebe-se ainda que as duas estruturas produtivas não dialogam, e de forma separada a agricultura familiar ainda está limitada à subsistência e a falta de mercado.

Dentre os objetivos dessa pesquisa estão: Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar na região de Pedro Afonso. Identificação dos entraves para a organização dos produtores rurais na agricultura familiar em Pedro Afonso TO. Proposições de políticas públicas, voltadas às melhorias nos gargalos de desenvolvimento dos APLs na região de Pedro Afonso. Para tais objetivos foram traçadas as metas a seguir:

Levantamento de dados (produção, área plantada, produtividade, exportação, importação, cooperação de tecnologias) entre os produtores rurais, para identificação de pelo menos três entraves para a produção, comercialização e industrialização. Onde foram entrevistadas as famílias por comunidade na região de Pedro Afonso, para o diagnóstico socioeconômico e produção agrícola, bem como, o grau de organizacional entre as famílias. Foram identificadas as principais culturas produzidas pelas famílias, divididas por amostragem entre as comunidades.

O Dessa forma, o estudo observou além do potencial do agronegócio, as dificuldades dos pequenos produtores rurais nas etapas da cadeia produtiva e de organização das famílias em torno de uma cooperação para o bem comum, e como tal atividade poderia contribuir para o desenvolvimento da região. Através de mecanismos articulados e políticas públicas que favoreçam melhor distribuição de renda, atração de maiores investimentos e melhoria articulada entre produtores, órgãos públicos, comunidade e a industrialização.

O estudo identificou também que alguns dos gargalos do desenvolvimento sustentável de Pedro Afonso estão na ausência estrutural do fortalecimento da agricultura familiar. E na ausência de políticas públicas de melhoramento desse segmento, observando os fatores de mercado interno, externo.

No estudo, identificou-se também uma fragilidade no sentido de cooperação entre as famílias da agricultura familiar na referida região em estudo. Onde esforços iniciais estão mobilizando os agricultores familiares no sentido de uma maior organização para reivindicações como: assistência técnica, crédito, regularização fundiária, atendimento ao cadastro ambiental rural e à legislação ambiental.

Um dos entraves constatados nas reuniões entre os assentados está na falta de documentação para regularização da propriedade, falta de conhecimento técnico para produção e comercialização de alimentos. Um dos pontos geradores para tais problemas identificados está na baixa escolaridade entre as famílias. E também na rotatividade entre os posseiros das propriedades pesquisadas.

No total da pesquisa, foram entrevistadas 11 famílias do assentamento Rio Sono e 30 famílias do assentamento Água Viva, o menor número de entrevistados para o

assentamento Rio Sono também está na falta de interesse com a organização dos agricultores. Ainda sobre os dados analisados dos dois assentamentos, a maior parte, trabalha com agricultura de subsistência, onde não possui licenciamento ambiental, nem mesmo o cadastro ambiental rural.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O início do crescimento de Pedro Afonso-TO se deu em 1910, com “a febre da borracha do Araguaia”, período onde se fazia intercâmbio comercial entre o Baixo Araguaia e o estado da Bahia, que nessa época tornou-se um atrativo comercial, com baixos custos de mercado quando comparado à rota comercial da borracha Belém- São Luís, no entanto a sua emancipação se deu em 1937. Segundo dados do IBGE-2015, a população estimada em 20157 no município de Pedro Afonso – TO, era de 12.90013.288 habitantes, onde em 2010, 1.523 habitantes são residentes na área rural e 10.016 residentes na área urbana (IBGE-2010). O crescimento estimado de 10% da população em Pedro Afonso está relacionado à contratação sazonal de empresas agroindustriais na região, como exemplo da Bunge. Observou-se também na região a predominância do agronegócio concentrado e monopolizado entre a Bunge e a cooperativa agroindustrial de Pedro Afonso (COAPA).

O crescimento econômico recente da cidade de Pedro Afonso se deu a partir dos planos econômicos, I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND e II PND) e das estratégias de desenvolvimento para a região Norte do Brasil, onde a perspectiva estava em integrar as demais regiões brasileiras, através do povoamento das regiões Norte e Centro-Oeste. Essa estratégia de desenvolvimento ficou conhecida como plano de integração nacional, uma tentativa de estimular o crescimento econômico e reduzir as desigualdades sociais entre as regiões brasileiras. A estratégia principal dentro da perspectiva do agronegócio e da agricultura extensiva estava no estímulo das migrações para a Amazônia e para o Centro-Oeste incentivado pela doação de terras. O que tinha como pressuposto a visão distorcida do vazio demográfico na Amazônia e na região Centro-Oeste. As atividades econômicas que foram incentivadas e se expandiram nesses territórios, tinham como base a agricultura de latifúndio e a pecuária extensiva. Dessa forma as frentes de expansão da agropecuária iniciaram sobre o território brasileiro, através de incentivos proporcionados pelas linhas de crédito pelo governo federal e estadual. E atualmente a agropecuária está inserida na dinâmica dos complexos agroindustriais. (CARVALHO, 2011).

Já a agricultura familiar está pouco articulada e organizada, com problemas estruturais e de oferta de alimentos para as demandas locais. Percebida na cidade de Pedro Afonso, onde os estabelecimentos comerciais e de abastecimento não possuem variedade, e 90% dos produtos agrícolas vem de fora da cidade, comprometendo a qualidade dos alimentos e elevando também os preços, pela própria logística de acesso à cidade.

A racionalidade da agricultura familiar ainda é de subsistência, sem características empresariais, tanto quanto à técnica, como ao desenvolvimento na área de gestão e de

financiamentos. Há ausência de uma organização empresarial da agricultura familiar nessa região. Essa realidade da agricultura familiar em Pedro Afonso-TO está associada ao descompromisso das instituições de apoio ao setor. Onde famílias são assentadas, mas estão desprovidas de investimentos na área técnica e educacional, entre outros. Sobre a assistência técnica, percebe-se também o esforço da Ruraltins em oferecer serviços de apoio ao pequeno agricultor e à agricultura familiar, no entanto, a instituição está sucateada, com falta de recursos financeiros para atender as famílias no seu entorno. No entanto, esforços são realizados, na tentativa de atender a essas famílias.

De acordo com o conceito dos Arranjos Produtivos Locais (APL's), a atividade da agricultura familiar em Pedro Afonso não tem características de APL, onde são definidos como aglomerações de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento (ALBAGLI; BRITO 2002).

As aglomerações produtivas passam a ser entendidas como organizações heterogêneas que aprendem, inovam e evoluem, e nas quais os conhecimentos externos e os fluxos de informações assumem importância fundamental na “fertilização cruzada” dos agentes; nos *spillovers* de conhecimento, que potencializam a localidade um efeito sinérgico positivo; e no bojo do relacionamento e da interdependência entre empresas e destas com outras instituições locais responsáveis pela pesquisa, desenvolvimento e difusão de conhecimento tecnológico. (COSTA, 2010, p.128).

É importante ressaltar que a produção agrícola do polo de Pedro Afonso baseia-se em grande parte, de monocultores (soja, cana-de-açúcar, milho, pecuária), cuja destinação está no mercado externo, totalizando 95% da produção de grãos para o mercado internacional. Já no mercado interno, os produtos da agricultura e pecuária (frutas, olerícolas, entre outros) ainda são incipientes e grande parte da sua comercialização em alimentos vem de fora da cidade. Segundo Carvalho, 2011, a diferenciação entre o processo de industrialização na agricultura está na manipulação dos inputs ou insumos para o processamento dos produtos industrializados. O elo da cadeia produtiva entre os setores de mercado oligopolistas, representados por empresas multinacionais tem a oferta de tecnologias, resultantes do modelo hegemônico capitalista, que não considera as especificidades do local, mas sim à sua adequação ao pacote tecnológico comercializado junto aos produtores rurais. Os produtores rurais por sua vez, representam o mercado tomador de preço, onde não possuem nenhum poder para alterar o preço de mercado a jusante ou à montante da cadeia produtiva (CARVALHO, 2011).

Segundo Carvalho (2011), apud Costa (2000), a importância da agricultura familiar no desenvolvimento regional da Amazônia é estratégia fundamental para o desenvolvimento da região de forma sustentável. Onde através das trajetórias de eficiência reprodutivas camponesas se mostraram mais eficientes e com maior retorno ao desenvolvimento regional. Portanto o investimento da agricultura familiar, de forma integrada e endógena com apoio técnico e educacional resulta em maior distribuição de renda, com uma menor concentração fundiária e melhor adaptação às especificidades locais (CARVALHO, 2011).

Segundo WILKINSON & GOODMAN (1985), o processo de modernização da agricultura, ou de forma mais específica de “modernização conservadora”, é um processo que ocorre de forma heterogênea e excludente na agricultura brasileira. Nessa perspectiva o termo modernização conservadora está diretamente correlacionado com a introdução de tecnologias na agricultura, porém com a conservação das estruturas fundiárias (Carvalho, 2011).

Segundo Carvalho (2011), a industrialização na agricultura ocorre de forma excludente, onde os capitais oriundos das multinacionais, representados pelas agroindústrias, absorvem as estruturas agrárias “atrasadas” caracterizadas pela ausência de inovações tecnológicas e de capital. Em Pedro Afonso-Tocantins, assim como nas demais regiões brasileiras, o agronegócio está determinado pela lógica dos complexos agroindustriais, onde os produtores rurais sem capacidade de investimento ou determinação de preço, ficam à margem da lógica do grande capital (CARVALHO, 2011).

Segundo Carvalho, 2011, apud Oliveira, 1972, Em oposição à ideologia da modernização, as estruturas agrárias ditas como “atrasadas” não impediram a industrialização. Nesse sentido é de fundamental importância o fortalecimento da agricultura familiar na consolidação de um padrão urbano, industrial e de acumulação e crescimento. Pois através dos excedentes produzidos na agricultura são formadas as feiras, onde o comércio inicia e se intensifica formando os centros urbanos e depois industriais, através de um mercado interno fortalecido. No entanto, no caso brasileiro, o processo de industrialização na agricultura ocorre de forma a favorecer o grande capital, que se contrapõe ao pequeno agricultor. Na medida em que direciona o crédito aos complexos agroindustriais, não fortalecendo o mercado interno, mas realocando os fatores produtivos para as exportações, ao comércio internacional, seguindo a lógica da modernização conservadora, e da dependência (CARVALHO, 2011).

Dessa forma o atual cenário para a agricultura familiar é desfavorável ao pequeno produtor, esse por sua vez, por falta de orientação, capital, incentivos governamentais encontra-se em situação de “abandono”, o que impacta diretamente ao fortalecimento do mercado interno, e ao desenvolvimento das pequenas cidades brasileiras.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi quantitativa e qualitativa, onde foi realizada uma pesquisa

de campo, com levantamento de dados sócio-econômicos. A realização da pesquisa teve como base para coleta de dados, a aplicação de questionário, com dados sociais, econômicos, e de produção. Foram aplicados 41 questionários, onde cada questionário foi aplicado a uma família, ou a uma propriedade. Desse total, 11 correspondem as famílias do assentamento Rio Sono e 30, as famílias do assentamento Água Viva. O objetivo foi traçar um perfil sócioeconômico da agricultura familiar, bem como identificar os gargalos econômicos e sociais para a viabilidade da atividade econômica na região. Essa pesquisa tem sua importância também na quantidade de dados produzidos através dos questionários aplicados nas comunidades, que servirão de base para novas pesquisas e propostas de melhoria para a qualidade de vida e da organização social e econômica da agricultura familiar nessa região.

4 | ANÁLISES DE RESULTADOS

Quanto aos resultados da pesquisa, observou-se que sobre os dados de produção na agricultura familiar em Pedro Afonso - TO, a maioria das culturas cultivadas, correspondendo a 62%, é a mandioca, seguida das culturas anuais, como: o feijão e o milho. Também são cultivados em condição de subsistência hortaliças, frutas, arroz. Além da agricultura, na pecuária algumas famílias também criam pequenos animais, como galinhas, porcos, em condição de subsistência. Quanto à utilização de adubos químicos 58% informou que utiliza, no entanto a falta de assistência técnica e a falta de conhecimento da legislação ambiental, é fator preocupante tanto para a saúde do trabalhador rural como para a sustentabilidade da atividade produtiva ou de subsistência. Nota-se também na região de Pedro Afonso-TO, que assentamentos como Rio Sono tem sua composição familiar de até 2 pessoas, com idade avançada, e que muitas vezes se queixaram da dificuldade de manuseio do solo e no plantio, devido, à idade avançada, e falta de mão de obra. Nessa ocasião foi questionada às famílias a motivação dessa dificuldade, e foi identificado que como não possui serviço de educação próximo, os filhos vão para outras cidades para completar seus estudos. Também foi identificada a ausência de cooperação entre os agricultores nesses assentamentos pesquisados. Quanto à utilização de defensivos, 50% informou que utiliza defensivo químico, e 50% defensivo orgânico, e quanto à assistência técnica 37% dos entrevistados informou que possui assistência da Ruraltins, de forma eventual. Quanto às informações de assistência técnica aproximadamente 80% não fez análise do solo e também não realizou correção do solo, para iniciar o plantio, e também desconhecia o instrumento técnico. Quando questionado aos agricultores sobre as restrições ou dificuldades quanto à produção; 80% informaram que a maior dificuldade é com assistência técnica, o segundo maior motivo é a dificuldade com comercialização com 45% do total dos questionários. Essa dificuldade com comercialização é causada além da dificuldade técnica, também pela ausência de estradas e da dificuldade de acesso, transporte e armazenamento dos produtos. Em terceiro lugar com 37%, a dificuldade

com aquisição de sementes é outro entrave informado pelos agricultores familiares. Dos 86% dos entrevistados não há registro da produção, nem controle da mesma. Com esse dado, há evidência que não há gestão da produção, nem dos custos de produção nessas comunidades. Sobre a destinação dos produtos agrícolas, segundo os questionários respondidos, 75% comercializa com o mercado local, ofertando os produtos em feiras, mercados ou de porta em porta. Uma dificuldade na comercialização está também com a regularização do produto, através da vigilância sanitária, por exemplo, o que dificulta a aceitação dos produtos agrícolas e da sua comercialização. A falta de garantia desses produtos, de como foram produzidos gera insegurança alimentar e irresponsabilidade quanto à procedência da produção. Reduzindo também o valor de uso e de troca desses produtos. Quanto à utilização de máquinas e equipamentos, entre outras tecnologias. Foi constatado que a produção é realizada de forma manual, com enxadas e capina. E apenas 10% das propriedades utilizam tratores alugados para o preparo do solo. Foi constatada também, a falta de cooperação entre os agricultores familiares. Quanto à cooperação na colheita, plantio ou comercialização, apenas 24% dos proprietários cooperam entre si. Quanto aos incentivos governamentais, apenas 10% reconhecem o incentivo governamental, na forma de empréstimos com maquinários cedidos pela prefeitura, recursos financeiros do Pronaf, ou bolsa família. Sobre a experiência com produção rural, apenas 17% tem mais de 10 anos na atividade agropecuária. O que sugere uma atividade incipiente na região, ou uma rotatividade para os possuidores e proprietários de terras, com o mercado de terras na região. Ainda sobre produção 62% percebe um crescimento na produção, e os demais entrevistados atribuem a falta de crescimento de sua produção, pelos seguintes fatores (falta de tecnologias, incentivos do governo, conhecimento, assistência técnica, mão de obra e implementos agrícolas). Quanto à capacitação para o manejo com a terra, 37% informaram que receberam algum tipo de capacitação de forma eventual, através do Senai, Sebrae, Ruraltins, Coapa, e Pronatec. Dos proprietários, 100% informaram que não utilizam todo espaço disponível para a produção, essa produção poderia ser ampliada se houvesse mais recursos técnicos e financeiros. 90% desses agricultores participam da associação de produtores locais ou do sindicato de produtores rurais. Quanto a condição econômico e social das propriedades, 68% possuem casas de alvenaria, 51% possui fossa séptica. 72% queimam o lixo, e os demais enterram. 58% possui água encanada. E 24% informaram que possui esgotamento sanitário.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados coletados nas entrevistas, é possível concluir que a agricultura familiar nessa região é incipiente e de subsistência, com ausência de qualquer característica de gestão ou de tecnologias para a produção. Portanto com baixa tecnologia para arranjo produtivo local. A partir dos dados analisados esse estudo propõe políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar na região. Muitas famílias

não possuem acesso à linha de financiamento do Pronaf, nem mesmo da documentação de sua propriedade, ou qualquer informação técnica sobre as formas de produção, à segurança do trabalho e de utilização de defensivos agrícolas ou do atendimento à legislação ambiental. Portanto, é necessária uma política específica para esse segmento, viabilizando o crédito, a regularização fundiária, efetiva assistência técnica e capacitação ao processo de produção com mais sustentabilidade, tanto econômica, social como ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; BRITO, J. (org.). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. São Paulo: Redesist, 2002.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BELLEN, Hans Michael van. **Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação**. *Ambiente & Sociedade*, v. 7, nº 1, jan/fev, 2004.
- BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, pg. 25-56. 1970. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CARVALHO, Angela Cristina dos Santos. **Soja e Desenvolvimento Regional: Uma análise comparativa entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste**, Dissertação de Mestrado, 2011, Naea-UFPA.
- CASTRO, L. H. **Arranjo produtivo local**. Brasília: SEBRAE, 2009
- COAPA, SAFRA 2016/2017 – **Produtores da região de Pedro Afonso (TO) dão a largada**. *Cerrado Rural: A revista de MATUPIBA AGRONEGÓCIOS*. 2016. Disponível em: <http://cerradoeditora.com.br/cerrado/safra-20162017-produtores-da-regiao-de-pedro-afonso-to-dao-a-largada/>. Acesso em: fev. 2018.
- COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal** 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: fev. 2018
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Pedro Afonso: Uma cidade ribeirinha entre o Sono e o Tocantins**. Londrina: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005

SOBRE OS AUTORES:

Adeline Araújo Carneiro Farias: Professora de Sociologia do Instituto Federal de Roraima-IFRR/Campus Boa Vista; Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará-UECE; Mestrado em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ; Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos-UNISINOS; Grupo de pesquisa: Sociedade, educação e contemporaneidades. E-mail para contato: adeline@ifrr.edu.br

Adriana Carvalho Pinto Vieira: Pesquisadora Colaboradora INCT/PPED/UFRJ; Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP; Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Campinas – UNICAMP; Pós-doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade de Campinas – UNICAMP; Líder do Grupo de Pesquisa Propriedade Intelectual, Desenvolvimento e Inovação –PIDI; Email: dricpvieira@gmail.com

Adriana Guedes De Castilho: Professora do Instituto Federal da Paraíba - IFPB; Graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - unipê; Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Gênero e realidade brasileira e Estudos e saberes ambientais;

Aline da Silva Santos: Professora do Instituto Federal do Tocantins; Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade do Estado da Bahia; Mestrado em Horticultura Irrigada pela Universidade do Estado da Bahia; Doutorado em Agricultura Tropical pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Agricultura e Desenvolvimento Regional Sustentável

Angela Cristina dos Santos Carvalho: Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão; Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Salvador; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Regional Sustentável, (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), pela Universidade Federal do Pará; Grupo de pesquisa: Ecodevelopolvimento, Desenvolvimento Rural e Regional do Sul Maranhense.

Celson Francisco de Moraes Júnior: Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Roraima-IFRR/Campus Boa Vista.

Christiane Batinga Agra: Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Mestrado em Letras e Linguística (2016) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduação em Letras Português Inglês pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (2006). Atualmente é professora do Instituto Federal de Alagoas - Campus Maceió e coordenadora adjunta do programa Universidade Aberta do Brasil / IFAL. Tem experiência na área de Linguística com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, ensino de línguas para crianças e multiletramentos. Participa dos grupos de pesquisa: MOLI - Múltiplos Olhares sobre a Linguagem (IFAL) e Letramentos, Educação e Transculturalidade (UFAL/FALE/PPGLL). E-MAIL: christianeagra@hotmail.com

Claudio Afonso Peres: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM); Graduação em Filosofia pela Universidade Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Doutorando no Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Doutorando no Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Grupo de pesquisa: Formação de Professores e Currículo; E-mail para contato: claudioafonsoperes@gmail.com

Cynthia Wanessa Souza do Nascimento: Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Daniel Martins De Oliveira: Servidor Público Municipal Comissionado do Município de Passa e Fica; Graduação em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; E-mail para contato: daniel_moliveira@outlook.com

Debora Volpato: Professora SENAC; Bacharel em Administração com ênfase em Comércio Exterior pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; Email: deboravolpato@gmail.com

Fabiana de Freitas Rosa Bello: Aluna do IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; Aluna da CENSUPEG – Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão na Pós Graduação em Neuropsicopedagogia Clínica; Graduação em Farmácia, Bioquímica e Indústria pela UNIMAR – Universidade de Marília/SP; Pós-Graduada em Homeopatia pela UNESP Campus de Araraquara – SP; E-mail para contato: ffrbello@hotmail.com;

Flávia Karolina Lima Duarte Barbosa: Doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Mestrado em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (2014). Professora do Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Barra do Garças, em exercício provisório no Instituto Federal de Alagoas, onde leciona nos cursos superiores de Letras, Hotelaria e Gestão de Turismo e nos cursos técnicos integrados. Áreas de Pesquisa: ensino de língua espanhola e de língua materna, leitura e escrita, multimodalidade, multiletramentos e interculturalidade. Participa dos grupos de pesquisas: MOLI - Múltiplos Olhares sobre a Linguagem (IFAL) e GETEL - Grupo de Estudos do Texto e da Leitura - Perspectivas Interdisciplinares (UFAL/FALE/PPGLL). E-MAIL: flaviakarolinalima@gmail.com

Gabriely Mayra de Souza Gomes: Possui ensino-fundamental-primeiro-graupelo Centro Educacional Paraíso (2013). Tem experiência na área de Psicologia.

Guilherme Spiazzi Dos Santos: Bacharel em Administração pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; Email: gdsantos@hotmail.com

Jocelaine Oliveira dos Santos: Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Sergipe-IFRR/Campus Estância; Graduação em Letras Português pela Universidade Tiradentes – UNIT; Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Sergipe-IFS; Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos-UNISINOS; Grupo de pesquisa: Sociedade, educação e contemporaneidades. e-mail para contato: Jocelaine.santos@ifrr.edu.br

Jorgelene de Sousa Lima: Professor do Instituto Federal do Piauí Campus Piri-piri; Graduação em Letras/Português na Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Mestrado Acadêmico em Letras/Linguagens na Universidade Federal do Piauí (UFPI); Coordenadora da Especialização em Docência na Educação Básica do IFPI Campus Piri-piri; E-mail para contato: dilene.sousa@ifpi.edu.br

José Augusto Lopes Viana: Professor do Instituto Federal da Paraíba. Graduado em Administração pela Unidade de Ensino Superior dos Institutos Paraibanos de Educação – UNIPÊ. Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Grupo de pesquisa: Gestão, organizações e operações. E-mail para contato: augusto.viana@ifpb.edu.br

José Eustáquio Canguçu Leal: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins – IFTO; Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Tecnologia Ambiental – NEPTA pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins – IFTO; Coordenador da Área de Recursos Naturais pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins – IFTO; Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Tocantins – UFT; Mestre em Agroenergia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT; Dr. em Ciências Administrativas pela Universidad San Carlos – PY;

Juan Marcelo DELL’OSO: Possui graduação em Bacharel em Informática pelo Centro Universitário Luterano de Manaus (2005). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Linguagens de Programação

Júlia de Melo Ferreira: Estudante do Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha; Bolsista de Extensão do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha; Bolsista de Iniciação Científica do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha.

Julio Cesar Zilli: Professor Curso Administração e Curso COMEX - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Líder do Grupo de Pesquisa Gestão e Estratégia em Negócios Internacionais - GENINT/UNESC; E-mail: zilli42@hotmail.com

Karina Dias Alves: Professora do Instituto Federal de Alagoas – IFAL; Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática pelo Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática - PPGECIM – UFAL; Grupo de pesquisa: Facilitadores de Aprendizado

Luciano Patrick Dias Gomes: Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Gênero e realidade brasileira.

Maryanne Acioli Bomfim Cedrim: Pós-graduanda em Linguagem e Práticas Sociais pelo Instituto Federal de Alagoas - IFAL. Especialista em Educação em Direitos Humanos e Diversidade pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2016). Licenciatura em Letras Portugêses Literatura pelo Instituto Federal de Alagoas - IFAL (2017). Foi pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pelo Instituto Federal de Alagoas (2013/2014), (2014/2015) e (2016/2017) na área de Linguística Aplicada. Principais áreas de interesse: leitura e produção textual, ensino de língua portuguesa, educação inclusiva e multiletramentos. Participa do grupo de pesquisa: MOLI - Múltiplos Olhares sobre a Linguagem (IFAL). E-MAIL: melcedrim@gmail.com

Raul Fernandes da Silva: Estudante do Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha; Bolsista de Extensão do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha

Rayane Silva Nunes: Estudante do Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha; Bolsista de Extensão do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha

Rebecca Peres: Bacharel em Administração com ênfase em Comércio Exterior pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; Email: rebeccaperes@hotmail.com

Ritaciro Cavalcante da Silva: Professor do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha; Graduação em Letras pela Universidade Federal de Alagoas; Mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas; Grupo de pesquisa: Desenvolvimento e Sustentabilidade no Semiárido.

Robert Germano Alves da Silva: Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Alagoas – IFAL; Bolsista no Programa de Iniciação à Docência (PIBID/Capes) no subprojeto Ciências Biológicas no Instituto Federal de Alagoas (IFAL);

Thiago José De Azevedo Loureiro: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Membro do Colegiado da Diretoria Acadêmica do Campus EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Assessor de Relações com o Mundo do Trabalho da PROEX do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Graduação em Administração com habilitação em Marketing pela Liga de Ensino do Rio Grande do Norte – Centro Universitário do Rio Grande do Norte; Mestrado em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; E-mail para contato: thiago.loureiro@ifrn.edu.br

Vanessa Estevam Engenheira de Produção pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Email: vanessa-estevam@outlook.com

Vitória de Carvalho Silva: Estudante do Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha; Bolsista de Extensão do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha; Bolsista de Iniciação Científica do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-93-6



9 788593 243936